HISTÓRIA da IGREJA

volume I

Das origens até
o Cisma do Oriente (1054)

HISTÓRIA da IGREJA

volume I

Das origens até o Cisma do Oriente (1054)

CARLOS VERDETE

HISTÓRIA DA IGREJA CATÓLICA

Volume I

Das origens até ao Cisma do Oriente (1054)

Apontamentos para a formação básica de cristãos leigos

Direcção de colecção e apresentação Padre Senra Coelho

Apresentação da colecção

Uma exposição resumida da História da Igreja deve procurar uma certa homogeneidade nos critérios utilizados para a apresentação dos acontecimentos. Quando nos referimos à apresentação sucinta da História da Igreja, pensando especialmente na formação de adultos, temos de distinguir criteriosamente os acontecimentos mais importantes dos menos importantes, acentuando alguns aspectos dos factos históricos e apontando apenas outros. Impõe-se-nos a arte de seleccionar com acerto e censo histórico, fazendo com critério a selecção das matérias mais importantes para a formação de um leigo adulto.

A obra que coordenamos e agora apresentamos está dividida em três volumes: o primeiro volume refere-se ao primeiro milénio cristão, das origens do Cristianismo até ao Cisma do Oriente em 1054; o segundo volume refere-se ao segundo milénio da História Cristã, até final do Pontificado de Leão XIII (1903). Reservamos o terceiro volume para a História recente, ou seja, o século xx e o início do século xxi. Pareceu-nos bem incluir no terceiro volume um conjunto de "temas úteis" como os Papas da Igreja Católica, uma lista dos Papas, o Estado Pontifício, o Colégio Cardinalício, o Primado Romano, a doutrina dos dois poderes e a síntese histórica de cada um dos concílios ecuménicos.

É evidente que a selecção que fizemos sobre as matérias parte de juízos subjectivos de acordo com a nossa compreensão da História e da Igreja. Podemos estar certos de que a falta de homogeneidade é não só

inevitável, como por vezes necessária, pois a história é o passado que chega vivo ao presente, pelo historiador que lhe dá vida, segundo o olhar do seu juízo. Para algo ser histórico não depende apenas da sua existência histórica, mas também das suas repercussões históricas. Expor em síntese dois mil anos de História da Igreja é um projecto sedutor. Porém, a necessidade de seleccionar os acontecimentos face aos objectivos da obra coloca muitas vezes o autor em angústia e dúvida. A enorme quantidade de factos e a vasta riqueza das fontes bibliográficas exige grande ponderação e "humildade científica". O autor desta útil publicação, Carlos Verdete, soube-o fazer sempre com a colaboração do coordenador desta colecção.

O futuro do Cristianismo parece-nos depender mais do que nunca da sua unidade, da capacidade de superarmos os problemas intelectuais e espirituais que a pluralidade das nossas experiências de adultos cristãos

colocam. A História da Igreja deixa-nos a certeza de que ao longo de vinte séculos esta instituição, apesar de demonstrar grandes progressos e enormes debilidades, permanece fiel à sua essência e infalível ao núcleo da Fé, resistindo às “ditaduras dos diferentes relativismos”. É com a luz da Fé que captamos a finura dos sinais de Deus na História da sua Igreja, onde fala através do sentido das coisas e dos acontecimentos. A Fé com que lemos a História da Igreja não surge separada da crítica histórica. É nesta convergência de olhares e saberes que a História da Igreja se converte também em Teologia.

A História da Igreja ajuda os cristãos a formarem um conceito justo da Igreja, impedindo um falso espiritualismo ou volatização da Igreja real. A História mostra que a Igreja tem um corpo que é visível e que a partir da sua experiência vivida ao longo dos séculos, deve ser superada a falsa distinção

entre Igre-ja “ideal” e Igreja “real” e aprofundado o entendimento da única Igreja – Igreja Una – que é ao mesmo tempo instituição divina e humana (fruto do crescimento histórico) e invisível, que só se pode captar pela Fé, e visível, que se pode comprovar pela História.

O conhecimento da História da Igreja dá-nos ainda a sabedoria da verdadeira santidade da Igreja, evitando falsos entendimentos dessa santidade. A Santidade da Igreja aparece objectiva e não exclui a pecaminosidade dos seus membros, incluindo dos seus pastores. De facto, a Santidade da Igreja vem-lhes da divindade do seu fundador e esta não diminui pelos pecados dos seus membros.

A História da Igreja é um dos melhores instrumentos para nos fazer com-preender a verdadeira dimensão da Fé Católica: a sua riqueza e a sua verdade. Fé que respondeu às exigências mais profundas e sérias de tantas

personalidades espalhadas por todas as épocas e lugares e que impulsionou insuperáveis realizações aos mais elevados níveis do ser humano.

A cultura do actual Ocidente continua a apresentar-se com muita frequência hostil e estranha à Igreja. Porém, em grande parte esta cultura baseia-se nos valores cristãos e foi criada pela Igreja. Não é sério e honesto ignorar historicamente as raízes cristãs da Europa ou pretender compô-las a qualquer uma das outras presenças espirituais e religiosas de passagem pelo Ocidente. Como membros da Igreja, os leigos católicos sentem a necessidade natural, e até o dever, de conhecerem a História da Igreja a que pertencem, como família sobrenatural.

O estudo da História da Igreja rege-se pelos mesmos critérios da crítica histórica que rege toda a ciência histórica autêntica. Assim, a História da Igreja não pode ser deduzida dos ideais, nem sequer da revelação,

mas deve ser descoberta com fidelidade nos acontecimentos que decorreram sem a intervenção do historiador, procurando lê-los com objectividade e racionalidade, diferenciando-se da ciência puramente natural, pelo facto de a História da Igreja permanecer aberta à possibilidade da intervenção de Deus na História, verificando que muitas vezes “Deus escreve direito por linhas tortas”. De facto, pretender eliminar da História da Igreja as suas diversas debilidades, deficiências e tensões seria equivalente a dispensar a misericórdia de Deus sobre ela, prescindindo da sua obra de salvação. O Cristianismo reduzir-se-ia a um humanismo apenas e a salvação operada por Nosso Senhor Jesus Cristo seria dispensável.

Apresentação do volume I

No volume i apresentamos a História da Igreja vivida no primeiro milénio cristão. A primeira parte do volume diz mormente respeito à Antiguidade Cristã vivida no contexto do Império Romano. Esta época caracteriza-se sobretudo pelo facto de o Cristianismo se ter encontrado perante uma civilização amadurecida, evoluída e consolidada; uma civilização que tinha crescido sem o Cristianismo e antes dele. No seu conjunto, o paganismo do Império Romano era estranho ao Cristianismo e permaneceu sempre estranho e até antagónico, sem possibilidades de qualquer integração.

Uma das consequências imediatas e mais importantes desta constatação foi que na sua

Antiguidade o Cristianismo viveu para dentro de si mesmo; na primeira metade deste período, sobretudo até à paz de Constantino (311-313) o Cristianismo apresentava uma riquíssima "vida interna", com predomínio quase exclusivo das actividades religiosas. Nesta primeira parte da sua Antiguidade, a Igreja cria as formas fundamentais da sua vida interna: piedade, liturgia e dogmática, seguindo sempre com grande fidelidade as bases que Jesus Cristo e os seus Apóstolos lhes indicaram, sobretudo nos livros canónicos chamados Novo Testamento. Nesta época, a Igreja enfrentou ainda várias lutas teológicas: contra os exageros do Cristianismo judaico, contra infiltrações gnósticas no Cristianismo, contra a literatura anticristã, contra as heresias trinitárias e cristológicas. Desta necessidade de aparição e definição da Fé surgiram grandes contributos em que se haveriam de alicerçar os vários saberes teológicos: recompilação dos escritos do Novo

Testamento, fixação do símbolo da Fé, aprofundamento da revelação cristã, com a pregação, os testemunhos de vida e a definição dos dogmas.

Até 313, os cristãos eram uma minoria sociológica, que defendia o seu direito de existência através de uma posição predominantemente defensiva face às perseguições sangrentas, que tinham de ser sustidas através do supremo testemunho dos mártires. Neste período, a Igreja apresenta os seus primeiros ensaios de diálogo com a cultura helénica já assimilada pelo Império.

A partir de 313 é garantida a liberdade ao Cristianismo, que paulatinamente se foi transformando em religião do Estado. A vida da Igreja vira-se mais para fora de si, tornando-se mais activa ao assumir maiores iniciativas já com dimensões sociais. A Igreja começa a estreitar laços com o Estado e com a cultura, tornando-se fonte importante do

Império. É neste contexto que as "massas" populacionais começam a aderir à Igreja.

Dentro da Igreja continua a sentir-se a necessidade da clarificação doutrinária, sobretudo nas questões trinitárias e cristológicas. Esta é a época dos grandes concílios que vão definindo e aprofundando as grandes questões da Fé: sintetizamos com J. Lortz:

> A antiguidade cristã é a época do nascimento da Igreja, da sua primeira actividade missionária e da consolidação da sua existência frente ao Estado e à heresia, assim como da fixação da sua auto-interpretação dogmática básica.[1]

A segunda parte deste volume assume a época histórica denominada por Alta Idade Média, até ao Cisma do Oriente em 1054. Nesta época, a Igreja passa a estar numa situação predominante face à cultura superior. É a própria Igreja que cria uma nova cultura eclesiástico-cristã e que a eleva à plena autonomia. O Ocidente cristão

medieval vai crescendo e solidificando-se através da fusão de três componentes culturais: o direito romano, a vitalidade germânica e a ética cristã. O Estado de direito que a romanidade nos deixou serviu de base à estruturação social que a germanidade fecundou com a sua concepção de propriedade privada e de consanguinidade e que o Cristianismo espiritualizou através da sua ética eminentemente humanista. Podemos concluir que a Europa é, na sua génese, árvores com três raízes, sendo uma delas, desde o primeiro momento, a raiz cristã, a par da romanidade e do contributo germânico.

Nesta época a vida interna da Igreja tornou-se muito florescente na liturgia, na arte, na teologia, no direito e na religiosidade popular. É também nesta época que passam para primeiro plano os problemas de política eclesiástica, sobretudo as dificuldades surgidas à volta do próprio ordenamento

canónico da Igreja e das suas relações com o Estado.

O Cristianismo desenvolveu sempre, e como referência, a figura do herói cristão, apresentado pela sua santidade como modelo de vida. Até 313, o "he-rói cristão" é, sem dúvida, o Mártir, que Santo Inácio de Antioquia tão bem interpreta, sobretudo na sua carta aos cristãos de Roma. Depois da "Paz de Constantino" é sobretudo o monge a figura heróica do Cristianismo tardo-antigo.A Alta Idade Média começa a sentir a necessidade de aliar aos monges a defesa da cristandade que aos bárbaros e ao Islão, nascendo a figura heróica do monge-cavaleiro que acompanhará toda a Idade Média através das célebres ordens militares.

Recordo aos leitores que Carlos Verdete fará no volume iii a síntese histórica dos concílios ecuménicos, mesmo dos referentes ao primeiro milénio, e por essa razão os grandes

concílios da Antiguidade cristã não serão apresentados neste volume.

Padre Senra Coelho

1 Lortz, 1982: 36.

Prólogo

Na sequência de obras anteriores – Doutrina Social da Igreja e Mestre, onde moras? – pareceu-nos que num programa de "formação cristã de base de adultos" era necessário um estudo da História da Igreja Católica.

Na consolidação da identidade cristã, tão questionada actualmente nas suas vertentes eclesial, moral e cultural, é importante a formação cristã dos adultos, pondo um cuidado especial no alicerce da vida cristã, requerendo-se uma «iniciação cristã integral aberta a todas as componentes da vida cristã», requisito indispensável para se atingir a maturidade cristã dirigida a uma participação activa na vida e missão da Igreja.

A História de vinte séculos de vida da Igreja coloca-nos algumas questões, fruto

das diferentes épocas por que a Igreja passou. Uma História da Igreja, desde o seu nascimento até aos dias de hoje, reflecte os contributos sucessivos das várias épocas até se ter chegado à nossa existência cristã actual.

A transmissão da missão evangélica pelas gerações que se sucederam em dois milénios fez-se através de acontecimentos e de pessoas, acontecimentos políticos, sociais, económicos, pessoas de várias raças e dispersas geograficamente pelo mundo inteiro. A transmissão da mensagem evangélica fez-se no quadro da História geral da humanidade, pelo que a História da Igreja não se pode separar dessa História geral. A História da Igreja desenrola-se numa geografia que baliza as várias etapas da expansão cristã. Desde a mais remota província do Império Romano – a Palestina – essa expansão fez-se pelos países do Mediterrâneo e, daí, para todo o mundo.

Assim, a mensagem de Jesus ouviu-se, ao longo da expansão cristã, nas mais variadas línguas, exprimiu-se dentro das culturas em que penetrou, sofrendo necessariamente influência das mesmas, sem deixar, no entanto, de se manter fiel à sua pureza inicial.

A expansão cristã adaptou-se, nos primeiros tempos, às estruturas e modos de vida próprios da sociedade em que se deu: o Império Romano, com a sua vida urbana, municípios e colónias. Neste contexto histórico nasceu o Cristianismo, sendo, deste modo, as cidades a sede das primeiras comunidades cristãs, vivendo num ambiente pagão hostil que serviu para favorecer a coesão e a solidariedade interna destas Igrejas locais, que comunicavam entre si e se sentiam integradas numa mesma Igreja Universal, a única Igreja fundada por Cristo.

As comunidades cristãs organizavam-se em instituições de acolhimento e de celebração do culto, de modo que, naturalmente,

se sentiam, por vezes, tentadas a organizar-se tomando como modelo as sociedades envolventes, como instituições político-sociais, com a sua hierarquia de poderes e, com o tempo, perturbações na linha doutrinal, o que determinou que se fizesse uma formulação serena, impossível nos tempos conturbados em que a Igreja vivia nos primeiros séculos da sua existência. A formulação dogmática da fé cristã, que constitui um capítulo fundamental de qualquer História da Igreja, fez-se lentamente.

> Quando crucificaram Jesus, os soldados repartiram as suas vestes em quatro partes, uma parte para cada soldado. Deixaram de lado a túnica. Era uma túnica sem costura, feita de uma peça única, de alto a baixo. Então eles combinaram: «Não vamos repartir a túnica. Vamos deitar sortes, para ver com quem fica.» Isto era para se cumprir a Escritura que diz: «Repartiram as minhas vestes e sortearam a minha túnica.» E foi assim que os soldados fizeram. (Jo 19,23-24)

A divisão da roupa dos condenados pelos executores da sentença de morte – aqui, os soldados romanos – era um direito reconhecido aos carrascos.Na execução de Cristo o facto é referido como um cumprimento das Escrituras (Sl 22,9) e é citado explicitamente apenas por São João. Haverá aqui, também, uma possível alusão ao sacerdócio de Cristo na cruz: é que a túnica do sumo-sacerdote, na Liturgia hebraica, devia ser sem costura.

A preocupação que tiveram os soldados romanos em não rasgar a túnica que recobria Jesus não a tiveram, mais tarde, muitos cristãos, que não hesitaram em rasgá-la em múltiplas heresias, apostasias e cismas.

A cada passo, na História da Igreja, deparamos com heresias e apostasias, levando, muitas vezes, a cismas. O seu conhecimento é muito importante na compreensão de como a mensagem de Jesus pôde ser tantas vezes distorcida, ou mesmo repudiada, conduzindo frequentemente a cismas, numa

recusa de sujeição ao Sumo Pontífice ou de comunhão com os membros da Igreja que lhe estão sujeitos.[1]

Fundamental numa História da Igreja será um capítulo que se debruce sobre os primeiros escritos cristãos – os livros inspirados que contêm a Revelação divina, compreendendo, na tradicional classificação das Escrituras Sagradas, livros históricos (os quatro evangelhos e os Actos dos Apóstolos), os livros didácticos (as catorze cartas de São Paulo e as sete epístolas católicas de São Pedro, São João, São Tiago e São Judas) e um livro profético – o Apocalipse de São João.

A esses escritos inspirados acrescenta-se a literatura cristã dos séculos i e ii, de escritores de língua grega – os chamados Padres Apostólicos – escritos de índole pastoral que têm como destinatários os fiéis cristãos dos primeiros tempos.

A época das perseguições deu origem a uma literatura martirológica, constituída

pelas actas dos interrogatórios a que eram submetidos os mártires.

Ainda dentro da primitiva literatura cristã podemos contar com os escritos anti-heréticos, bem como com uma literatura apologética em defesa da verdade cristã e tendo como destinatários os pagãos hostis ao Cristianismo.

Por último, citemos os escritos destinados à catequese dos novos conversos, consistindo numa exposição do conjunto da doutrina da fé, ponto de partida de uma nova ciência teológica.

Compreende-se, assim, ser indispensável a inclusão de um capítulo sobre a primeira literatura cristã numa História da Igreja.

A História da Igreja Católica é feita de luzes e sombras, sucedendo-se e alternando-se, ou existindo simultaneamente. Assim, ao lado dos Padres da Igreja e dos começos da vida monástica, de uma vida consagrada com a sua espiritualidade própria de abandono de

tudo pelo Reino, assiste-se a inúmeras disputas na lenta formulação do credo católico. Heresias, cismas, as lutas e choques entre a hierarquia católica e o poder temporal são outras tantas sombras que não conseguem esconder as crises por que ia passando a Igreja.

Ser cristão hoje – hic et nunc (isto é, aqui e agora) –, depois das vicissitudes por que passou a Igreja ao longo da sua História, constitui o fruto do ser-se cristão nos primeiros séculos, na Idade Média, no século xix e nos anos mais próximos de nós. Daí a importância que representa na bagagem do leigo cristão o conhecimento da herança do passado.

Na relação dos fastos (e dos nefastos) da História da Igreja adoptámos uma sistematização com uma única finalidade: a de arrumar os acontecimentos numa sucessão temporal, compreendendo vários capítulos, uns propriamente históricos, outros didácticos,

consequência dos primeiros e ajudando à sua melhor compreensão.

No plano geral da obra dividimo-la em quatro partes.

Na primeira parte, que designamos como Pré-História da Igreja, percorremos a História desde Abraão até ao Messias esperado.

Na segunda parte, que designamos de Proto-História da Igreja, vamos desde o nascimento de Jesus Cristo até à sua Ascensão.

Na terceira parte registamos a História do primeiro milénio, desde o Pentecostes até à primeira cisão séria da Igreja: o Cisma do Oriente.

A quarta parte regista a História da Igreja Católica no segundo milénio da sua existência, desde o Cisma do Oriente até aos nossos dias, com Bento XVI.

Num programa de formação cristã de adultos leigos torna-se indispensável um estudo do passado da Igreja, de modo a

poder compreender melhor o tempo presente: só assim se poderá entender como e porquê a Igreja se tornou aquilo que é actualmente: una, santa, católica e apostólica. Para essa compreensão contribui, dentro da cronologia dos acontecimentos, o conhecimento da imbricação das épocas sucessivas, bem como dos problemas que se foram pondo aos protagonistas das mudanças que se iam fazendo em torno de um eixo essencial cristão, consistindo no acolhimento da Boa Nova proclamada por Jesus Cristo e deixando-se transformar por ela.

I Parte

O Pai – Eleição

Pré-História da Igreja

Após a transgressão do primeiro casal humano – Adão e Eva –, apesar de “desapontado”, Deus não os amaldiçoa (como fez com a serpente tentadora), mas não deixou de os punir pela sua desobediência: à mulher com os sofrimentos da gravidez e as dores do parto e ao homem com a obrigação de sustentar a família com o suor do seu rosto,

arrancando o alimento da terra à custa de penoso trabalho todos os dias da sua vida.

E a História do homem prosseguiu fora do jardim do Éden, trazendo sucessivos desapontamentos a Deus – Caim, a corrupção geral da Humanidade estendida a toda a Terra – a ponto de Se arrepender amargamente de ter criado o homem (Gn 6,6-7), tomando a resolução de eliminar completamente a humanidade com um dilúvio.

No entanto, havia ainda um homem justo e perfeito entre os outros homens e que andava sempre com Deus – Noé – e com ele resolveu o Senhor refazer o Seu plano criador, começando uma nova Humanidade. E do dilúvio são excluídos Noé e os seus três filhos Sem, Cam e Jafé, as suas três noras e a sua mulher.

Após a multiplicação da nova Humanidade noética que havia substituído a adâmica, todos os povos que se espalharam sobre a

Terra depois do dilúvio descendiam dos três filhos de Noé.

A Humanidade noética caminhou para o Ocidente, acabando por encontrar uma planície (terra de Sinear) onde se fixou, começando a organizar uma civilização urbana, com a sua divisão do trabalho – operários de olaria e forjadores de metais, os mercadores e os serviços especializados (escrivãos para o registo dos negócios, dos censos, das leis, etc.), a necessidade de um governo, de uma administração. E, assim, na Mesopotâmia, ou seja, nas terras férteis entre os rios Tigre e Eufrates (território do moderno Iraque), terra sem pedras mas argilosa, facilitando o fabrico dos tijolos para as construções, nasciam as primeiras cidades-estado há cerca de cinco mil anos, constituindo a mais antiga cultura conhecida: a cultura suméria.

Ao lado do desenvolvimento material, o homem sempre manifestou uma

religiosidade, expressão de uma busca de Deus, sentimento inscrito no seu coração, criado como tinha sido à imagem de Deus, sentindo-se chamado a conhecê-l'O e a amá-l'O. E essa religiosidade foi-se traduzindo em magníficos templos (zigurates ou pirâmides em degraus, que abundavam na Mesopotâmia), ritos, imagens e cânticos, com uma característica que, certamente, desagradava muitíssimo ao Senhor: o politeísmo, ou seja, a admissão de um panteão de deuses, mais ou menos numeroso.

Numa dessas cidades-estado, protótipo de todas as outras, o orgulho dos homens pretendeu desafiar os céus, levando-os a construírem uma torre para se tornarem famosos, – um zigurate... Conta-nos a Sagrada Escritura:

> Disseram uns aos outros: «Vamos fazer tijolos e cozê-los no fogo!» Utilizaram tijolos em vez de pedras, e betume em vez de argamassa. Disseram: «Vamos construir uma cidade e uma torre que

chegue até ao céu, para ficarmos famosos e não nos dispersarmos pela superfície da Terra.» (Gn 11,3-4)

Profundamente desagradado e amargamente desapontado, mais uma vez, o Senhor resolveu dispersá-los por toda a superfície da Terra, para o que Se serviu de um artifício muito simples: a confusão da linguagem de todos os habitantes da Terra, que, ao não conseguirem comunicar entre si, se dispersaram, ficando por acabar a construção da cidade com a sua altiva torre. Essa cidade era Babel.

E uma Humanidade babélica veio substituir a anterior, em que todos os homens tinham apenas uma língua e empregavam as mesmas palavras.

Mas o Senhor não desistiu do homem – Ele nunca desiste – e resolveu purificar o movimento humano de procura da verdade. Para executar o Seu projecto – o desígnio benevolente da Revelação – Ele estabeleceu um plano, pois não quis deixar nada ao acaso. A

execução desse plano compreendia várias fases de um programa, que se ia desenrolando gradualmente numa longa preparação, nunca à margem da evolução humana e das situações históricas. O caminho que o homem era livre de tomar estava perfeitamente assinalado e balizado nesse programa.

Tal desígnio benevolente da Revelação comporta uma particular "pedagogia divina": Deus comunica-Se gradualmente ao homem e prepara-o por etapas, para receber a Revelação sobrenatural que faz de Si e que vai culminar na pessoa e missão do Verbo Encarnado, Jesus Cristo.

Após uma Pré-História em que se evoluiu de uma Humanidade adâmica para uma Humanidade noética e depois para uma Humanidade babélica, começa a História da Salvação, que constitui o plano maravilhoso de Deus a favor do homem.

Essa História começa no século xviii a. C. (1700 a. C.), com a vocação de Abrão, filho

de Taré, por sua vez descendente de Sem, um dos filhos de Noé.

Originários de Ur, na Caldeia, Abrão e a sua família migraram em determinada altura para a Mesopotâmia superior, começando por se fixarem em Haran, onde, entretanto, Taré morreu.

Tem início, então, a história de Abrão, com a sua vocação:

> O Senhor Deus disse a Abrão: «Sai da tua terra, do meio dos teus parentes e da casa de teu pai, e vai para a terra que Eu te mostrar. Eu farei de ti um grande povo, e abençoar-te-ei; tornarei famoso o teu nome, de modo que se torne uma bênção. Abençoa-rei os que te abençoarem e amaldiçoarei os que te amaldiçoarem. Em ti, todas as famílias da Terra serão abençoadas.» (Gn 12,1-3)

E assim, aos 75 anos, Abrão é convidado por Deus a deixar o mundo que conhecia e a pôr-se a caminho do desconhecido.

Era preocupação de Deus – estava no seu plano – constituir, por intermédio de Abrão, um grande povo.

Abrão, tomando consigo sua mulher Sarai, o seu sobrinho Lot, órfão de pai (irmão de Abrão), e todos os bens e escravos que possuía, pôs-se com todos a caminho do Ocidente, para a terra que se estendia do rio Jordão até ao Mediterrâneo: a terra de Canaã. Abrão patenteou, assim, uma grande fé e obediência ao deixar a sua terra com tudo o que lhe era mais caro: a terra, a família e a casa do pai, indo assentar arraiais em país desconhecido e distante, confiado apenas na palavra e protecção divinas.

Com este chamamento de Abrão, da Mesopotâmia para a Palestina, Deus deu início à formação daquele povo que será conhecido mais tarde como Povo de Deus ou Povo Escolhido.

A promessa que Deus lhe faz – «Em ti todas as famílias da Terra serão abençoadas»

(Gn 12,3) – é o primeiro passo para o cumprimento de uma outra promessa mais geral, esta feita a Adão e Eva:

> Eu porei inimizade entre ti e a mulher [Deus dizia isto à serpente após a queda dos pais da humanidade, seduzidos pela serpente], entre a tua descendência e os descendentes dela. Estes esmagar-te-ão a cabeça e tu ferirás o calcanhar deles. (Gn 3,15)

Esta promessa de Deus constitui a primeira “boa nova” sobre o Messias. Trata-se de um proto-evangelho em que a luta entre a descendência da serpente e a descendência de Eva terminará com a vitória desta, pois que a verdadeira descendência da mulher-Eva é Cristo, que, com a Sua morte e ressurreição, esmagou a cabeça da serpente, a própria morte.

Estreitamente associada a Ele encontra-se Sua Mãe, Maria, a nova Eva.

A Abraão (repare-se! já não simplesmente Abrão, com apenas um a) seguem-se os

outros Patriarcas: seu filho Isaac (nome que em hebraico significa “aquele que traz a alegria”), seu neto Jacob (palavra que significa “calcanhar”, por ele ter nascido a agarrar o calcanhar de seu irmão gémeo Esaú, como que a tentar impedir que este nascesse primeiro do que ele, o que, de facto, aconteceu...), que viu o seu nome alterado pelo anjo do Senhor com quem havia lutado, conseguindo resistir, para Israel, significando “o que luta com Deus”.

Deus havia prometido a Abraão numa segunda vez em que lhe apareceu: «Darei esta terra à tua descendência.» (Gn 12,7)

Mas a descendência de Abraão acabou por ficar escrava no Egipto e a Terra Prometida por Deus parecia cada vez mais distante e inacessível.

É aqui que começa a grande história religiosa de Israel, com as intervenções sucessivas de Deus: de uma multidão de escravos Ele formou o seu Povo – o Povo de Deus – e

encaminhou-o para a terra que tinha sido prometida ao seu antepassado Abraão.

Essa caminhada desde o Egipto até à terra de Canaã – a Terra Prometida –, conduzidos por Moisés, constitui a epopeia do Êxodo, libertação do povo hebreu da sua condição de escravo, libertação que foi a primeira salvação operada por Deus a favor do seu Povo, autêntico símbolo de todas as salvações futuras.

Esta primeira fase da História do Povo de Deus decorre entre os anos 1800 e 1200 a. C. Nessa fase, Deus ditou aos filhos de Israel, através de Moisés, os Dez Mandamentos – a Lei – começando por propor uma Aliança.

Seguiu-se o período do estabelecimento do Povo de Deus em Canaã, o que se verificou entre os anos 1200 e 1000 a. C.

Moisés havia conduzido o Povo de Deus até à vista dessa Terra Prometida.

Canaã é uma estreita faixa de terra montanhosa que fica entre a costa do

Mediterrâneo e os confins do deserto, desde Gaza, ao sul, até Hermat, ao norte. Canaã quer dizer "o país da púrpura", devendo este nome ao produto extraído de um caracol marinho que havia nas suas praias. Esse produto era o corante mais célebre do mundo antigo, a púrpura, muito difícil de obter, muito raro, e portanto muito caro, de tal modo que só os muito ricos o podiam comprar para tingirem as suas vestes.

Um outro nome dessa terra – Palestina – foi-lhe dado pelos romanos, muito mais tarde, a partir do nome dos mais ferozes inimigos de Israel, os filisteus, designados de "Filishtin", donde surgiu o nome de Palestina.

Palestina ou Canaã: a Terra Prometida onde o Povo de Deus foi introduzido pelo sucessor de Moisés, Josué.

Foi uma terra conquistada após muitas lutas entre o Povo de Deus e os habitantes dessas terras. Começou por cair a cidade

cananeia de Jericó, a primeira praça-forte da Terra Prometida, cidade-chave para a conquista de Canaã.

Depois de Jericó, e de cidade em cidade, os hebreus acabaram por se apossar de todo o Canaã.

A fidelidade dos filhos de Israel à Lei constitui a condição para obterem a terra que Deus lhes prometera, mas com um severo aviso:

> Prestai atenção vós mesmos, para que o vosso coração não se deixe seduzir nem vos desvieis para servir a outros deuses [...] desapareceríeis rapidamente da Terra boa que o Senhor vai dar-vos. (Dt 11,16-17)

As tribos nómadas hebraicas vão-se fixando na terra à medida que vão conquistando as várias cidades-estado. Vão-se dispersando, fixando-se a tribo de Judá ao sul de Jerusalém e as outras todas ao norte desta cidade. Jerusalém, entretanto,

mantinha-se ainda por conquistar, encravada entre os dois grupos de tribos.

Israel conquista a terra de Canaã, mas sem que se altere a sua fidelidade à revelação que lhe havia feito o Senhor, o Deus único, no deserto. Facto notável! Realmente, quando um povo nómada, um povo de pastores (como era o caso do povo hebreu) se fixa à terra, se sedentariza, dedicando-se à agricultura e à criação de gado, normalmente muda de religião, adoptando, habitualmente, uma série de divindades locais da agricultura e da fecundidade. Era o que acontecia com os povos nómadas dessas regiões, como o demonstra a ciência comparativa das religiões.

Ora, isso não aconteceu com Israel, embora muitas vezes tentado – fortemente tentado até – a adoptar os Baal e as Astartes, deuses locais, respectivamente da agricultura e da fecundidade. O povo hebreu nunca cedeu, como um todo, a essas tentações,

concedendo-lhe o Senhor a força, a unidade e a paz.

À fase do estabelecimento em Canaã seguiu-se a fase da monarquia por quase 500 anos.

Por volta do ano 1000 a. C., Israel, convertido em nação pela forte pressão do mundo que o rodeia e ameaça a sua existência como tal, correndo o risco de cair sob o jugo dos filisteus, adopta um governo que a época impunha como forma de poder agir com decisão e de melhor cimentar os débeis laços que mantinham unidas as várias tribos: a monarquia.

O seu rei mais célebre, David, chefe militar valoroso, alargou as fronteiras de Israel e conquistou Jerusalém, fazendo dela a capital.

David era um homem genial, tão diversamente dotado que nem sabemos qual dos seus dotes é mais digno de admiração: além de chefe militar valoroso e verdadeiro

criador do estado hebreu, era um poeta, compositor e músico de grande mérito.

Mas o reino acabou por entrar em degradação após a autêntica idade de ouro que viveu com o filho sucessor de David: o rei Salomão. A monarquia degenerou no corrente despotismo antigo-oriental, observável nos Estados vizinhos. E à medida que o despotismo se ia instalando e crescendo, nascia também e tornava-se cada vez maior a influência dos profetas.

Os profetas constituíam, no meio do povo, um núcleo de adoradores fiéis do Senhor, o chamado "resto". Estado e religião não coincidem, caso único na História, em contraposição, por exemplo, ao deus de Babel, Marduk, mera "projecção" do Estado, deus fantasmagórico, criação do Estado, para dizer e fazer o que o Estado quisesse, escravo do Estado, enfim.

Pelo contrário, o Senhor é um "Deus Vivo", criador e não criado do Estado de

Israel. Pelos seus profetas, que exercem a sua actividade em todo o tempo da realeza, Deus vai continuamente purificando a sua Revelação.

Em 935 a. C., o reino dividia-se em dois pequenos Estados: o reino do Norte, ou Israel, com a capital em Samaria, e o reino do Sul, ou Judá, com a capital em Jerusalém.

O povo não foi fiel aos compromissos com o Senhor, mesmo perante os avisos dos vários profetas que tentaram, em vão, trazer Israel à fidelidade.

Em 721 a. C., o reino do Norte é invadido pelos assírios e muitos dos seus habitantes são deportados para a Assíria, nomeadamente para a sua capital Nínive (junto de Mossul, no actual Iraque).

Por outro lado, instalaram-se colonos assírios no lugar dos homens de Israel. Esses colonos adoptaram, mesmo, a religião judaica, acabando por formar uma comunidade rival de Jerusalém, a ponto de erguerem um

templo no monte Garizim. Esses samaritanos, que se consideram os verdadeiros descendentes dos israelitas do reino do Norte, conservam ainda hoje uma notável coesão. Actualmente contam-se ainda cerca de 500 samaritanos, vivendo em Nablus e Holon, respectivamente na Cisjordânia e Israel. Eles celebram todos os anos a Páscoa no monte Garizim.

Os judeus, do reino do Sul, consideravam-nos bastardos, reinando a inimizade entre eles, inimizade que persistia ainda no tempo de Jesus.

Mais pequeno do que Israel, o reino de Judá resistiu durante mais tempo aos invasores. Mas chegou a sua vez entre os anos de 578 e 581 a. C.: os babilónios, sob o comando de Nabucodonosor II, destroem e devastam a sua capital, Jerusalém, arrasam o Templo e em três deportações levam a maior parte dos seus habitantes para Babilónia.

O povo do Norte, absorvido pela população estrangeira no país onde estava cativo – a Assíria –, nunca mais voltou a aparecer na História. Todas as investigações feitas para averiguar o paradeiro das dez tribos que ali tinham a sua pátria foram inúteis.

Quanto ao povo do Sul, esta fase do exílio, em que o povo de Judá foi deportado para a Babilónia, acabou por se tornar uma autêntica escola para os judeus que de camponeses e criadores de gado na sua terra se tornaram comerciantes e banqueiros. Trabalharam e multiplicaram-se, seguindo o conselho do profeta Jeremias contido na carta que lhes enviou de Jerusalém:

> Construí casas para morardes, plantai pomares e comei os seus frutos, casai-vos, gerai filhos e filhas, arranjai esposas para os vossos filhos e maridos para as vossas filhas e que eles também gerem filhos e filhas. Multiplicai-vos em vez de diminuir. Lutai pelo progresso da cidade para onde vos exilei

> e rezai a Deus por ela, pois o progresso desse lugar será também o vosso progresso. (Jr 29,5-7)

O reino do Sul – Judá – com a capital em Jerusalém, desaparecera como Estado, tal como os profetas tinham predito desde há muito. Mas, embora a nação tenha desaparecido, o Senhor permaneceu como o Deus único no meio de outros povos com os seus deuses, dando unidade e força aos cativos que esperavam a libertação do cativeiro anunciada pelos profetas.

> Sobe a um monte alto, mensageira de Sião; levanta bem alto a tua voz, mensageira de Jerusalém. Levanta-a, não tenhas medo. Diz às cidades de Judá: «Aqui está o vosso Deus!» Olhai: o Senhor Deus chega com poder, e com o seu braço detém o governo. Ele traz consigo o prémio, e os seus troféus O precedem. Como um pastor, Ele cuida do rebanho, e com seu braço o reúne; leva os cordeirinhos ao colo e guia mansamente as ovelhas que amamentam. (Is 40,9-11)

É assim que o termo boa nova (Evangelho em grego) é dirigido pela primeira vez aos

cativos de Babilónia, quando se começa a desenhar a sua libertação iminente.

No mesmo capítulo de Isaías é anunciado aos cativos de Babilónia um novo êxodo, mas este, agora, através do deserto da Síria, a caminho de Jerusalém.

> Uma voz grita: «Abri no deserto um caminho para o Senhor; na região da terra seca, aplanai uma estrada para o nosso Deus. Que todo o vale seja aterrado, e todo o monte e colina sejam nivelados; que o terreno acidentado se transforme em planície, e as elevações em lugar plano.» (Is 40,3-4)

De facto, a libertação anunciada sucedeu em 539 a. C., quando a Babilónia foi conquistada pelos persas e os cativos foram mandados de volta à Terra Santa pelo seu rei, Ciro.

Esta triste experiência do exílio leva o povo a tomar consciência de quanto tinha pecado: até no deserto, junto ao monte Sinai, de onde lhe falava o próprio Deus, esquecendo-se constantemente do Senhor,

ao ponto de preferir «as cebolas» da escravidão no Egipto.

E convence-se de que a salvação só pode vir de Deus e a esperança renasce com o regresso do exílio.

Após a fase do cativeiro em Babilónia, entre 587 e 539 a. C. – cerca de cinquenta anos –, seguiu-se a fase do post-exílio ou do judaísmo. São principalmente os exilados do reino do Sul, ou de Judá, os que regressam do cativeiro, chamando-se, por esse motivo, aos cinco séculos que se seguiram a esse regresso, o período do "judaísmo".

A distância que separa a Babilónia da longínqua Jerusalém é de quase 1300 quilómetros. Os hebreus põem-se a caminho e chegam a Harã, junto das margens do rio Balic, no ponto em que este desagua no Eufrates. A partir dali seguem um caminho idêntico ao que, 1400 anos antes, tinha seguido Abraão ao dirigir-se para Canaã, passando por Damasco.

Pouco depois da sua chegada a Jerusalém deitaram mãos à obra de reconstrução do Templo, com grande entusiasmo. No entanto, essa reconstrução foi-se fazendo com grande lentidão, dada a necessidade que havia de granjear o pão de cada dia e de reconstruir, também, as casas em ruínas.

Do domínio dos persas o povo hebreu passou, em 330 a. C., ao domínio greco-macedónio, após a vitória de Alexandre Magno sobre Dario III.

Embora a tolerância de Alexandre Magno permitisse que tudo quanto respeitava ao culto permanecesse incólume, já com um dos sucessores de um dos generais de Alexandre, Antíoco IV, Israel experimentou tudo quanto um povo pode sofrer na sua história de mais horrível e humilhante. Nunca, nem com os assírios, nem com os babilónios, havia recebido um tão grande golpe como o que lhe desferiu o rei Antíoco IV, o qual, além de saquear e profanar o Templo de Jerusalém,

no ano 168 a. C., mandou colectores de impostos que se apoderavam dos gados e levavam cativas as mulheres e as crianças. Ele queria, mesmo, acabar com a fé dos judeus, proibindo-lhes o culto no Templo, assim como a circuncisão das crianças judias, e mandando, até, construir altares para os ídolos. As Escrituras Sagradas foram destruídas e estabelecida a pena de morte para quem não cumprisse as suas proibições. Esta foi, verdadeiramente a primeira perseguição religiosa da História!

Seguiu-se a ocupação romana: as legiões romanas cercaram Jerusalém, que ocuparam no ano 63 a. C., fazendo de Judá e da Samaria (o antigo reino do Norte ou Israel) uma província romana. Com este acontecimento terminou até aos nossos dias a independência política de Israel.

Mas – coisa notável! – mais uma vez se verifica que a força do povo judeu não reside na sua autonomia política. Jerusalém é o

centro de um povo "disperso" por todo o mundo antigo, mas subsistindo como povo.

Ao conjunto dos judeus que vivem fora da Palestina chamou-se "diáspora" e nesse povo sempre houve homens simples, profundamente religiosos, que reconheciam a própria insuficiência, pondo toda a sua confiança no Senhor e esperando intensamente a Sua vinda salvadora: são os pobres do Senhor e é no meio deles que estará o berço de Jesus, para a salvação de todos os homens.

> Anuncio-vos a Boa Notícia, que será uma grande alegria para todo o povo: hoje, na cidade de David, nasceu-vos um Salvador, que é o Messias, o Senhor. Isto vos servirá de sinal: encontrareis um recém-nascido, envolto em faixas e deitado numa manjedoura. (Lc 2,10-12)

Esta foi a alegre notícia que no ano 1 da nossa era (ou era cristã) o Anjo do Senhor deu aos pastores que guardavam durante a noite aos seus rebanhos, nos campos de Belém.

Havia nascido o Salvador esperado, o Emanuel, o “Deus Connosco” – Jesus Cristo.

A Boa Notícia consistia nisto: Deus visitou o Seu Povo e cumpriu as promessas feitas a Abraão e à sua descendência.

E fê-lo para além de toda a expectativa: enviou o seu Filho muito amado – Jesus de Nazaré, nascido hebreu, em Belém, de uma filha de Israel, no tempo do rei Herodes e do grande imperador César Augusto, carpinteiro de profissão – ele é o Filho eterno de Deus feito homem: «o Verbo fez-Se carne e habitou entre nós». (Jo 1,4)

Estamos no limiar da História da Igreja.

II Parte

PROTO-HISTÓRIA DA IGREJA

O FILHO – VOCAÇÃO

Jesus Cristo começou por formar um povo, tal como o Pai havia feito no Antigo Testamento ao formar o povo de Israel.

A princípio um pequeno grupo, um pequenino rebanho, como lhe chama Jesus.

«Não tenhas medo, pequeno rebanho, porque o vosso Pai tem prazer em dar-vos o Reino.» (Lc 12,32)

Este reino é o Reino de Deus e a sua vinda é insistentemente anunciada por Jesus de uma forma peremptória: «Convertei-vos

porque o Reino de Deus está próximo.» (Mt 3,2)

Tendo como pano de fundo a esperança de Israel no Reino de Deus, já anunciado pelos profetas, Jesus proclama que o tempo já havia atingido o seu termo, que o Reino já estava aí, presente no meio dos Seus ouvintes. Porém, não um reino político, não um reino com um rei que trouxesse a restauração política de Israel.

«Nem se poderá dizer: "Está aqui" ou "Está ali", porque o Reino de Deus está no meio de vós.» (Lc 17,21)

E Jesus traz a alegre notícia – a Boa Nova. Deus tinha vindo oferecer-lhes o Reino e chamava-os a cooperarem com Ele. Mas, ao mesmo tempo, Jesus pede--lhes que mudem de vida, isto é, pede-lhes a conversão, numa decisão sem quaisquer reservas por Deus e em Deus, pelos outros.

Neste decidir-se, em Deus, pelos outros está o mandamento do amor a Deus e ao

próximo. Há um vínculo íntimo e indissolúvel que une o amor a Deus e o amor ao próximo, que, caso não se verifique, é a grande mentira de que falava João Evangelista. (1Jo 2,3-5)

No âmago de um sermão que Jesus pregou numa das montanhas da Galileia, e que constitui como que um discurso inaugural da nova Lei do Reino, Ele aponta aquilo que para Si contava acima de tudo. Esse sermão é o Sermão da Montanha e preenche três capítulos do Evangelho de São Mateus: o 5, o 6 e o 7.

> Em primeiro lugar buscai o Reino de Deus e a sua justiça, e Deus vos dará, em acréscimo, todas essas coisas. Portanto, não vos preocupeis com o dia de amanhã, pois o dia de amanhã terá as suas preocupações. Basta a cada dia a própria dificuldade. (Mt 6,33-34)

A medida da nossa decisão "por Deus" é-nos indicada por Jesus: tornar--nos próximos dos outros, completamente disponíveis

e com total renúncia, carregando sobre nós os problemas do homem concreto, daquele com quem estamos em contacto.

O amor ao próximo deve vencer todas as barreiras erguidas pelos homens: a raça, a cor da pele, a classe a que pertence. E, vencendo todos esses obstáculos, começa um novo tipo de relação.

Mas trata-se de um amor que se faz "próximo de todos", sem excluir ninguém:

«Amai os vossos inimigos e rezai por aqueles que vos perseguem» (Mt 5,44), pois o Senhor faz com que a chuva caia sobre os justos e os pecadores.

Viver para os outros é viver já em Deus, no Qual está a nascente de um amor sem limites.

E a nossa reconciliação com os outros constitui uma condição para esta vida.

> Portanto, se fores até ao altar para levares a tua oferta, e aí te lembrares de que o teu irmão tem alguma coisa contra ti, deixa a oferta aí diante do

> altar e vai primeiro fazer as pazes com o teu irmão; depois, volta para apresentar a oferta. (Mt 5,23-24)

Jesus, ao anunciar o Reino, põe-nos perante uma escolha, por vezes muito difícil:

> Se alguém quer seguir-Me, renuncie a si mesmo, tome cada dia a sua cruz e siga-Me. Pois, quem quiser salvar a vida, vai perdê-la; mas, quem perde a vida por minha causa, salvá-la-á. (Lc 9,23-24)

Tal escolha consiste no compromisso pela palavra e pela proposta de Jesus – viver como Ele, não pondo qualquer reserva na obediência à vontade de Deus.

Tal escolha consiste em assumir todo o peso, por vezes insuportável, das situações da sua vida de todos os dias; não procurar pretextos para alijar sobre os outros a carga da própria responsabilidade; não subordinar o bem comum à sua utilidade pessoal; não preferir a vingança ao perdão, não preferir as desavenças à reconciliação.

Em suma, tal escolha consiste em tomar a sua cruz aceitando as provações e os

sofrimentos, enfrentando tais provas com a coragem de fé em Deus: uma cruz feita em série e não uma cruz por medida, que seria ocasião de vaidade e vanglória. Isto é, uma cruz como a de Jesus, que não inventou nem escolheu a sua, tomando aquela que todos os homens Lhe puseram sobre os ombros.[2]

"Fazer-se próximo" e "tomar a cruz" são os sinais essenciais de uma decisão que leva à comunhão de vida: uma comunhão entre os homens que faz deles iguais e também irmãos, filhos daquele Deus que, em Cristo, se fez seu Pai.

E mais ainda: eles descobrem, agora, que o Reino já está ali, que amar os outros como a si mesmos já não basta. É necessário um amor mais radical e generoso, pronto a dar até a vida pelos outros, tal como Jesus, que nos dá um mandamento novo: "que nos amemos uns aos outros como Ele nos amou". E é precisamente por esse amor uns aos

outros que todos saberão que somos discípulos de Jesus.

São numerosos os sinais que nos indicam que Jesus tinha em mente a formação de um povo. O sinal mais claro de que Jesus pensava numa comunidade, num povo, está na sua preocupação em formar discípulos.

E Jesus é particularmente exigente com os seus discípulos. Por exemplo:

> Enquanto iam a caminho [na subida para Jerusalém], alguém disse a Jesus: «Seguir--Te-ei para onde quer que fores.» Mas Jesus respondeu-lhe: «As raposas têm tocas e os pássaros têm ninhos; mas o Filho do Homem não tem onde repousar a cabeça.» (Lc 9,51-58)

> Jesus disse a outro: «Segue-Me.» Ele respondeu: «Deixa-me primeiro ir sepultar meu pai.» Jesus respondeu: «Deixa que os mortos sepultem os seus próprios mortos; mas tu, vai anunciar o Reino de Deus.» (Lc 9,59-60)

> Outro ainda disse-Lhe: «Seguir-Te-ei, Senhor, mas deixa que primeiro vá despedir-me da gente da

minha casa.» Mas Jesus respondeu-lhe: «Quem põe a mão no arado e olha para trás, não serve para o Reino de Deus.» (Lc 9,61-62)

Jesus fundou, assim, uma Igreja – o novo Povo de Deus – que foi consti-tuída sob a forma de uma comunidade visível de salvação, à qual os homens se incorporam pelo Baptismo.

O pequeno rebanho inicial foi sendo instruído nos segredos do Reino de Deus. Jesus chamou os primeiros discípulos aquando do início do seu ministério na Galileia, em Cafarnaúm, cidade situada à beira-mar, onde começou a pregar: «Convertei-vos, porque o Reino do Céu está próximo.» (Mt 4,17)

Ao caminhar ao longo do mar da Galileia Jesus depara com os dois irmãos pescadores, Simão e André, encontrando-os na altura de lançarem as redes ao mar.

Dos numerosos discípulos que O seguiam, Jesus escolheu "doze" para os enviar (enviados, ou seja, apóstolos) como arautos de um

grande acontecimento: a vinda do Reino de Deus e da vontade do Senhor.

A esses doze – os Doze Apóstolos – dá instruções especiais: ensina-os a baptizar, dá-lhes o poder de expulsar espíritos impuros e de curar todas as doenças e males.

A escolha dos Doze Apóstolos é feita com uma finalidade simbólica: tal como o Povo de Deus era constituído por doze tribos, descendendo dos doze filhos de Jacob (Israel), Ele forma o novo Povo de Deus com doze homens.

Além de Simão e de André, seu irmão, chamou Tiago e João, filhos de Zebedeu – estes quatro pescadores –, mas também Filipe, Bartolomeu, Mateus, o publicano, Tomé, Tiago, filho de Alfeu, Tadeu, Simão, o zelote, e Judas Iscariotes, que haveria de O trair.

Enquanto os outros discípulos O seguiam episodicamente ou permaneciam em suas casas, continuando as suas ocupações

habituais, os Doze deixaram casa, família, ocupações e ficaram com Jesus durante todo o tempo da sua vida.

Entre esses Apóstolos há um cuja posição é a de maior relevo. Trata-se de Simão, o pescador, filho de João (Barjona), ocupando sempre o primeiro lugar em todas as listas de Apóstolos assinalados, tanto nos Evangelhos, como nos Actos dos Apóstolos.

Jesus dá-lhe um segundo nome: Pedro. Tal nome significa, simbolicamente, rocha, rochedo. E confia-lhe uma missão especial: será ele a dirigir "o pequenino rebanho", isto é, a Igreja, depois da morte de Jesus.

> Jesus chegou à região de Cesareia de Filipe e perguntou aos seus discípulos: «Quem dizem os homens que é o Filho do Homem?» Eles responderam: «Alguns dizem que é João Baptista; outros, que é Elias; outros ainda, que é Jeremias ou algum dos profetas.» Então Jesus perguntou-lhes: «E vós, quem dizeis que Eu sou?» Simão respondeu: «Tu és o Messias, o Filho do Deus vivo.» Jesus disse: «És feliz Simão, filho de Jonas, porque não foi um

ser humano que te revelou isso, mas o meu Pai que está no Céu. Por isso Eu te digo: tu és Pedro, e sobre esta pedra construirei a minha Igreja, e o poder da morte nunca poderá vencê-la. Dar-te-ei as chaves do Reino do Céu, e o que ligares na Terra será ligado no Céu, e o que desligares na Terra será desligado no Céu.» (Mt 16,13-19)

Esta eleição de Pedro é confirmada por Jesus mais tarde, após a Sua morte e ressurreição, nas margens do lago de Tiberíades, depois de ter suscitado uma pesca milagrosamente abundante a um grupo dos seus discípulos (Simão Pedro, Tomé Natanael, Tiago e João, filhos de Zebedeu, e mais outros dois) que passaram a noite a pescar mas sem conseguirem apanhar nada. Era a terceira vez que Jesus aparecia aos seus discípulos depois de ter ressuscitado.

Depois de comerem, Jesus perguntou a Simão Pedro: «Simão, filho de João, amas--Me mais do que estes?» Pedro respondeu: «Sim, Senhor, Tu sabes que Te amo.» Jesus disse: «Cuida dos meus cordeiros.» Jesus perguntou de novo a Pedro:

«Simão, filho de João, tu amas-Me?» Pedro respondeu: «Sim, Senhor, Tu sabes que Te amo.» Jesus disse: «Toma conta das minhas ovelhas.» Pela terceira vez Jesus perguntou a Pedro: «Simão, filho de João, tu amas-Me?» Então Pedro ficou triste, porque Jesus perguntou três vezes se ele O amava. Disse a Jesus: «Senhor, Tu conheces tudo e sabes que Te amo.» Jesus disse: «Cuida das minhas ovelhas.» (Jo 21, 15-17)

A tradição católica viu neste encargo de pastorear todo o rebanho de Cristo (cordeiros e ovelhas) o cumprimento da promessa do primado.

Muito antes, já no final da Última Ceia, Jesus previne Pedro da dura prova a que seria submetido.

«Simão, Simão! Olha que Satanás pediu autorização para vos joeirar como trigo. Eu, porém, rezei por ti, para que a tua fé não desfaleça. E tu, quando tiveres voltado para Mim, fortalece os teus irmãos.» Mas Simão disse: «Senhor, contigo estou pronto a ir até mesmo para a prisão e para a morte!» Jesus, porém, respondeu: «Pedro, Eu te

digo que hoje, antes que o galo cante, três vezes seguidas negarás conhecer-Me.» (Lc 22,31-34)

E viu-se, de facto, como Pedro, no pátio da casa do sumo-sacerdote, após a prisão de Jesus, O negou três vezes até o galo cantar. Quando ouviu o galo cantar, voltou-se e encarou com o Senhor, cujo olhar lhe fez recordar as suas palavras na Última Ceia. «Então Pedro saiu para fora e chorou amargamente.» (Lc 22,62) Pedro chorou simplesmente, como uma criança envergonhada.[3] Verificava-se uma autêntica conversão de Pedro, predita pelo Senhor, pondo mais uma vez em destaque a pessoa do Apóstolo, cuja fé foi decisiva na formação da comunidade primitiva: «E tu, quando tiveres voltado para Mim, fortalece os teus irmãos.» (Lc 22,32)

A vida de Jesus entre os homens culminou com a sua Paixão e Morte, no ano 30 da era cristã.

Ele mesmo Se apresentou como o Cristo, isto é, o Messias já anunciado pelos profetas

e que o Povo de Israel esperava ansiosamente como enviado de Deus para realizar a salvação.

Mas o Povo escolhido repudia o Salvador, pois o esperava um chefe terreno que o libertasse do jugo dos opressores romanos que na época ocupavam a Palestina. Pensavam na concepção então dominante, político-administrativa, que a salvação trazida pelo Messias consistiria na restauração do Reino de Israel em todo o seu esplendor.

Ora, Jesus Cristo não foi reconhecido como tal e, repudiado e preso, levado à presença de Pôncio Pilatos, Ele mesmo declarou ao governador romano: «O meu reino não é deste mundo. Se o meu reino fosse deste mundo, os meus guardas lutariam para que Eu não fosse entregue às autoridades dos judeus.» (Jo 18,36)

Após o atabalhoado julgamento a que O sujeitaram, foi condenado a morrer na cruz. A prova decisiva da verdade da doutrina que

pregou durante os três anos da sua vida pública está no facto de ter ressuscitado ao terceiro dia, como já havia anunciado antes dos acontecimentos que conduziram à sua morte.

> Eis que estamos a subir para Jerusalém, e o Filho do Homem vai ser entregue aos sumos-sacerdotes e aos doutores da Lei. Eles condená-l'O-ão à morte, e entregá-l'O--ão aos pagãos para zombarem d'Ele, flagelá-l'O e crucificá-l'O. E no terceiro dia Ele ressuscitará. (Mt 20,18-19)

A Ressurreição de Cristo é o dogma central do Cristianismo apresentando-se os Apóstolos, a partir de então, como testemunhas de Cristo Ressuscitado.

Estavam reunidos todos os elementos para começar uma nova história: a História da Igreja.

Essa História começou a desenrolar-se num vasto Império unificado em torno de toda a bacia do Mediterrâneo, em que se disfrutava de uma paz que permitia a livre

circulação de pessoas, mercadorias e doutrinas: o Império Romano.

Graças à Pax Romana, pessoas e mercadorias circulavam livremente de um extremo ao outro do Império, por terra ou pelo mar. Os caminhos das pessoas e das mercadorias eram também os caminhos das doutrinas e do Evangelho.

O Império Romano foi uma autêntica "preparação evangélica", permitindo a rápida difusão do Evangelho através da Via Ápia, que levava de Roma para o sul, até Brindisi; da Via Aurélia, que seguia de Roma para o norte, até Génova; da Via Domícia, levando de Itália a Espanha; e pela Via Inácia, que conduzia até Bizâncio. Mas também a via marítima foi utilizada, navegando-se de Itália para o Egipto, de Cades até ao porto de Óstia (Roma), da Gália até Roma.

Estavam lançados os dados, a história ia começar...

Vós sois testemunhas disso. Agora vou enviar-vos Aquele que meu Pai prometeu. Por isso, esperai na cidade, até que sejais revestidos da força do alto. (Lc 24,48-49)

Jesus Cristo não fundou apenas uma religião – o Cristianismo. Ele fundou, também, uma Igreja, o novo Povo de Deus, constituída sob a forma de uma comunidade visível de salvação, na qual os homens se incorporam pelo Baptismo.

Na sua última aparição aos Onze, após ter ressuscitado, Jesus deu-lhes esta ordem: «Ide pelo mundo inteiro e anunciai a Boa Notícia a toda a Humanidade. Quem acreditar e for baptizado, será salvo. Quem não acreditar, será condenado.» (Mc 16,15-16)

São Mateus, no seu Evangelho, escreve praticamente o mesmo, embora de outro modo:

Toda a autoridade Me foi dada no Céu e sobre a Terra. Portanto, ide e fazei com que todos os povos se tornem meus discípulos, baptizando-os em

> nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo, e ensinando-os a observar tudo o que vos ordenei. Eis que Eu estarei convosco todos os dias, até ao fim do mundo. (Mt 28,18-20)

Já na Última Ceia, no discurso de despedida (Jo 13,14-15), por cinco vezes anuncia aos Onze (entretanto Judas Iscariotes saíra para cumprir a sua traição) a vinda do Espírito Santo, o Espírito da verdade, que lhes ensinaria tudo o que ouviram a Jesus, o Paráclito (Consolador), que dará ao mundo provas irrefutáveis de uma culpa, pois não haviam acreditado em Jesus, de uma inocência, pois Ele iria para o Pai e já não O veriam, e de um julgamento, pois o príncipe deste mundo ficara condenado.

Pode dizer-se que a Igreja, após uma gestação de três anos, nasceu no dia de Pentecostes, começando, desde então, propriamente a sua História.

III Parte

O ESPÍRITO SANTO – A MISSÃO

Primeiro Milénio

Do Pentecostes ao Cisma do Oriente

O Nascimento da Igreja

Fundada pelo próprio Senhor, a Igreja, novo Povo de Deus, edificada sobre a rocha que era Simão Pedro, foi constituída sob a forma de uma comunidade visível de salvação à volta de doze homens – os Apóstolos – instruídos de uma forma especial ao longo de três anos, ensinados a baptizar e tendo-lhes sido conferido o poder de expulsar espíritos impuros e de curar todas as doenças e males. Essa Igreja, na última aparição do Senhor Ressuscitado, recebe a ordem de ir pelo mundo inteiro proclamando o Evangelho a toda a criatura, fazendo discípulos em todos os povos, incorporando-os no seu seio pelo Baptismo em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, com a promessa da sua presença até ao fim dos tempos.

Com tais ordens e promessa, a Igreja nasceu para a missão no ano 30 da nossa era, em Jerusalém, no dia em que se celebrava, cinquenta dias depois da Páscoa, a festa do Pentecostes. Nessa festa os hebreus

celebravam a aliança entre Deus e o seu Povo no Sinai.

Após a Ascensão de Jesus, no monte das Oliveiras, situado frente a Jerusalém, os Apóstolos dirigiram-se para a casa onde habitualmente se encontravam. Aí, juntamente com Maria, mãe de Jesus, e com os irmãos de Jesus, entregaram--se assiduamente à oração.

Ao fim de alguns dias, numa ocasião em que estavam reunidos cerca de cento e vinte discípulos, Pedro fez uma proposta: que de entre os discípulos de Jesus, que O haviam acompanhado desde o dia do Baptismo do Senhor até ao da sua Ascensão, se escolhesse um deles para se tornar, com os Onze, testemunha da Ressurreição.

E assim, para ocupar o lugar deixado vago por Judas Iscariotes, foi escolhido Matias.

No dia de Pentecostes, Jesus cumpriu a sua promessa de enviar o Espírito Santo.

> Quando chegou o dia de Pentecostes, todos eles estavam reunidos no mesmo lugar. De repente, veio do céu um barulho como o sopro de um forte vendaval, e encheu a casa onde eles se encontravam. Apareceram então uma espécie de línguas de fogo, que se espalharam e foram poisar sobre cada um deles. Todos ficaram repletos do Espírito Santo, e começaram a falar em outras línguas, conforme o Espírito lhes concedia que falassem. Acontece que em Jerusalém moravam judeus devotos de todas as nações do mundo. Quando ouviram o barulho, todos se reuniram e ficaram confusos, pois cada um ouvia os discípulos a falar na sua própria língua. (Act 2,1-6)

O milagre das línguas constitui um dos frutos do Espírito Santo derramado sobre os Apóstolos de Jesus no dia de Pentecostes. Nesse dia inverteu-se aquilo que aconteceu na Torre de Babel: a confusão das línguas, simbolizando a situação de alienação e inimizade recíprocas. Em Babel a comunidade dos homens tentava criar um poder sem Deus, mas onde não há Deus o homem só produz divisão. Assim, com o Pentecostes, o

Espírito de Deus reconstruiu a unidade quebrada em Babel.

Então, no meio da estupefacção geral por aquilo a que assistiam, Pedro, no meio dos doze Apóstolos, levantou-se e dirigiu um discurso breve e simples, mas eloquente e arrebatador e cheio de autoridade de alguém que está seguro daquilo que diz.

Falou-lhes do Jesus que eles, judeus, haviam crucificado e morto, mas que havia ressuscitado. Pedro terminou o seu discurso de uma forma incisiva: «Que todo o povo de Israel fique a saber com certeza que Deus tornou Senhor e Cristo aquele Jesus que vós crucificastes.» (Act 2,36)

«Irmãos, que devemos fazer?» (Act 2,37) perguntavam os ouvintes, emocionados até ao fundo do coração com tudo aquilo que tinham ouvido, acreditado pelos fenómenos que antecederam o discurso de Pedro, o facto de escutarem os Apóstolos no seu próprio idioma – e eram dezasseis os idiomas dos

presentes – e a autoridade que Pedro pusera nas suas palavras.

«Arrependei-vos, e cada um de vós seja baptizado [...]» (Act 2,38)– respondeu-lhes Pedro. Receberam o Baptismo e o dom do Espírito cerca de três mil pessoas nesse dia.

Gesta de Pedro

Simão Pedro Barjona, o Apóstolo que ocupa o primeiro lugar em todas as listas de Apóstolos assinaladas tanto nos evangelhos como nos Actos dos Apóstolos...

Simão, a quem Jesus dera um segundo nome – Pedro –, nome que significa simbolicamente pedra, rocha, rochedo...

Simão Pedro, a quem é confiada directamente por Jesus uma missão especial de direcção do “pequeno rebanho”, isto é, a Igreja, após a Sua morte: «Tu és Pedro e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja...» (Mt 16,18)

Simão Pedro, cuja eleição de chefe da Igreja foi confirmada, mais tarde, por Jesus, após a Sua morte e ressurreição, nas margens do lago de Tiberíades: «Cuida dos meus cordeiros [...], toma conta das minhas ovelhas [...]» (Jo 21,15-16)

Simão Pedro, o chefe incontestado, que tomou a iniciativa, numa assembleia de cento e vinte irmãos, de propor a eleição de uma "testemunha da Ressurreição de Jesus" entre os homens que acompanharam os Apóstolos durante todo o tempo em que o Senhor viveu entre eles, desde o Seu Baptismo até à Sua Ascensão. Após terem orado para essa finalidade, de entre os designados para esse efeito – José Barsabas, o Justo, e Matias – foi escolhido Matias depois de tirarem à sorte... (Act 1,15-26)

Simão Pedro, o porta voz dos Doze Apóstolos depois da descida do Espírito Santo sobre eles na casa onde O esperavam, no dia do Pentecostes, dirigindo-se aos "judeus piedosos provenientes de todas as nações que há debaixo do céu..." e que se encontravam em Jerusalém por altura das festas da Páscoa e Pentecostes, num discurso – o seu primeiro discurso como chefe da Igreja nascente – que levou às primeiras

conversões: cerca de três mil pessoas... (Act 2,37-41)

Simão Pedro, que certamente dirigia, à cabeça dos Apóstolos, a Igreja de Jerusalém, uma comunidade modelo em que os irmãos «eram perseverantes em ouvir o ensinamento dos Apóstolos, na comunhão fraterna, no partir do pão e nas orações». (Act 2,42)

Simão Pedro – simplesmente Pedro, desde então – iniciou, após o Pentecostes, uma gesta de que se ocupam praticamente metade dos capítulos dos Actos dos Apóstolos (a outra metade constitui a gesta de Paulo).

Essa gesta retoma o seu curso alguns dias depois dos acontecimentos do Pentecostes, em que Pedro e João subiram ao Templo, tendo aí Pedro realizado o seu primeiro milagre ao curar o coxo da Porta Formosa, coxo de nascença que ali era colocado todos os dias a pedir esmola.

O povo, que conhecia o coxo desde sempre, assombrado quando o viu caminhar,

louvou a Deus e foi-se juntando em torno de Pedro e João. Então, Pedro tomou a palavra: «Israelitas, porque vos admirais com o que aconteceu?» (Act 3,12) E continuou falando do julgamento iníquo a que haviam submetido Jesus, tendo-O eles negado quando já Pilatos estava resolvido a libertá-l'O, exigindo-lhe a libertação de um assassino no seu lugar. «Meus irmãos, sei que agistes por ignorância» (Act 3,17), de maneira que «arrependei-vos e convertei--vos para que os vossos pecados sejam perdoados». (Act 3,19)

E muitos dos que ouviam a Palavra abraçaram a fé e mais dois mil convertidos se juntaram aos crentes. (Act 3,1-26; 4,4)

Estava ainda Pedro a falar ao povo sob o pórtico de Salomão, no Templo, quando surgiram os sacerdotes, o comandante do Templo e os saduceus, que, irritados por verem os Apóstolos a ensinar o povo a testemunhar a Ressurreição de Jesus, os prenderam, fazendo-os comparecer, no dia seguinte,

perante uma assembleia presidida pelo sumo-sacerdote Anás e ainda Caifás.

Interrogaram-nos, querendo saber com que poder ou em nome de quem haviam feito o anúncio da Ressurreição de Jesus, coisa que os saduceus não admitiam por não acreditarem na ressurreição dos mortos.

Então, cheio do Espírito Santo, Pedro adianta-se e volta a tomar a palavra, defendendo com desassombro a sua causa perante o sumo-sacerdote e o Sinédrio:

> É pelo Nome de Jesus Cristo, de Nazaré – Aquele que crucificastes e que Deus ressuscitou dos mortos –, é pelo seu Nome, e por nenhum outro, que este homem [o aleijado da Porta Formosa] está curado diante de vós. Jesus é a pedra que vós, construtores, rejeitastes, e que se tornou a pedra angular. Não existe salvação em nenhum outro. (Act 4,10-12)

Perante tal desassombro, e reconhecendo a realidade do milagre, os membros do Sinédrio não tiveram meio de os castigar, por

receio do povo, que não cessava de glorificar a Deus pelo que tinha acontecido. E resolveram, então, libertar os Apóstolos, embora proibindo-os formalmente de falar ou ensinar em nome de Jesus.

Mas os Apóstolos, não receando as ameaças do Sinédrio, continuaram a pregar Cristo no Templo, junto ao Pórtico de Salomão. Pregavam e faziam muitos milagres, pelo que a multidão que os rodeava era cada vez maior, vindo mesmo gente das cidades próximas de Jerusalém transportando doentes. Os doentes eram trazidos para as ruas, colocados em enxergas e catres, a fim de que à passagem de Pedro, ao menos a sua sombra cobrisse alguns deles e os curasse.

Atraídos pela agitação gerada por estes acontecimentos, surgiram o sumo--sacerdote e os saduceus, que voltaram a prender os Apóstolos.

Mas durante a noite o Anjo do Senhor abriu as portas da prisão e conduziu os

Apóstolos para o exterior, dizendo-lhes para voltarem ao Templo para continuarem a pregar ao povo a Palavra da Vida.

De manhã cedo, eis que eles estão novamente no Templo a anunciar a salvação de Jesus Cristo.

Reunido o Sinédrio foram mandados buscar os Apóstolos à cadeia. Para espanto de todos encontraram a cadeia fechada com toda a segurança, até com guardas de sentinela à porta, mas dos presos não havia o mínimo sinal. Perplexos, o sumo-sacerdote e o comandante do Templo não percebiam o sucedido, para o qual não viam qualquer explicação, e mais perplexos ficaram ainda quando alguém veio comunicar-lhes que os Apóstolos estavam naquele momento no Templo a ensinar o povo.

O comandante do Templo dirigiu-se imediatamente para lá com os guardas, trazendo os Apóstolos à presença do Sinédrio, sem os

forçarem, pois receavam ser apedrejados pela multidão.

Em resposta às considerações do sumo-sacerdote pela sua desobediência ao continuarem a espalhar a sua doutrina, recusaram-se resolutamente a deixar de pregar porque, dizia Pedro, «é preciso obedecer antes a Deus do que aos homens». (Act 5,29)

Esta atitude dos Apóstolos aumentou-lhes a irritação, pensando, então, seriamente em matá-los. Interveio, entretanto, um homem ilustre, um fariseu doutor da Lei, Gamaliel, respeitado por todo o povo, e que advertiu os membros do Sinédrio:

> Não vos preocupeis com estes homens [...] se o seu projecto ou actividade é de origem humana, será destruído; mas, se vem de Deus, não conseguireis aniquilá-los. Cuidado, não corrais o risco de vos meterdes contra Deus! (Act 5,38-39)

Chamados à razão com estas palavras de Gamaliel, os membros do Sinédrio mandaram açoitar os Apóstolos, voltaram a

proibi-los de falar em nome de Jesus e libertaram-nos.

E os Apóstolos saíram do Sinédrio cheios de alegria por terem sido dignos de sofrer ultrajes por causa do Nome do Senhor.

«E cada dia, no Templo e pelas casas, não cessavam de anunciar a Boa Notícia de Jesus Messias.» (Act 5,42)

Entretanto, iam sendo evangelizados, durante os primeiros anos, os judeus de cultura aramaica, aqueles que falavam a língua de Jesus – o aramaico –, aliás a língua mais falada no Médio Oriente naquela época. Esses primeiros convertidos continuavam a comportar-se como qualquer judeu piedoso: rezavam no Templo, observavam os preceitos alimentares e praticavam a circuncisão. Constituíam mais uma seita no meio das que existiam até aí, isto é, os fariseus, os saduceus e os zelotes.

O que os distinguia desses era, principalmente, o baptismo em nome de Jesus e eram

conhecidos como os Nazarenos, isto é, seguidores de Jesus de Na-zaré. Eles constituíam, em Jerusalém, uma comunidade modelo:

> Eram perseverantes em ouvir o ensinamento dos Apóstolos, na comunhão fraterna, no partir do pão e nas orações. Em todos eles havia temor, por causa dos numerosos prodígios e sinais que os Apóstolos realizavam. Todos os que abraçaram a fé eram unidos e colocavam em comum todas as coisas; vendiam as suas propriedades e os seus bens e repartiam o dinheiro entre todos, conforme a necessidade de cada um. Diariamente, todos juntos frequentavam o Templo e nas casas partiam o pão, tomando alimento com alegria e simplicidade de coração. Louvavam a Deus e eram estimados por todo o povo. E todos os dias o Senhor acrescentava à comunidade outras pessoas que iam aceitando a salvação. (Act 2,42-47)

Até aí, como vimos, a pregação era dirigida, em aramaico, aos judeus dessa cultura e a Igreja não cessava de crescer.

Pouco tempo depois começam também a ser evangelizados os helenistas, os judeus de cultura grega. Mas judeus, ainda...

Começou, com esta abertura aos judeus helenistas, a conversão, primeiro da comunidade helenista de Jerusalém, e depois, a partir do ano 36, a dos judeus de terras mais distantes, mesmo fora da Palestina, mercê das perseguições que, entretanto, começavam a sofrer os "nazarenos".

Os helenistas, em Jerusalém, que se queixavam de ser esquecidas as suas viúvas no serviço das mesas, isto é, no serviço da caridade, preteridas em relação às viúvas dos hebreus, recorreram aos Doze, fazendo subir até eles as suas queixas.

Resolveram, então, os Apóstolos confiar a tarefa do serviço às mesas a sete homens de boa reputação, escolhidos pela assembleia dos discípulos, destinados a esse serviço ou diaconia (do grego diakonia, ou seja, serviço), a fim de que eles – os Doze – se

dedicassem com assiduidade à oração e ao serviço da palavra.

Foram, assim, depois de escolhidos, designados sete diáconos. Os Actos dos Apóstolos registaram os nomes dos sete: Estêvão, chefe dos sete, Filipe, Prócuro, Nicanor, Timão, Parmenas e Nicolau, prosélito de Antioquia (isto é, um não judeu que observava a Lei judaica e era proveniente de Antioquia).

Em breve, Estêvão, «cheio de graça e de poder, fazia grandes prodígios e sinais» (Act 6,8), provoca a inveja e a ira de alguns membros da sinagoga, acabando por ser preso e falsamente acusado de blasfemo. Arrastado para fora da cidade, é aí apedrejado até à morte.

«Naquele dia, desencadeou-se uma grande perseguição contra a Igreja de Jerusalém.» (Act 8,1) Todos os discípulos se dispersaram pela Judeia e Samaria, com excepção dos Doze.

O grande perseguidor era Saulo, que, indo de casa em casa, prendia os discípulos de Jesus e entregava-os à prisão.

Embora dispersos pela perseguição, os discípulos tornam-se autênticos missionários entre os judeus dos vários lugares aonde chegam, anunciando a Boa Nova e realizando milagres, conseguindo a conversão de multidões.

Uma das regiões evangelizadas foi precisamente a Samaria e o protagonista dessa evangelização foi um dos fugitivos: o diácono Filipe, um dos sete.

A Samaria, que havia hostilizado Jesus, não O recebendo porque Ele ia a caminho de Jerusalém, era palco de um cisma religioso que vinha dos tempos do regresso do exílio na Babilónia, altura em que se acentuaram as rivalidades entre samaritanos e judeus e que já haviam começado nos inícios da monarquia, com a divisão em dois reinos: o do

Norte, Israel, correspondendo à Samaria, e o do Sul, Judá, com capital em Jerusalém.

A Samaria constitui a segunda etapa da expansão do Evangelho, após uma primeira etapa de evangelização de Jerusalém.

Nestas duas primeiras etapas, a evangelização era dirigida apenas aos judeus, como vimos, embora a evangelização da Samaria constituísse já o esboço de uma abertura da pregação aos judeus segregados do antigo reino do Norte – Israel –, os Samaritanos, deportados para a Assíria no tempo do rei Oseias, levados por Sargão, rei assírio, em 721 a . C. «porque os israelitas pecaram contra o Senhor, seu Deus, que os havia tirado da terra do Egipto». (2Rs 17,7) O rei assírio havia mandado vir gente de várias partes do seu Império – da Babilónia, de Creta, de Harmat, etc. – estabelecendo essa gente nas cidades da Samaria no lugar dos filhos de Israel. Os estrangeiros foram-se misturando com os israelitas que tinham permanecido

em Samaria, acabando por se gerar uma mistura social que, ao mesmo tempo que adorava o Senhor, Deus de Israel, continuava a sacrificar aos deuses gentios: adoravam o Senhor mas honravam, ao mesmo tempo, os seus ídolos, costumes que mantiveram até à geração do tempo de Jesus. Esses Samaritanos, oriundos da mistura de judeus e gentios, nunca mais foram bem aceites pelos judeus.

Foram esses mesmos Samaritanos que, ao ouvirem o diácono Filipe a pregar Cristo e ao vê-lo realizar milagres, aderiram em multidão a essa pregação, recebendo o Baptismo.

A Igreja de Jerusalém, ao tomar conhecimento do que se passava em Samaria, enviou para lá Pedro e João.

Ora, os Samaritanos haviam apenas recebido o Baptismo em nome do Senhor Jesus, não tendo ainda descido sobre nenhum deles o Espírito Santo. Então, Pedro e João, depois de orarem pelos Samaritanos, foram-lhes

impondo as mãos a fim de receberem o Espírito Santo.

Vivia em Samaria um homem que praticava magia, assombrando o povo com as suas habilidades mágicas. Chamava-se Simão e ele mesmo também acreditou na pregação do diácono Filipe, tendo recebido o Baptismo. Vivia espantado com os milagres e prodígios que Filipe fazia.

E mais pasmado ficou quando, após a chegada de Pedro e João à Samaria, os via conferirem o Espírito Santo pela imposição das mãos. E o convertido Simão propõe a Pedro comprar-lhe o seu poder apostólico de dar o Espírito Santo pela imposição das mãos. Porém, Pedro repreende-o veementemente, concitando-o ao arrependimento e a pedir a Deus que lhe perdoasse. O samaritano Simão arrependeu-se, pedindo mesmo a intercessão do Apóstolo junto do Senhor, de modo a não perder a salvação. Deste episódio, relatado nos Actos dos

Apóstolos, nasceu um novo termo – "simonia" – que passou a designar a compra e venda de poderes ou cargos eclesiásticos.

A Igreja ia sendo edificada, crescendo com a assistência do Espírito Santo, graças à paz de que gozava, entretanto, em toda a Judeia, Galileia e Samaria.

Pedro andava por todo o lado, anunciando a palavra do Senhor, procla-mando a Boa Nova em muitas aldeias e vilas.

Ao passar por Lida, terra situada a cerca de 20 quilómetros de Jope ou Jafa, encontrou lá um paralítico, Eneias, que vivia há oito anos estendido num catre. Ao vê-lo, disse-lhe Pedro: «Eneias, Jesus Cristo vai curar-te! Levanta-te e arruma a tua cama.» (Act 9,33) E logo o paralítico se levantou, curado, facto que puderam comprovar todos os habitantes de Lida, que, perante aquilo a que tinham assistido, se converteram todos ao Senhor.

De Lida, Pedro dirigiu-se a Jope, chamado pelos discípulos de Jesus existentes nessa cidade. O facto é que tinha adoecido e morrido uma discípula muito estimada pelas generosas esmolas que distribuía e pelas boas obras que praticava. Tratava-se de Tabitá, em grego Dórcada, palavra que significa “gazela”.

Pedro, ao chegar junto do corpo de Tabitá, exposto numa sala, mandou sair todos os presentes, ajoelhou-se e orou. Depois, voltando-se para o corpo, disse: «Tabitá, levanta-te !» (Act 9,40). E Tabitá imediatamente abriu os olhos e sentou-se. Pedro, tomando-a pela mão, mostrou-a, viva, a todos. O milagre tornou-se conhecido em toda a cidade, o que levou muitos a converterem-se e a acreditarem no Senhor.

Entretanto, Pedro ficou instalado em Jope durante bastante tempo, em casa de um curtidor chamado Simão.

Estes dois milagres – a cura do paralítico de Lida e a ressurreição de Tabitá em Jope – precederam a manifestação da própria acção de Deus quando resolveu abrir as portas da Igreja aos gentios por intermédio de Pedro, como que numa confirmação do primado do Apóstolo. Essa manifestação do universalismo cristão deu-se em Cesareia.

> [...] ao meio-dia Pedro subiu ao terraço para rezar. [em Jope, ou Jafa, em casa do curtidor Simão]. Sentiu fome e quis comer; mas, enquanto preparavam a comida, Pedro entrou em êxtase. Viu o céu aberto e uma coisa que descia para a terra; parecia uma grande toalha sustentada pelas quatro pontas. Dentro dela havia toda a espécie de quadrúpedes, e também répteis da terra e aves do céu. E uma voz disse-lhe: «Levanta--te, Pedro, mata e come!» Mas Pedro respondeu: «De modo nenhum, Senhor! Porque eu nunca comi coisa profana e impura!» A voz disse-lhe pela segunda vez: «Não consideres impuro o que Deus purificou.» Isto repetiu-se por três vezes. Depois a coisa foi recolhida para o céu. (Act 10,9-16)

E, enquanto Pedro meditava sobre a estranha visão que tinha tido, chegaram, entretanto, três mensageiros que lhe pediram que fosse a casa do seu senhor, o centurião romano Cornélio, em Cesareia, cerca de 55 quilómetros a norte de Jafa.

O centurião Cornélio, homem piedoso e temente a Deus, que dava grandes esmolas aos pobres e orava continuamente a Deus, havia tido também uma visão extraordinária de um Anjo de Deus que lhe disse para enviar homens a Jope a chamar um certo Simão, conhecido por Pedro.

E quando Pedro, correspondendo ao que lhe fora solicitado, chega ao contacto com Cornélio, compreende completamente a visão que tinha tido: Deus havia-lhe mostrado que não se devia chamar impuro a homem algum. Na realidade, os judeus estavam impedidos de contactar com os gentios e de comer com eles, pois estes comiam animais considerados impuros. Eles

obedeciam a um código de pureza ritual, não podendo comer coelhos, lebres, porcos – porque não têm a unha do pé dividida em dois cascos – os répteis e os animais aquáticos sem barbatanas ou escamas, e praticamente todas as aves do céu. Todas estas prescrições se encontram no Levítico (Lv 11,1-47).

E – mais ainda – quando Cornélio fala da sua visão em que um Anjo lhe dissera para mandar chamar o Apóstolo, Pedro replicou: «Agora compreendo que Deus não faz diferença entre as pessoas» (Act 10,34) e continuou o seu discurso de testemunha de Jesus, terminando por dizer que quem acreditasse recebia a remissão dos pecados.

Pedro ainda falava quando o Espírito Santo desceu sobre Cornélio e quantos ouviam a palavra começaram a falar em línguas e a glorificar a Deus.

E perante esta manifestação do Espírito Santo, à qual, além de Pedro, assistiam

estupefactos os seus companheiros vindos com ele de Jope, discípulos judeus nessa cidade, Pedro não teve qualquer dúvida em ministrar a Cornélio e toda a sua família o Baptismo em nome de Jesus.

A notícia do acontecido correu célere e chegou a Jerusalém, onde causou grande perturbação nos Apóstolos e nos discípulos de Jesus, os irmãos da Judeia...

> Os Apóstolos e os irmãos que viviam na Judeia souberam que também os pagãos haviam acolhido a Palavra de Deus. Quando Pedro subiu a Jerusalém, os fiéis de origem judaica começaram a discutir com ele, dizendo: «Tu entraste em casa de incircuncisos e comeste com eles!» Então Pedro começou a relatar-lhes, passo a passo, o que havia acontecido [...] Ao ouvirem isto, os fiéis de origem judaica acalmaram-se e glorificaram a Deus, dizendo: «Também aos pagãos Deus concedeu a conversão que leva à vida!» (Act 11,1-4;18)

Depois do Pentecostes dos judeus, em Jerusalém, o Espírito Santo derramara os seus

dons num Pentecostes dos gentios, em Cesareia.

A terceira etapa estava prestes a começar, mercê da feroz perseguição movida aos discípulos de Jesus: a fundação da Igreja de Antioquia, na Síria. Aí a pregação era feita apenas aos judeus lá residentes, embora começassem também a ser evangelizados alguns gregos. Quando a notícia chegou à Igreja de Jerusalém, esta enviou Barnabé a Antioquia, para constatar esta grande «graça concedida por Deus». (Act 11,22-24)

Antioquia era a capital da província romana da Síria e a terceira maior cidade do Império Romano, depois de Roma e Alexandria.

E «foi em Antioquia que os discípulos receberam, pela primeira vez, o nome de "cristãos"». (Act 11,26)

Entretanto, no ano 41, começa de novo a perseguição dos cristãos, movida por um sobrinho de Herodes Antipas que se tornara

rei da Judeia e Samaria: o rei Herodes Agripa I.

Alguns membros da Igreja de Jerusalém foram particularmente “maltratados”: Tiago Zebedeu, irmão de João, que foi mandado matar à espada, para regozijo dos judeus; e Pedro, que foi preso para também ser morto.

Pedro foi colocado na prisão e acorrentado. Para sua guarda foram destacados quatro piquetes de quatro soldados cada um: dos quatro soldados de cada turno, dois ficavam colocados um de cada lado de Pedro e os outros dois ficavam de sentinela à porta da prisão.

Pedro dormia quando, de súbito, apareceu o Anjo do Senhor, ficando a masmorra inundada de luz; o Anjo despertou Pedro, a quem caíram as correntes das mãos; mandado pelo Anjo que o seguisse, assim fez. Passaram pelos postos da guarda até à porta de ferro da prisão que dava para a rua. Essa porta abriu-se imediatamente, por si

mesma, e Pedro e o Anjo saíram, começando a caminhar por uma rua, após o que o Anjo desapareceu de junto de Pedro.

Pensando no melhor caminho a tomar, Pedro decidiu-se a ir a casa de Maria, mãe de João Marcos (primo de Barnabé e companheiro, como este, de Paulo numa das suas viagens).

Em casa de Maria estavam reunidos a orar numerosos fiéis que ficaram estupefactos quando viram Pedro. Este contou-lhes a sua milagrosa libertação, recomendando-lhes que o participassem aos irmãos de Jerusalém. Depois disso, Pedro retirou-se para parte incerta. Os escritos não nos dão conta desse lugar...

Pedro como que se eclipsa, para só reaparecer mais tarde numa assembleia em Jerusalém, onde se discutiu uma questão levantada, em Antioquia, pelos cristãos judaizantes que preconizavam a necessidade da circuncisão para se poder ser salvo. Paulo e

Barnabé haviam sido enviados de Antioquia a Jerusalém para consultarem os Apóstolos e os Anciãos sobre esta questão.

Em Jerusalém, alguns do partido dos fariseus, que se haviam convertido, insistiram na necessidade de observância da Lei de Moisés: os pagãos convertidos à fé cristã teriam de ser circuncidados.

Após longa discussão, Pedro levantou-se e num discurso lembrou como em Cesareia, após terem abraçado a fé, aos pagãos também havia sido concedido o Espírito Santo, sem lhes impor o “jugo” da circuncisão.

Em seguida, com o acordo de toda a Igreja, foi enviada uma carta apostólica a Antioquia em que, nomeadamente, referiam que «decidimos, o Espírito Santo e nós, não vos impor nenhum fardo» (Act 15,28) senão a abstenção de carnes imoladas aos ídolos, do sangue, de carnes sufocadas e da imoralidade.

Após esta assembleia de Jerusalém os escritos são completamente omissos a respeito de Pedro: o Novo Testamento não menciona o local para onde se dirigiu Pedro após a sua prisão e libertação miraculosa, bem como depois da Assembleia de Jerusalém.

No entanto, a tradição desde os fins do século ii refere Pedro como chefe da Igreja de Roma: Ireneu, na sua obra Contra as Heresias, menciona explicitamente os Apóstolos Pedro e Paulo como fundadores da Igreja de Roma, «a Igreja venerável, muito antiga e conhecida de todos»[4]; Tertuliano refere o martírio de Pedro e Paulo em Roma; e Orígenes afirma que Pedro foi crucificado em Roma de cabeça para baixo. Eusébio de Cesareia, além de citar que Pedro e Paulo foram mortos em Roma, afirma que os nomes dos dois Apóstolos se encontravam ainda nos cemitérios daquela cidade.

Mas o grande instrumento escolhido por Deus para converter os gentios era o mais

judeu – e fariseu fanático – entre os judeus, de nome Saulo, natural de Tarso, cidade grega da Cilícia, próxima da costa sul da Ásia Menor (actual Turquia) e que ficava quase em frente de Antioquia, do outro lado do mar.

Gesta de Paulo

Saulo, que era conhecido também pelo seu nome greco-romano – Paulo –, possuía uma vasta instrução, não só filosófica, greco-romana, mas também das Escrituras hebraicas, tendo estudado com o mais importante mestre rabínico do seu tempo: Gamaliel.

Munido de uma sólida instrução nas duas culturas, a greco-romana e a hebraica, acabou por se tornar um fariseu entregue à missão de catequizar os gentios convertidos ao judaísmo – os prosélitos –, que se submetiam à circuncisão e eram admitidos abertamente na comunidade judaica, e os "tementes a Deus" (caso do centurião Cornélio, por exemplo), que eram apenas simpatizantes e semi-convertidos.

Pelo ano 36, Saulo, ainda jovem, participou no martírio de Estêvão. Os Actos dos Apóstolos referem-se a ele como um jovem

aos pés do qual os lapidadores de Estêvão depuseram as suas capas para mais desembaraçadamente procederem ao apedrejamento. (Act 7,58)

No mesmo dia do martírio de Estêvão desencadeou-se uma terrível perseguição aos membros da Igreja de Jerusalém, especialmente aos helenistas, que fugiram, dispersando-se pelas terras da Judeia e da Samaria. Entretanto os Apóstolos e os crentes hebreus não fugiram e foram a princípio poupados, por se manterem fiéis ao judaísmo local, continuando a frequentar o Templo diariamente para as suas orações.

Saulo «devastava a Igreja: entrava nas casas e arrastava para fora homens e mulheres, para os meter na prisão». (Act 8,3) E, «respirando ameaças e mortes contra os discípulos do Senhor» (Act 9,1), foi pedir credenciais ao sumo-sacerdote para poder trazer algemados para Jerusalém quantos

encontrasse em Damasco e fossem crentes em Jesus de Nazaré.

Durante a viagem, quando já estava perto de Damasco, Saulo viu-se repentinamente cercado por uma luz que vinha do Céu. Caiu por terra e ouviu uma voz que lhe dizia: «Saulo, Saulo, porque Me persegues?» Saulo perguntou: «Quem és Tu, Senhor?» a voz respondeu: «Eu sou Jesus, a quem tu persegues. Agora levanta-te, entra na cidade, e aí te dirão o que deves fazer.» Os homens que acompanhavam Saulo ficaram cheios de espanto, porque ouviam a voz, mas não viam ninguém. Saulo levantou-se do chão e abriu os olhos, mas não conseguia ver nada. Então levaram-no pela mão para Damasco. E Saulo ficou três dias sem poder ver, e não comeu nem bebeu nada. (Act 9,3-9)

Aí o foi encontrar Ananias, um discípulo de Jesus, mandado pelo Senhor para o curar e lhe ministrar o Baptismo.

Saulo começou imediatamente a pregar na sinagoga de Damasco e, depois, em Jerusalém, onde foi levado à presença dos Apóstolos por intermédio de Barnabé, que fez o relato da maravilhosa visão de Saulo a caminho de Damasco e como, depois disso, anunciava desassombradamente o nome de Jesus nas sinagogas de Damasco. Aceite pelos Apóstolos, Saulo «pregava corajosamente em Nome de Jesus» (Act 9,28) por todos os lados, em Jerusalém.

Mas a sua vida corria perigo em Jerusalém, de tal modo que os discípulos o encaminharam para a sua terra natal, Tarso, onde ficou cerca de dez anos. Aí o foi procurar Barnabé para o levar consigo para Antioquia, onde ambos se mantiveram juntos durante um ano inteiro, ensinando muita gente, primeiramente os judeus nas sinagogas e depois os pagãos, embora sem lhes impor as práticas judaicas (a circuncisão e as

interdições alimentares: rejeição da carne de porco, do sangue, etc.).

Estava-se no ano 46 e, a partir de Antioquia, a Igreja faz-se ao largo com Saulo e Barnabé. Antioquia constituía o ponto de partida da evangelização do Império Romano, e daí se lançaram Saulo e Barnabé na sua primeira viagem missionária.

A primeira paragem foi a ilha de Chipre, pátria de Barnabé. Aí pregavam nas sinagogas judaicas, mas anunciavam, também, a palavra do Senhor aos pagãos. Foi a partir daí que Saulo passou a usar o seu nome greco-romano: Paulo, como que assinalando o contacto do Apóstolo com o mundo dos gentios.

De Chipre embarcaram para a Ásia Menor, dirigindo-se a Antioquia de Pisídia – uma outra Antioquia – onde começaram a anunciar a Palavra na sinagoga, para depois se dirigirem abertamente aos pagãos.

Quando os judeus viram aquela multidão, ficaram cheios de inveja, e com blasfémias opunham-se ao que Paulo dizia. Então, com mais coragem ainda, Paulo e Barnabé declararam:

> Era preciso anunciar a Palavra de Deus, em primeiro lugar a vós, judeus. Porém, visto que a rejeitais e não vos julgais dignos da vida eterna, vamos dedicar-nos aos pagãos. Porque é esta a ordem que o Senhor nos deu: «Eu coloquei-te como luz para as nações, para que leves a salvação até aos extremos da Terra.» (Act 13,45-47)

Os pagãos de Antioquia de Pisídia abraçaram a fé cheios de alegria, mas os judeus desencadearam uma perseguição que levou à expulsão de Paulo e Barnabé da cidade.

Dirigiram-se então para Icónio e depois para Licaónia, Listra, etc. onde fizeram numerosos discípulos, mas onde eram também constantemente apedrejados pela multidão aliciada pelos judeus.

Regressaram, finalmente, a Antioquia (da Síria), de onde haviam partido, ao fim de três anos de pregação, e assim que chegaram «reuniram a comunidade e contaram tudo o que Deus havia feito por meio deles: o modo como Deus tinha aberto a porta da fé aos pagãos». (Act 14,27)

Foi em Antioquia que nasceu a controvérsia sobre a Lei de Moisés entre Paulo e Barnabé e alguns “judaizantes” que, apesar de terem abraçado a fé, ensinavam que era preciso circuncidar os pagãos convertidos e impor-lhes a observância da Lei de Moisés. Como se estabeleceu a confusão, ficou resolvido enviar a Jerusalém um grupo de irmãos com Paulo e Barnabé, a fim de consultarem os Apóstolos e os Anciãos sobre esta questão.

Estava-se no ano 48-49 quando se realizou a Assembleia de Jerusalém expressamente para tratar da consulta de Antioquia. Os tópicos dessa Assembleia estão descritos mais atrás na Gesta de Pedro.

Depois de algum tempo passado em Antioquia a anunciar a Boa Nova, Paulo projecta uma nova viagem, dizendo a Barnabé: «Vamos voltar para fazer uma visita a todas as cidades onde anunciámos a Palavra do Senhor, para ver como estão.» (Act 15,36)

Nesta segunda viagem Paulo separa-se de Barnabé, com quem se tinha desentendido, e toma como companheiro Silas. Atravessa a Síria e depois a vizinha Cilícia, acabando por chegar a Listra. Nessa cidade toma consigo Timóteo, um discípulo grego (filho de pai grego e mãe judia crente) e leva-o nesta segunda viagem. Timóteo viria a tornar-se o seu discípulo preferido.

Estava-se no ano 50 quando Paulo inicia esta sua segunda missão.

Paulo, Silas e Timóteo iam anunciando a Palavra pelas cidades por onde passavam, ao mesmo tempo que transmitiam as decisões tomadas pela Assembleia de Jerusalém.

O objectivo de Paulo para esta viagem era muito mais modesto do que aquele que veio depois a verificar-se. De facto, Paulo projectava missionar ao longo das cidades da Frígia, da Galácia e da Ásia Menor. Mas o Espírito Santo tinha outros projectos e impediu-o de evangelizar nessas cidades... Daí, Paulo e os companheiros passaram à Mísia, de onde tentaram dirigir-se à Bitínia. Mas de novo o Espírito Santo não lho permitiu, o que os levou a descer para a cidade de Tróade depois de atravessarem a Mísia.

Em Tróade, de noite, Paulo teve uma visão: um macedónio apresentou-se de pé, diante dele, formulando um pedido: «Vem à Macedónia e ajuda-nos.» (Act 16,9)

Após esta visão Paulo procura partir imediatamente. Embarca no porto de Tróade, onde se encontrava, dirigindo-se à Macedónia, onde desembarca na Samotrácia. O Evangelho chegava, enfim, à Europa.

E nascem várias comunidades cristãs: em Filipos, em Tessalónica, em Corinto...

Em seguida, numa escala em Atenas, Paulo tenta, em vão, converter os atenienses que, ao ouvi-lo falar de ressurreição dos mortos, começaram, uns a troçar, enquanto outros disseram: «Ouvir-te-emos falar disso em outra ocasião» (Act 17,32). No entanto, apesar desta atitude da maioria dos seus ouvintes, alguns converteram-se, entre eles um aeropagita, Dionísio, (aeropagitas eram os juízes de um tribunal de justiça ateniense, o Areópago, que era assim chamado por se reunir na colina de Marte – Ares ou Marte + pagos, colina)

O fracasso do discurso de Paulo perante o Areópago ateniense constituiu para ele uma lição. Ao tentar lisongear os seus ouvintes ao considerá-los «os mais religiosos dos homens» e ao procurar como que demonstrar que há uma convergência entre a filosofia grega e a Boa Nova que ele anunciava,

citando, mesmo, um poeta grego: «nós somos também da sua estirpe», isto é, «nós somos da raça de Deus», Paulo pôde constatar que não seria com a sabedoria humana que, na Grécia, levaria a água ao seu moinho.

E, assim, depois deste episódio, dirigiram-se para Corinto, onde Paulo deixa de ter a mínima preocupação em agradar aos seus ouvintes, não querendo saber de mais nada e pregando unicamente uma coisa: «Jesus Cristo e Jesus Cristo crucificado» (1Cor 2,2). Paulo pusera de parte os argumentos persuasivos da sabedoria humana para pregar sob o poder do Espírito, ensinando a sabedoria de Deus.

Corinto constitui a etapa mais importante desta segunda viagem. Paulo permaneceu ali um ano e seis meses.

Nesse porto, cidade fervilhante com cerca de 600 000 habitantes (dos quais 400 000 eram escravos), procura um casal judeu, Áquila e Priscila, fabricantes de tendas, e fica

em sua casa, começando a trabalhar, pois era também essa a sua profissão. O ano e meio da sua estada em Corinto decorreu do Inverno de 50 ao Verão de 52.

Foi nessa cidade que Paulo escreveu os escritos mais antigos do Novo Testamento: as Cartas aos Tessalonicenses. Tessalónica havia sido a segunda etapa da viagem de Paulo na Europa, depois de Filipos. Porto de mar importante, atravessado pela Via Inácia, que estabelecia a ligação de Roma com a Ásia Menor, era uma cidade cosmopolita onde se encontravam as culturas do Oriente e do Ocidente. Aí deixara Paulo uma pequena comunidade de crentes, sujeita às seduções do paganismo, assim como à perseguição. Compreende-se, assim, a preocupação de Paulo com a sorte dos cristãos que deixara para trás: «Sabeis que, tal como um pai trata cada um dos seus filhos, também a cada um de vós exortámos, encorajámos e advertimos.» (1Ts 2,17)

Todos os sábados, Paulo dissertava na sinagoga de Corinto, «testemunhando diante dos judeus que Jesus era o Messias» (Act 18,5). Mas, perante a sua oposição e as blasfémias dos coríntios, ficou mais determinado do que nunca a dirigir-se, no futuro, aos pagãos. No entanto, o chefe da sinagoga, Crispo, converteu-se, bem como todos os da sua casa, e ainda muitos coríntios que abraçaram também a fé e receberam o Baptismo.

De Corinto, Paulo, acompanhado de Áquila e Priscila, embarcou para a Síria, chegando ao porto de Éfeso, onde se demorou algum tempo com os judeus da sinagoga, deixando-os com a promessa de voltar lá de novo. De Éfeso embarcou para Cesareia e daí seguiu por terra para Antioquia. Terminava, assim, a sua segunda viagem missionária.

Depois de ter permanecido algum tempo em Antioquia, Paulo iniciou um terceiro périplo, passando pelas comunidades

fundadas anteriormente. Atravessou assim a Galácia e a Frígia, acabando por chegar a Éfeso, cidade de 200 000 habitantes, onde encontrou uma escassa dúzia de crentes, evangelizados por um eloquente judeu de Alexandria, Apolo, muito versado nas Escrituras, bem como no que dizia respeito a Jesus, embora conhecesse apenas o Baptismo de João. Esses crentes – os chamados "joanitas de Éfeso" – ignoravam que existia o Espírito Santo. Paulo impôs-lhes as mãos, depois de os baptizar em nome do Senhor Jesus, e imediatamente desceu sobre eles o Espírito Santo, começando a falar línguas e a profetizar.

Paulo permaneceu entre dois a três anos em Éfeso – entre 54 e 57 – ensinando diariamente numa escola a palavra do Senhor, ao mesmo tempo que Deus fazia milagres extraordinários por seu intermédio.

De Éfeso, Paulo partiu para a Macedónia, que percorreu, exortando os fiéis das

comunidades que fundara, e desceu à Grécia, onde permaneceu três meses, em Corinto, e depois regressou à Ásia Menor, desembarcando em Tróade, de onde se dirigiu para Mileto. Daí mandou chamar os anciãos de Éfeso, despedindo-se deles: «Agora tenho a certeza de que não mais vereis o meu rosto» (Act 20,25), evocação da "Paixão" que o esperava e ia começar em Jerusalém.

Voltando a embarcar em Mileto, atravessou o mar navegando até Tiro, onde desembarcou para se dirigir por terra para Cesareia. Subiu, em seguida, a Jerusalém, onde foi recebido com grande alegria pelos irmãos em Cristo. Reunidos em casa de Tiago (Menor), Paulo relatou minuciosamente tudo quanto Deus havia feito entre os pagãos pelo seu ministério.

Em Jerusalém dirige-se ao Templo, a fim de se submeter aos ritos da purificação, para que todos vissem que se mantinha fiel cumpridor da Lei, acabando desse modo com

os rumores falsos postos a circular contra ele.

Ia começar a sua “Paixão”. Ao vê-lo no Templo, os judeus da Ásia, com quem Paulo tantas vezes havia discutido nas suas viagens missionárias, amotinaram o povo, que se apoderou dele, arrastando-o para fora do Templo, preparando-se para o matar sumariamente. Nessa altura foi salvo pelos soldados romanos que, por ordem do tribuno Cláudio Lísias, o arrancaram das mãos dos judeus.

Algemado, foi conduzido para dentro da fortaleza, onde, quando se preparavam para o açoitar, Paulo invocou a sua cidadania romana.

O tribuno romano resolveu, finalmente, enviar Paulo, com uma forte escolta, a comparecer perante o governador Félix em Cesareia.

Alguns dias depois chegaram os acusadores de Paulo a Cesareia: o sumo--sacerdote

Ananias, acompanhado de alguns anciãos e de um advogado.

Acusavam-no de fomentar discórdias entre os judeus do mundo inteiro e de ser cabecilha da seita dos Nazarenos, tendo até tentado profanar o Templo.

Paulo defendeu-se dessas acusações, rebatendo-as como falsas e concluindo, habilmente, com a frase que disse ter proferido em voz alta perante o Sinédrio: «É pela nossa esperança, a ressurreição dos mortos, que estou a ser julgado» (Act 23,6). Paulo reduzia, assim, tudo a uma questão meramente religiosa, sem interesse, portanto, para os romanos.

O governador Félix resolveu adiar a audiência, mantendo, contudo, Paulo preso, embora com uma certa liberdade. E assim o manteve preso durante dois anos: entre os anos 58 e 60.

Quando Félix termina o seu mandato é substituído nas suas funções por Pórcio

Festo, magistrado íntegro. E os judeus continuavam a importunar o governador com queixas contra Paulo. Festo fê-lo comparecer perante o seu tribunal, onde os judeus apresentaram contra ele «muitas e graves acusações, que no entanto não conseguiam provar» (Act 25,7). E, na iminência de ser enviado a Jerusalém para ser julgado, embora na presença de Festo, Paulo defende-se vigorosamente, apelando para César. «Apelaste para César, irás a César» (Act 25,12) sentenciou Festo depois de conferenciar com o seu conselho.

Começa, assim, a quarta viagem de Paulo, que o iria conduzir a Roma, como prisioneiro. No entanto, a humanidade do centurião Júlio, a quem Paulo estava entregue, permitiu-lhe que contactasse os discípulos nas cidades em que iam aportando.

Viagem tormentosa, acabando por naufragar à vista da ilha de Malta, devido ao facto de o navio ter embatido num baixio, e

ter começado a desmantelar-se. Os soldados romanos prepararam-se, então, para matar os prisioneiros, para que estes não fugissem a nado. Porém Júlio, o centurião, «querendo salvar Paulo» (Act 27,43), impediu-os de o fazerem, ordenando aos soldados que sabiam nadar que se atirassem à água para alcançarem terra. Aí aguardariam, certamente, os prisioneiros que se salvavam, agarrados a tábuas ou destroços do navio.

Em Malta permaneceram três meses, após os quais embarcaram num barco de Alexandria que passara o Inverno na ilha. Chegaram finalmente a Roma, onde Paulo foi recebido pelos irmãos em Cristo dessa cidade.

Em Roma foi autorizado a ficar em alojamento próprio, com um soldado que o guardava.

Na casa em que passou a viver recebia os judeus da cidade a quem procurou doutrinar na fé de Jesus, o que levou alguns à

conversão. Grande parte deles, porém, manteve-se incrédula, levando Paulo a reafirmar o seu propósito de se tornar Apóstolo dos gentios: «Ficai, agora, sabendo: esta salvação de Deus é enviada aos pagãos, e eles hão-de escutá-la.» (Act 28,28)

Paulo permaneceu dois anos – entre 61 e 63 – na casa que alugara, em liberdade vigiada, sob custódia militar, que o não impediu de receber todos quantos iam procurá-lo e a quem anunciava o Reino de Deus e pregando a doutrina cristã com o maior desassombro. Durante esse período escreveu algumas cartas que dirigiu às várias comunidades que havia fundado: as chamadas cartas do cativeiro. Trata-se de uma carta dirigida aos Filipenses, uma outra dirigida aos Colossenses, a segunda carta a Timóteo, bem como a carta a Filémon e uma carta aos Hebreus.

No ano 64, Nero inicia uma perseguição aos cristãos na sequência do incêndio de

Roma. A tradição considera, entre as vítimas dessa perseguição, as duas grandes colunas e fundamento da Igreja de Roma: Pedro e Paulo, o primeiro, crucificado e o segundo, decapitado.

Gesta dos outros Apóstolos

Aos Onze que compareceram ao encontro marcado por Jesus num monte – na Galileia? (Mt 28,16); em Jerusalém? (Mc 16,14); junto de Betânia? (Lc 24,50); junto ao lago de Tiberíades? (Jo 21) – deu o Senhor as seguintes instruções:

– «Ide e fazei com que todos os povos se tornem meus discípulos, baptizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo» (Mt 28,19);

– «Ensinando-os a observar tudo o que vos ordenei» (Mt 28,20);

– «Eis que Eu estarei convosco todos os dias, até ao fim do mundo» (Mt 28,20);

– «Os sinais que acompanharão aqueles que acreditarem são estes: expulsarão demónios em meu nome, falarão novas línguas, se pegarem em cobras ou beberem algum veneno não sofrerão nenhum mal; quando colocarem as mãos sobre os doentes, estes ficarão curados» (Mc 16,17-18).

As testemunhas da Ressurreição – mais de quinhentos discípulos, além dos Onze e de algumas mulheres, de acordo com a primeira carta de São Paulo aos Coríntios – foram provavelmente também testemunhas da "Ascensão de Jesus", onde receberam o mandato de irem pelo mundo inteiro a pregar a Boa Nova e a baptizar todos em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo.

E, assim, após a "Ascensão", eles partiram e foram pregar por toda a parte. E o Senhor «ajudava-os e, por meio dos sinais que os acompanhavam, provava que o seu ensinamento era verdadeiro». (Mc 16,20)

Vimos já a gesta de Pedro e a de Paulo. E os outros onze Apóstolos? Faltam--nos as fontes históricas sobre a actividade missionária da maioria dos Apóstolos.

Dos constantes companheiros de Pedro – os irmãos Zebedeus, Tiago e João, pescadores como ele – sabemos que o primeiro, Tiago foi mandado matar à espada pelo rei

Herodes Agripa I, no início de uma perseguição pelos dias dos Ázimos, da qual por pouco não foi Pedro também vítima. Tiago, que recebeu o mandato de Jesus para pregar a Boa Nova, embarcou para Espanha (segundo a tradição, recolhida por São Teodoro, bem como outros testemunhos, tais como o Apocalipse do Beato de Liébana, etc.). Regressado à Palestina, é mandado decapitar por Herodes Agripa. Conta a tradição que o seu corpo, recolhido pelos seus discípulos, foi trasladado de barco para Espanha, acabando por ser sepultado no local onde se desenvolveu a cidade actualmente conhecida como Santiago de Compostela para onde convergiram peregrinações de cristãos desde muito cedo (no século iii já o lugar da sepultura do Santo era visitado pelos fiéis cristãos, peregrinações que acabaram por ser proibidas em 257 pelo imperador Vespasiano).

Quanto a João, companheiro fiel de Pedro nos dias que se seguiram à descida sobre eles do Espírito Santo, com ele curou o aleijado no Templo e com ele compareceu perante o Sinédrio, o Tribunal máximo judaico. Com Pedro foi também preso por ordem do sumo-sacerdote e libertado da prisão pelo Anjo do Senhor, sofrendo com ele os açoites por ordem do Sinédrio.

João foi mandado com Pedro à Samaria, pelos Apóstolos, a fim de confirmar as conversões lá verificadas por intermédio do diácono Filipe, um dos sete nomeados pela Assembleia dos discípulos convocada pelos Doze. Depois destes acontecimentos, relatados nos Actos dos Apóstolos, perdemos-lhe o rasto. No entanto, a tradição refere que, depois de ter vivido muitos anos na Palestina – ele “recolhera” Maria, a mãe de Jesus – João retirou-se para Éfeso, onde viveu ainda muitos anos, morrendo com uma idade avançada: quase 100 anos.

João foi o único Apóstolo que morreu de morte natural. Todos os outros foram martirizados: São Mateus foi provavelmente lapidado, São Tiago (o Menor) também; São Tiago Zebedeu, um dos Boanerges (filhos do trovão), irmão de São João, foi decapitado por ordem de Herodes Agripa, como vimos; Santo André, irmão de São Pedro, crucificado; São Tomé foi lanceado; São Pedro e São Paulo foram martirizados aquando da primeira perseguição ordenada por Nero, o primeiro crucificado de cabeça para baixo, o segundo, cidadão romano, decapitado. Todos os restantes Apóstolos foram martirizados e mortos. Excep-tuou-se São João Zebedeu que morreu em Éfeso, como vimos, tendo aí vivido muitos anos, pelo que as Igrejas da Ásia o consideram o seu Apóstolo.

O primeiro período da Igreja Cristã – a Era Apostólica – termina no fim do século i, com a morte de São João.

André, irmão de Pedro, é venerado na Rússia como o Apóstolo que pregou e morreu numa terra então conhecida como Cítia.

Tomé é identificado como o Apóstolo da Índia, assim como Bartolomeu.

Mateus foi provavelmente para a Etiópia, Judas Tadeu para a Pérsia e Tiago (Menor), o "irmão de Jesus", para o Egipto.

Estes elementos chegaram até nós através de Eusébio de Cesareia, com a sua História Eclesiástica.

O Império Romano: um “circuito impresso”para o Cristianismo

O Cristianismo havia arrancado numa marcha imparável na manhã do dia de Pentecostes do ano 30, expandindo-se pelo mundo conhecido. Aí estava o Império Romano em toda a sua extensão, com a Pax Romana, a sua organização, as suas excelentes vias de comunicação, pronto a ser a talagarça propícia ao bordado de um Cristianismo nascente.

Na manhã desse dia de Pentecostes do ano 30, após a descida do Espírito Santo sobre os Apóstolos fez-se a primeira proclamação do Evangelho aos Judeus e prosélitos do Judaísmo vindos de todos os pontos do mundo conhecido. Encontravam-se reunidos em Jerusalém peregrinos vindos de todas as nações do Império Romano. Deste modo, estes judeus da diáspora, dispersos e vivendo

nas várias províncias do Império Romano, tornaram-se o principal veículo da evangelização – a primeira – dos começos do Cristianismo.

Jerusalém era para os judeus a pátria natural e afectiva de provavelmente quatro milhões de irmãos de raça espalhados por cidades tão distantes como Roma, Babilónia e Alexandria. Estes judeus da diáspora eram súbditos romanos respeitadores das leis nas suas terras de adopção. Eles oravam nas sinagogas locais e, de toda a diáspora, afluía ao Templo de Jerusalém o dízimo exigido a todos os judeus. Todos os anos muitos milhares de peregrinos deslocavam-se de toda a diáspora até Jerusalém para assistirem às festas religiosas, de tal modo que esse afluxo anual de peregrinos chegava, por vezes, a quadriplicar a população de Jerusalém na época das festas.

Estavam, assim, reunidos os elementos favoráveis à propagação da Boa Nova: por um lado, o Império

Romano, permitindo uma rápida difusão através de todas as fronteiras das várias províncias; por outro lado, a diáspora judaica, com as suas peregrinações anuais de milhares de peregrinos a Jerusalém, onde o Cristianismo havia emergido e ia crescendo com a incorporação de muitos elementos da sociedade judaica.

As perseguições:o gatilho para a expansão do Cristianismo

Um outro factor que favoreceu a propagação do Cristianismo para as cidades mais próximas de Jerusalém, na Palestina, Síria e na Ásia Menor consistiu nas primeiras perseguições aos cristãos, sobretudo aos helenistas, que se seguiram ao martírio de Estêvão, o primeiro mártir cristão que deu testemunho da sua fé à custa da própria vida, tendo sido apedrejado até à morte.

Os helenistas perseguidos fugiram de Jerusalém para a Samaria, Fenícia, Chipre e Antioquia, capital da Síria, terceira cidade do Império Romano, depois de Roma e Alexandria.

Seguiu-se a incansável evangelização de Saulo de Tarso, tornado Paulo, depois de convertido, com a fundação de inúmeras Igrejas em quatro viagens missionárias:

Antioquia, Ásia Menor, Filipos, Tessalónica, Corinto…

Apesar das perseguições, a partir do século ii há cristãos em todo o mundo conhecido e essencialmente no Império Romano.

O número de cristãos é maior no Oriente – Ásia Menor, Síria, Palestina – do que no Ocidente – Itália, Sul de Espanha, Norte de África, Ilíria (actual Jugoslávia), Gália. Fora das fronteiras do Império Romano há também inúmeros cristãos: no Império Persa, Arménia, Reino de Edessa.

A Igreja enfrentou, quer externa, quer internamente, duras provas que amea-çaram continuamente a sua existência, quase soçobrando, por vezes, sob os rudes golpes que lhe foram desferidos.

Por um lado, sofreu a dura prova externa das perseguições, às quais foi resistindo. Foram muitos os mártires, muito poucos os apóstatas. Ao fim e ao cabo as perseguições tiveram um efeito contrário ao desejado

pelos seus instigadores. Assim, não foi esta prova a mais importante ameaça para a Igreja nos seus começos.

A grande ameaça, essa mais subtil, consistiu numa dura prova interna: a defesa da verdade contra correntes ideológicas surgidas no interior da própria Igreja, em que a mensagem cristã se via confrontada com um certo número de problemas que comprometiam a unidade ao desvirtuarem os dogmas fundamentais da fé cristã.

Essas correntes ideológicas eram as heresias. Desde os primórdios da Igreja pulularam os grupos, rivais quanto à regra da verdadeira fé, levando muitas vezes às separações ou cismas.

Já São Paulo advertia Timóteo contra a possibilidade de perder o dom inestimável da fé, esse dom gratuito de Deus ao homem: «combate o bom combate, com fé e boa consciência. Alguns rejeitaram a boa consciência e acabaram por naufragar na fé» (1Tm

1,18-19). E São Paulo cita dois hereges, blasfemos, excluídos da comunidade («que entreguei a Satanás» 1Tm 1,20) como medida pedagógica: Himeneu e Alexandre.

De facto, desenraizar-se da fé da Igreja é cair na heresia, fazendo escolhas (hairesis) fora da verdadeira doutrina e portanto fora da verdadeira Igreja. A fé tem de ser alimentada com a Palavra do Senhor, crescer pela oração, pedindo ao Senhor que no-la aumente, permanecendo enraizada na fé da Igreja.

Os cristãos devem firmar-se na tradição dos Apóstolos. E essa tradição conservou-se nas Igrejas onde foi possível remontar até aos Apóstolos, através da sucessão dos bispos ou presbíteros. Daí a preocupação de um grande bispo do fim do século ii – Ireneu, bispo de Lião – em enumerar com todo o cuidado os bispos que se sucederam em Roma desde São Pedro e São Paulo: Lino, Anacleto, Clemente ("que tinha visto os

próprios Apóstolos e a sua pregação ressoava--lhe aos ouvidos”), Evaristo, Alexandre, Sixto, Telésforo, Higino, Pio, Aniceto, Sotero e Eleutério.

> É nesta ordem e “sucessão” que a tradição dada à Igreja desde os apóstolos, e a pregação da verdade, chegaram até nós. E está aí uma prova muito completa de que é única e sempre a mesma, a fé vivificadora que, na Igreja desde os apóstolos, se conservou até ao dia de hoje e foi transmitida na verdade.[5]

Além da Igreja de Roma, outras Igrejas havia em que a sequência dos bispos permitia remontar-se, também, aos Apóstolos: é o caso das Igrejas de Éfeso e Esmirna, Igrejas fundadas por São Paulo na sua terceira viagem na Ásia Menor (actual Turquia).

O próprio Ireneu recorda, emocionado, como em criança havia escutado Policarpo, bispo de Esmirna, a falar de São João, um dos Apóstolos escolhidos por Jesus. Policarpo conhecera-o pessoalmente e dele

recebera a tradição apostólica: ouvira-o falar dos ensinamentos e dos milagres de Jesus, com aquela autoridade que lhe advinha de ter sido testemunha ocular, ele, o discípulo que Jesus amava (Jo 13,23). Era assim que o próprio Ireneu fazia remontar a Igreja de Lião a Jesus, através de Policarpo.

Desde muito cedo os cristãos foram confrontados, no mundo em que viviam – o Império Romano –, com o receio que suscitavam nos pagãos por serem "diferentes" e não participarem dos seus costumes: eles não frequentavam os teatros, escandalizados pela imoralidade grosseira das peças que lá se exibiam, nem o circo, pelo espectáculo, oferecido às massas populares, de homens – aqueles homens feitos à imagem e semelhança de Deus –, degladiando-se até à morte para gáudio dos espectadores; eles não acreditavam na divindade do imperador romano, negando-se a adorá-lo e a queimar-lhe incenso; as suas vidas irrepreensíveis, no

meio dos vícios mais grosseiros, da vulgaridade dos adultérios e dos divórcios, constituíam como que uma permanente censura; e não deixavam que os não-cristãos fossem admitidos nos seus actos de culto. Pois se até aqueles que estavam a ser preparados para o Baptismo – os catecúmenos – só podiam assistir à primeira parte da Missa (as leituras e a homilia, até ao Ofertório) sendo admitidos à Missa completa depois de devidamente catequizados e baptizados, quando já conheciam a fundo o mistério da Eucaristia, da conversão do pão e do vinho no corpo e sangue de Cristo. Mesmo o próprio Pai Nosso – a oração que o Senhor nos ensinou só lhes era ensinada na véspera do seu Baptismo.

Ora, tudo isto tinha inevitavelmente de despertar a maledicência dos mal intencionados, que chegaram ao ponto de acusar os cristãos de canibalismo nas suas secretas reuniões, nas quais fariam sacrifícios

humanos; acusavam--nos ainda de presunçosos, por afirmarem e reafirmarem que o seu Deus era o único que existia, negando-se a prestar culto a outros deuses, nomeadamente os romanos e, muito menos, ao imperador.

Estava, assim, preparado o terreno e criado o clima propícios às perseguições, ao martírio e à apostasia.

Há inúmeros relatos de perseguições, uns de escritores não-cristãos, como o historiador Tácito (55-120) e Plínio, o Moço (62-114), mas também de escritores cristãos como, por exemplo, as chamadas actas dos mártires (Actas dos Mártires de Lião; a Carta sobre o Martírio, de São Cipriano de Cartago, a De Lapsis, do mesmo autor, sobre os dramas sofridos pelos cristãos, a força de uns, os mártires, e o fracasso dos outros, os apóstatas; Eusébio de Cesareia, com a sua História Eclesiástica).

O historiador Tácito, nos seus anais, refere como, aquando do incêndio de Roma no ano 64, Nero, para calar o rumor segundo o qual o incêndio tinha sido ateado por sua ordem, declarou os cristãos culpados. Deu início a uma perseguição feroz, castigando os cristãos como incendiários. No entanto, o referido historiador não os julgou culpados do incêndio, mas sim apenas bodes expiatórios.

Nero não se contentava em dar a morte aos cristãos inflingindo-lhes tormentos refinados. Lembraram-se, até, de os revestir de peles de animais para que fossem dilacerados pelos cães; ou eram atados a cruzes ou untados com matérias inflamáveis e à noite iluminavam as trevas como archotes. Nero oferecera, mesmo, os seus jardins para este espectáculo.

Esta perseguição não ultrapassou os limites de Roma e, segundo a tradição, São Pedro e São Paulo foram vítimas da mesma.

Estabeleceu-se uma autêntica “caça” aos cristãos e estes começaram a ser lançados à arena do circo para que fossem dilacerados e devorados pelos leões esfaimados. Outros eram assassinados em plena rua ou torturados cruelmente para divertimento dos cortesãos.

Esta perseguição durou cerca de três anos durante os quais morreu São Pedro, crucificado de cabeça para baixo, a seu pedido, pois sentia-se indigno de morrer como o seu Senhor. Os seus restos mortais repousam numa cripta subterrânea da Basílica de São Pedro, no Vaticano, edificada perto do lugar em que se situava o Circo Máximo.

No mesmo ano – e até talvez no mesmo dia – foi decapitado São Paulo, pois era cidadão romano e, no local onde, segundo a tradição, foi executado ergueu--se a Igreja de São Paulo das Três Fontes (“Abbazia delle Tre Fontane”). Conta uma lenda que, depois de decepada, a cabeça de São Paulo saltou

três vezes e em cada ponto do impacto no solo nasceu uma fonte.

Novas perseguições no tempo de um outro imperador – Domiciano (81--96). Os cristãos são espoliados e executados – imagine-se! – por ateísmo, por não participarem nos cultos tradicionais, nem no culto imperial.

Foi na época desta perseguição que os cristãos se viram obrigados a reunir--se para o culto nos cemitérios subterrâneos – as catacumbas – onde assistiam à Missa, alumiados por lâmpadas de azeite e velas. É daí que vem o costume de, desde então, se alumiar o altar enquanto se celebra a Missa com duas velas, em memória dos fiéis das catacumbas e de todos quantos sofreram perseguição. Nessas mesmas catacumbas eram enterrados também os mártires, sendo hábito colocar as relíquias de algum santo nas aras dos altares, costume que chegou até aos nossos dias.

Trajano (98-117), que se vangloriava de professar a proverbial tolerância romana, faz jurisprudência ao fixar normas de conduta em relação aos cristãos: estes eram considerados ateus e, quando convictos, deviam ser punidos; no entanto, não deviam ser procurados, deixando-se de lado as denúncias anónimas; e todo o inculpado que se arrependesse – que apostatasse – devia ser libertado. É do tempo de Trajano um mártir muito célebre: Inácio, bispo de Antioquia, o qual, numa carta aos Esmirnenses se refere à Igreja como «Igreja Católica».É aí que aparece pela primeira vez tal expressão: «A comunidade reúne-se onde estiver o bispo e onde está Jesus Cristo está a Igreja Católica.»6

Foi também em Antioquia, onde se refugiaram os helenistas após o martírio de Estêvão, que os discípulos de Cristo começaram a ser conhecidos como «cristãos» (ano 36, ano do martírio de

Estêvão). Antioquia era a capital da Síria e considerada a terceira cidade mais importante do Império Romano, depois de Roma e Alexandria. «Foi em Antioquia que os discípulos receberam, pela primeira vez, o nome de "cristãos".» (Act 11,26)

A legislação anti-cristã, depois de Trajano, não foi agravada pelos imperadores que se lhe seguiram, até ao ano 180: Adriano, Antonino Pio e Marco Aurélio. Por mais paradoxal que pareça, datam, no entanto, do tempo de Marco Aurélio, um homem tolerante e filósofo estóico, algumas das mais cruéis perseguições. São desse tempo o martírio do bispo de Esmirna, Policarpo, discípulo de São João e catequista do futuro bispo de Lião, Ireneu; a perseguição de Lião, em 177, motivada por um motim popular, levando à prisão e execução de cinquenta cristãos, entre os quais o nonagenário bispo Plotino, o apologista São Justino, entre outros.

Depois, nos finais do século ii, dado os perigos que cercavam o Império Romano – guerras civis, os bárbaros nas fronteiras, etc. – os imperadores, com o intuito de eliminarem os factores de divisão e estreitarem os laços entre os habitantes do Império, instituíram o culto imperial. Porém, os cristãos recusaram-se a um tal culto.

Uma vaga de perseguições desencadeia-se na época do imperador Décio. Este publicou um édito, em 250, ordenando a todos os habitantes do Império que participassem pessoalmente num sacrifício geral em honra dos deuses pátrios.

Este édito de Décio surgiu no fim de uma longa época de paz para os cristãos, que já eram bastante numerosos, mas pouco temperados pelas perseguições de outros tempos. E assim, embora fossem muitos os mártires como resultado de recusarem sacrificar aos deuses pátrios, houve também muitos cristãos que claudicaram, acabando por

sacrificar publicamente. Como consequência, a reintegração destes cristãos lapsi – infiéis – suscitou, mais tarde, controvérsias no seio da Igreja.

Esta legislação foi agravada pelo imperador seguinte – Valeriano – por dois éditos que visavam, sobretudo, a cabeça do corpo cristão: bispos, padres e diáconos. Assim, a Igreja de África é praticamente dizimada. Mártires dessa época – ano 258 – foram São Cipriano, bispo de Cartago; o bispo de Roma – o Papa – Sixto II; o diácono Lourenço. Mas durante esta perseguição a resistência cristã foi já muito maior, sendo muitos os mártires e muito poucos os lapsi, graças à experiência anterior do tempo de Décio, que serviu para temperar os espíritos.

Após a morte de Valeriano os cristãos conhecem uma trégua depois da publicação do édito de Galiano, em 261, um édito de tolerância pelo qual a Igreja deixa de ser perseguida durante quarenta anos,

crescendo muito rapidamente o número de cristãos e sendo construídas muitas igrejas, sobretudo na Ásia Menor.

Com Diocleciano sobrevém a última grande perseguição, sucedendo-se os éditos cada vez mais rigorosos, levando, por um lado, à morte de quantos recusavam o culto do imperador, e, por outro, à demolição de numerosas igrejas e à destruição de outros locais de culto, bem como à destruição dos livros sagrados.

Tal perseguição foi muito violenta em Itália, em Espanha e em África, embora de curta duração (entre 303 e 305). No Oriente ela foi particularmente violenta e longa (entre 303 e 313). Entretanto, os cristãos eram já muito numerosos, constituindo quase 50% da população.

Finalmente, em 313, surge a paz geral para a Igreja, com o imperador Constantino, pelo édito de Milão. Neste édito era reconhecida inteira liberdade de culto a todos os cidadãos

do Império, fosse qual fosse a sua religião. Pelo mesmo édito deveriam ser devolvidos todos os edifícios confiscados aos cristãos. São completamente suprimidas as cláusulas dos éditos anteriores particularmente desfavoráveis e nefastas para os cristãos.

A perseguição de Nero havia sido um acontecimento local, circunscrito à cidade de Roma. Já a última grande perseguição – a de Diocleciano –, quase trezentos anos depois, estendeu-se a todo o Império.

Sem dúvida, os cristãos viveram, durante os três primeiros séculos, numa insegurança relativa, mas conheceram igualmente longos períodos de paz religiosa.

Foram numerosos os mártires nas perseguições movidas aos cristãos nos dois primeiros séculos – centenas de milhar? –, mas a Igreja, em vez de desaparecer, cresceu ainda mais, dando razão ao dito de um escritor cristão do sé-culo iii, Tertuliano: «o

sangue dos mártires foi sempre semente de cristãos»7.

Houve, sem dúvida, numerosos apóstatas nas perseguições particularmente violentas, especialmente ao fim de longos períodos de paz e tolerância religiosa, em que os ânimos "amoleciam", sucumbindo ao pavor da morte e do martírio. Lemos nas Actas dos Mártires de Lião como os carrascos rivalizavam em crueldades aplicadas aos cristãos mártires, levando os cristãos presos, à espera da sua vez de martírio, a assistirem aos suplícios dos outros, na arena do circo, numa tentativa de os fazerem abjurar da sua fé e acabarem por adorar os deuses pagãos para, assim, escaparem ao martírio. Porém, muitos resistiram, suportando com coragem todas as torturas e confessando a sua fé contra as expectativas dos carrascos.

"Mártir" evoca aquele que morre no meio de suplícios atrozes. Mas este vocábulo grego significa "testemunha": o mártir dá

testemunho da sua fé em Jesus, que é o único Senhor, com exclusão de qualquer outro, nem que seja o imperador.

O cristão não procura o martírio e pode fugir à perseguição, mas, quando é preso, dá testemunho até ao fim, seguindo a Jesus até na sua Paixão e Morte. O mártir identifica-se, então, com Jesus. O mártir chegará à ressurreição com o seu Mestre.

Foram muitos os mártires e muito poucos os apóstatas, como vimos. As perseguições sangrentas, conduzindo os cristãos ao martírio sob as mais diversas e atrozes formas, não conseguiram o objectivo dos seus instigadores e desencadeadores: a destruição da Igreja. Pelo contrário, contribuíram, até, para, por um lado, firmar a fé dos convictos, e, por outro, para espalhar a mensagem cristã levada pelos fugitivos das perseguições até aos confins do Império Romano.

As primeiras heresias e cismas

Outra ameaça ao Cristianismo nascente, que ia crescendo em muitas culturas, no cenário urbano de muitos pontos do Império Romano até aonde o havia empurrado a fúria persecutória dos seus inimigos numa nova diáspora, esta cristã, consistia no choque de múltiplas concepções que fermentavam no interior da própria Igreja, ameaçando a unidade da mensagem cristã. É a ameaça das heresias e dos cismas a matéria sobre a qual iremos reflectir neste capítulo.

A Igreja nascente começou por enfrentar um desafio muito especial da parte dos judeus cristãos, que se consideravam descendentes dos cristãos primitivos de Jerusalém.

Esta comunidade cristã primitiva de Jerusalém era naturalmente constituída apenas por judeus e estava inteiramente ligada ao

Templo: reuniam-se diariamente no Templo e os irmãos «eram bem vistos por todo o povo». (Act 2)

O anúncio da Boa Nova foi inicialmente dirigido aos judeus: quando os Apóstolos chegavam a alguma cidade dirigiam-se às sinagogas locais onde pregavam Cristo aos seus irmãos de raça.

Porém, em muitos locais, os judeus rejeitavam tal mensagem, como aconteceu a Paulo e Barnabé em Antioquia da Pisídia (Act 13,13-52), onde foram mal recebidos, tendo sido violentamente insultados e até maltratados. Apesar dessa atitude dos judeus os dois evangelizadores declararam:

> Era preciso anunciar a Palavra de Deus, em primeiro lugar a vós, judeus. Porém, visto que a rejeitais e não vos julgais dignos da vida eterna, vamos dedicar-nos aos pagãos. (Act 13,46)

Entretanto, muitos judeus vinham sendo convertidos já desde o começo da Igreja, no dia de Pentecostes. Só na manhã desse dia,

após o discurso de Pedro, baptizaram-se cerca de três mil, muitos deles da diáspora, peregrinos que se encontravam em Jerusalém na altura das festas religiosas judaicas, mas também muitos dos habitantes da cidade.

Algum tempo depois, após o milagre de Pedro no Templo, junto da Porta Formosa – a cura instantânea de um coxo de nascença –, milagre presenciado por muita gente, juntou-se uma enorme multidão, assombrada com os relatos dos que haviam assistido à cura do aleijado. Pedro tomou a palavra e começou por dizer:

> Israelistas, porque vos admirais com o que aconteceu? [...] A fé em Jesus deu saúde perfeita a este homem que está na vossa presença. [...] Portanto arrependei-vos e convertei-vos [...] Após ter ressuscitado o seu servo, Deus enviou-O em primeiro lugar a vós, para vos abençoar e para que cada um de vós se converta das suas maldades. (Act 3,12-26)

Muitos dos que ouviam Pedro abraçaram a fé e o número de crentes – judeus – elevou-se a cerca de cinco mil.

As conversões dos judeus sucediam-se a bom ritmo, mas, entretanto, chegara a vez dos pagãos: Cornélio, o centurião romano de Cesareia e toda a sua família e a sua casa, após o seu próprio Pentecostes, suscitado por uma pregação de Pedro, foram baptizados:

> Pedro ainda estava a falar, quando o Espírito Santo desceu sobre todos os que ouviam a Palavra [...] ficaram admirados por o dom do Espírito Santo também ser derramado sobre os pagãos. De facto, eles ouviam-nos falar línguas estranhas e louvar a grandeza de Deus. (Act 10,44-46)

Esses foram os primeiros pagãos baptizados, e tal facto valeu a Pedro uma censura da parte dos Apóstolos e dos judaico-cristãos de Jerusalém. No entanto, quando Pedro lhes expôs o acontecido pormenorizadamente, eles sossegaram e deram glória a Deus,

dizendo: «Também aos pagãos Deus concedeu a conversão que leva à vida!» (Act 11,1-18)

E, à medida que os gentios se iam convertendo e recebendo o Baptismo, foram-se estabelecendo disputas, cada vez mais acesas, com os judaico-cristãos. Rigorosos quanto à Lei de Moisés, queriam impô-la aos gentios convertidos. Eram especialmente zelosos no que dizia respeito à circuncisão, afirmando a sua absoluta necessidade para se obter a salvação: se os gentios, apesar do arrependimento e da conversão, não se circuncidassem não seriam salvos...

Em Antioquia (da Síria), Paulo e Barnabé discutiram vivamente com eles, reagindo às práticas do ritualismo judaico que queriam impor aos gentios.A questão não ficou resolvida, de tal maneira que Paulo e Barnabé e mais alguns discípulos decidiram subir a Jerusalém para consultarem os Apóstolos e os anciãos.

Chegados a Jerusalém e posta a questão da controvérsia sobre a Lei de Moisés, reuniu-se o que se pode considerar o primeiro concílio da Igreja, embora ainda não ecuménico: o Concílio de Jerusalém. Tal concílio teve lugar no ano 52, isto é, dezanove anos depois da morte e ressurreição de Jesus e nele se pretendeu elucidar se os gentios convertidos ao Cristianismo deviam ou não cumprir a Lei de Moisés e fazer-se circuncidar.

A assembleia conciliar foi presidida por Pedro que, juntamente com Paulo e Barnabé, argumentou e testemunhou para conseguir que os gentios fossem admitidos na Igreja sem terem de se submeter à Lei. Tiago (Tiago Menor), que era o bispo de Jerusalém, interveio, então, conciliador, sendo de opinião «que não se deviam importunar os pagãos convertidos a Deus» (Act 15,13-21).

Depois de deliberarem resolveram enviar uma carta apostólica a Antioquia, pela mão

de Paulo, Barnabé e de mais alguns outros discípulos, carta essa em que, a certa altura, escreviam: «Decidimos, o Espírito Santo e nós, não vos impor nenhum fardo além destas coisas indispensáveis: abster-se de carnes sacrificadas a ídolos, do sangue, de carnes sufocadas e das uniões ilegítimas.» (Act 15,29) Estava, assim, terminada a controvérsia, sendo os pagãos libertados da imposição dos judaico-cristãos para se fazerem circuncidar.

Apesar de tudo, muitos judaico-cristãos dos mais variados pontos do Império Romano pretendiam, teimosamente, conservar a todo o custo os seus particularismos rituais e teológicos.

Quanto aos primeiros, permaneciam fiéis à observância do sábado, à circuncisão e aos interditos alimentares.

Os segundos mostravam-se particularmente zelosos do seu monoteísmo. Chegaram ao ponto de considerarem Jesus

apenas um homem adoptado por Deus no dia do seu Baptismo.

Uma das seitas dos judaico-cristãos – a dos Ebionitas – possuía até o seu próprio Evangelho: o Evangelho dos Ebionitas, escrito com toda a probabilidade em meados do século ii.

Para os Ebionitas, também Jesus seria o último de uma longa série de profetas e não um Filho de Deus: apenas um filho adoptivo de Deus. Observavam rigorosamente o sábado e muitos outros rituais do Antigo Testamento. E, na época de Paulo, foram seus inimigos, por ele se opor à obediência a certas práticas judaicas que os judeus queriam impor aos pagãos convertidos ao Cristianismo, nomeadamente a circuncisão.

Os judaico-cristãos eram, normalmente, grupos fechados em si mesmos, não tardando, assim, que os outros convertidos cristãos, não judeus e que já os ultrapassavam e muito em número, acabassem por

considerá-los hereges. Para este judaico-cristianismo herético, negador da divindade de Cristo e da redenção trazida pela sua Paixão e Morte na Cruz, a missão messiânica de Jesus teria sido a de conduzir o Judaísmo à sua perfeição, através de uma ainda mais rigorosa observância da Lei...

Mas a maior ameaça, naquela época de perseguição e martírio foi a do Gnosticismo.

Tratava-se de uma corrente ideológica em grande voga, pretendendo realizar um sincretismo religioso ao associar elementos do Cristianismo, do Judaísmo, do Helenismo e até das religiões iranianas.

Mais do que de gnosticismo, poderá falar-se de gnosticismos, pois eram inumeráveis as seitas gnósticas, cada uma com as suas particularidades, embora podendo reduzir-se todas a um denominador comum: um dualismo matéria-espírito, em que às operações essencialmente mais da matéria e da carne, a gnose (ou seja, conhecimento), se

opõe o espírito, resultando a infelicidade do homem das cadeias que o tornam prisioneiro do seu corpo, do mundo, do tempo e da sua alma inferior pecadora, não o deixando disfrutar da sua outra alma, a celeste.

Os gnósticos do século ii consideravam-se a elite de um movimento religioso que tinha a chave do segredo da salvação.

A teologia gnóstica acreditava que havia dois reinos distintos: um dos reinos era o mundo da luz, espiritual, governado por um Ser único, transcendente e totalmente impossível de descrever; o outro reino era o mundo material das trevas e da ignorância, e neste mundo vivia o homem. A gnose ou conhecimento era a ponte que nos permitia escaparmos do reino da matéria para o reino do espírito.

Houve várias seitas ou grupos de gnósticos: uma gnose pré-cristã, judaica (provavelmente os essénios de Qumrã); depois, uma gnose judaico-cristã (os ebionitas, já

referidos a propósito do judaico-cristianismo herético); e, também, uma gnose cristã, que pretendia ter a posse de ensinamentos misteriosos, que colhiam em parte em inúmeros evangelhos apócrifos que proliferaram nos primeiros séculos do Cristianismo.

A maior parte dos gnósticos cristãos recusava-se a crer na encarnação, e na morte e ressurreição de Cristo. Para eles os sacramentos cristãos não passavam de iniciações ocultas e não diferiam dos mistérios pagãos. Quanto às suas posições morais, uns entregavam-se a um ascetismo rigoroso, que nada tinha de humano, ao passo que outros, numa posição diametralmente oposta, eram-de um amoralismo total, pois consideravam-se acima das leis morais.

O Cristianismo primitivo da Ásia, da Síria e do Egipto testemunha a proliferação das seitas gnósticas. Há dois grupos de gnósticos que vêm mencionados no Apocalipse de São

João: os discípulos de Balaão e os nicolaítas, que praticavam uma imoralidade absoluta.

Entre os membros de comunidades cristãs surgiram alguns orientadores gnósticos. Entre estes adquiriu uma certa notoriedade um teólogo origináriode Alexandria, Valentim, que em Roma chegou a ser considerado para o cargo de bispo.

Valentim era um intelectual brilhante, exercendo uma influência tão profunda no gnosticismo que os seus discípulos eram conhecidos como Valentinianos.

Para os gnósticos cristãos, Jesus não era o Filho de Deus feito homem, mas sim o grande revelador da gnose.

O gnosticismo era uma mistura sedutora de Cristianismo, especulação religiosa, misticismo, filosofia grega e judaísmo. Os gnósticos pretendiam ter um conhecimento total dos problemas angustiantes que afligem o homem. Tal conhecimento não é matéria de fé, mas sim o fruto de uma iniciação. Não há,

portanto, “fiéis” nestes movimentos, mas sim “iniciados”.

Para alguém se tornar membro de uma seita gnóstica devia submeter-se a complicados rituais de iniciação, muitos dos quais incluíam um segundo baptismo.

A gnose representava um perigo mortal para a Igreja nascente, pois misturava os mistérios cristãos aos das antigas religiões esotéricas. A ideia da transcendência divina saia particularmente desvirtuada.

O rápido crescimento e a grande popularidade do gnosticismo perturbou os chefes das comunidades cristãs, não tardando a reacção dos Padres da Igreja, que refutaram as teorias gnósticas como heréticas.

Contra estas doutrinas ergueu-se especialmente o bispo de Lião, Ireneu, que escreveu a Refutação da falsa gnose (Adversus Haereses), e é justamente considerado o “príncipe dos teólogos cristãos”, no sentido de ter sido o primeiro. Nos seus escritos são de destacar

a importância que atribuía à tradição apostólica oral, o primado da Igreja de Roma fundada por Pedro e Paulo, a doutrina da “recapitulação” da humanidade pecadora em Cristo, o segundo Adão.

Actualmente ainda existem algumas seitas gnósticas: são seitas teosóficas e antroposóficas que praticam o ocultismo e o espiritismo, proliferando em alguns países.

Antes de terminar o século ii os cristãos tinham conseguido libertar-se das influências gnósticas, resistindo à tentação de dissolver a fé numa amálgama de fantasias sincretistas da gnose.

Entre os gnósticos surgiu, no século ii, um dos seus representantes mais notáveis na pessoa de Marcião, que, vindo da Ásia Menor onde havia nascido, para Roma, aí se fixou e, uma vez iniciado no gnosticismo, começou a ensinar e a desenvolver a sua própria teologia.

Ele acreditava que existiam dois deuses: o Deus do Antigo Testamento e o Deus de Jesus. O primeiro era o Deus Criador, justo, mas implacável e vingador. O segundo, o Deus de Jesus, era pura graça, amor e bondade. E enquanto o Deus Criador, o do Antigo Testamento, se mostrava em muitas passagens como um deus mesquinho e colérico, Jesus viera revelar um outro Deus ainda desconhecido, que libertaria o homem, por pura graça, das rigorosas exigências das leis do Deus Criador. Para Marcião, estes dois deuses tão diferentes personificavam o contraste que se encontrava, até, nas cartas de São Paulo, da lei e da graça.

Na realidade, e até o que o tornava particularmente perigoso e desestabilizador das crenças cristãs tradicionais, era o apoio que ia buscar para as suas teses às cartas de São Paulo, que o haviam profundamente influenciado. São Paulo, nos seus escritos, faz contrastar frequentemente o Evangelho da

Graça em Cristo com a lei de Moisés. Porém, enquanto São Paulo vê em Cristo o cumprimento das promessas feitas por Deus a Abraão e a Israel, Marcião dá-lhe o seu toque pessoal a justificar a sua própria teologia, vendo uma contradição absoluta entre a Boa Nova de Cristo e o Antigo Testamento, o que o leva a pôr de parte completamente o Antigo Testamento e, mesmo, muitos escritos cristãos que ele considerava cheios de falsidades por declararem que muitos passos da vida de Jesus seriam o cumprimento de algumas profecias do Antigo Testamento.

Assim, a Bíblia de Marcião não continha absolutamente nada do Antigo Testamento e só admitia o Evangelho de Lucas, embora mutilado, pois dele eliminou tudo quanto dizia respeito ao nascimento de Jesus, suprimindo, também, numerosas passagens dos ensinamentos do Senhor, precisamente aquelas em que Jesus confessa claramente que o Deus-Criador é seu Pai.

Mutila, também, as epístolas de São Paulo, suprimindo todos os textos em que o Apóstolo afirma claramente que o Deus que fez o mundo é o Pai de Nosso Senhor Jesus Cristo, bem como todas as passagens nas quais o Apóstolo faz menção de profecias do Antigo Testamento anunciando a vinda do Senhor.

Deste modo, Marcião pode ser considerado como o primeiro a compilar um cânone cristão, pois na sua época ainda não havia qualquer lista de Escrituras do Novo Testamento, utilizando cada uma das várias igrejas cristãs os escritos cristãos que lhes parecessem mais apropriados.

Para Marcião, Cristo não poderia ser realmente humano, pois se assim fosse Ele teria feito parte da Criação do Deus antigo. E ao recusar uma verdadeira natureza humana a Jesus Marcião defendia que só havia salvação para as almas, não participando o corpo da mesma salvação.

A Igreja acabou por excomungar Marcião no ano 144, dadas as suas posições claramente heréticas face à doutrina cristã verdadeira, ameaçando a sua unidade. Ireneu, bispo de Lião, ao denunciar as falsas doutrinas (Contra as Heresias) aponta os traços característicos pelos quais se deve reconhecer a verdadeira Igreja: por um lado, a Igreja anunciava uma mensagem idêntica no mundo inteiro – «as línguas diferem através do mundo (Roma, Egipto, Líbia, Celtas, Ibéria, Germânia...), mas o conteúdo da tradição é único e idêntico» –; por outro lado, a Igreja transmitia através da sucessão dos bispos a tradição dos Apóstolos.

Uma vez excomungado, Marcião acabou por fundar uma pseudo-igreja decalcada da Igreja cristã na sua organização e liturgia. Assim, criou uma estrutura eclesiástica completa para a sua seita – o Marcionismo –, com bispos, presbíteros, diáconos e diaconisas. Por outro lado, estabeleceu um rigoroso

código disciplinar, em que exigia a abstinência sexual, proibia o casamento e o consumo de carne e de vinho. Na sua própria versão da Eucaristia usava água em vez de vinho.

No seu zelo apostólico fundou igrejas por todo o lado para onde viajou, em Itália, no Norte de África, no Egipto, na Síria e em Chipre. Esta proliferação de igrejas marcionitas é mencionada, mais tarde, por um cristão célebre de Cartago, Tertuliano, que escreveu que Marcião instituía igrejas «como as vespas fazem ninhos»[8].

Marcião morreu cerca do ano 160, mas o marcionismo manteve-se florescente por mais de duzentos anos, o que é surpreendente se nos lembrarmos da proibição do casamento aos seus fiéis, bem como a abstinência sexual completa para toda a vida. Deste modo, para conseguir manter-se e progredir teria, certamente, de haver um grande zelo apostólico dos seus fiéis para ganharem novos convertidos.

O marcionismo chegou, assim, até ao século iv, tendo sido ilegalizado pelo imperador Constantino, que ordenou a entrega de todas as casas de culto dos marcionitas à Igreja tradicional cristã.

Nos finais do século ii nasceu mais um movimento que ameaçou dividir a Igreja. Tratava-se do Montanismo, do nome do seu fundador, Montano, ex-sacerdote de uma deusa pagã, Cibele, que se havia convertido ao Cristianismo.

Montano proclamava a Nova Profecia, cuja mensagem era revolucionária: o Mundo acabaria em breve, Cristo regressaria, a Jerusalém celeste desceria à Terra. Tal mensagem era particularmente arrebatadora, porquanto Montano afirmava ser instrumento da manifestação do Espírito Santo, que falava através dele.

Ao entusiasmo dos primeiros tempos do Cristianismo, em que o Espírito Santo actuava visivelmente nas assembleias cristãs

em manifestações extraordinárias da graça – os carismas – sucedeu, a pouco e pouco, um arrefecimento da fé e um crescente mundanismo dos cristãos, quer dos leigos, quer do próprio corpo eclesiástico. A expectativa da vinda próxima do Senhor – a "parusia" – foi-se esbatendo após os primeiros anos de espera febril e impaciente. Na Igreja foi-se instalando um mal-estar indefinível: um sentimento generalizado de abrandamento da fé no regresso iminente de Cristo condicionava uma perigosa laxidão nos comportamentos, afrouxando a vigilância preconizada pelos Apóstolos de modo a não serem «acusados no Dia de Nosso Senhor Jesus Cristo». (1Cor 1,8)

Foi neste quadro que surgiu a profecia de Montano sobre uma breve segunda vinda de Cristo. Muitos cristãos que acolheram essa profecia abandonaram as suas casas e o seu trabalho e seguiram o novo profeta para levarem uma vida rigorosamente ascética, a

fim de se prepararem, desta forma, para os últimos dias que afirmavam estarem a chegar.

Montano incitava-os a desejarem o martírio e a suportarem jejuns prolongados. Os montanistas advogavam também o celibato.

O Montanismo espalhou-se a toda a Ásia Menor, onde havia começado – na Frígia –, bem como à Síria e, por fim, ao Ocidente, acabando por chegar ao Norte de África, onde seduziu um eminente defensor da fé de Cartago: Tertuliano. Este tornou-se o mais ilustre convertido do Montanismo, já no princípio do século iii (em 207).

Tertuliano fundou, ele mesmo, a sua própria Igreja montanista – o Tertulianismo – que conseguiu sobreviver até ao fim da era imperial.

É a partir de escritos do próprio Tertuliano que se conhecem actualmente certos aspectos do Montanismo, nomeadamente o da

revelação carismática de alguns dos seus membros.

Entretanto a Igreja em Roma, embora condenando a mensagem montanista, tinha dificuldades em a refutar. Os Papas do final do século ii, primeiro Eleutério e depois Vítor, acabaram por condená-la.

Os teólogos viram-se embaraçados. De facto, ao contrário de outras heresias, os montanistas não rejeitavam o Antigo Testamento (como faziam os marcionitas) e acolhiam as Sagradas Escrituras na sua totalidade, sendo igualmente muito difícil encontrar erros no seu código de rigoroso ascetismo.

O próprio campeão da luta contra as heresias, Ireneu de Lião, chegou a mencionar que também muitos membros da Igreja tinham poderes carismáticos de profecia, até de ressuscitar os mortos, e de falar em línguas por obra do Espírito Santo.

No entanto, além de ser considerado um movimento desintegrador da Igreja, não se verificaram as profecias proclamadas pelo Montanismo de guerras e catástrofes naturais que levariam ao fim do Mundo, nem a segunda vinda de Cristo, pelo que a Igreja tradicional o menosprezou. Os montanistas acabaram por se refugiar no campo onde o movimento sobreviveu algumas centenas de anos, até à sua extinção forçada no século vi.

Conta um historiador da época – Procópio – que os últimos montanistas se martirizaram a si mesmos, imolando-se vivos pelo fogo no interior das suas igrejas, de modo a evitarem ser capturados pelos outros cristãos.

Nos três séculos que duraram as perseguições, os cristãos tiveram de enfrentar, além do martírio, algumas crises que se revelariam mais tarde como causas de futuras controvérsias e debates ideológicos, mas levando, por outro lado, à consolidação

lenta, mas firme da formulação do dogma cristão.

Uma dessas crises, nascida no interior da própria Igreja, girava em torno da fé sobre alguns aspectos da doutrina cristã.

Geraram-se vivos debates acerca da divindade de Cristo, bem como a questão da Trindade, surgindo correntes que se opunham à ideia de um Deus ao mesmo tempo uno e trino: Pai, Filho e Espírito Santo. Para essas correntes de opinião tal concepção da Trindade afigurava-se-lhes um politeísmo inconcebível, tal como o dos pagãos no meio dos quais viviam.

Esses cristãos que recusavam o Deus Trino eram chamados monarquianos, pois defendiam o princípio do Deus único, o "único monarca". E o seu movimento era conhecido por Monarquianismo do qual se conhecem duas escolas de pensamento.

Uma dessas escolas de Monarquianismo havia nascido em Bizâncio e fora trazida para Roma por Teódoto, cerca do ano 190.

Esta doutrina sustentava que Cristo tinha sido um simples homem, ser mortal, até ao seu Baptismo no rio Jordão por João Baptista. Após o Baptismo, Cristo tornara-se Filho de Deus, por adopção, por obra do Espírito Santo.

Esta teoria "adopcionista" apoiava-se no Evangelho de Lucas: depois de baptizado, Jesus quedara-se em oração, quando o Céu se abriu e o Espírito Santo desceu sobre Ele como uma pomba; e do Céu viera uma voz: «Tu és o meu Filho amado! Em ti encontro o meu agrado.» (Lc 3,21-22) Tais palavras da voz que se ouviu eram do Salmo 2 («Tu és meu filho, Eu hoje te gerei.»)

Esta era a doutrina do monarquianismo adopcionista, que foi, necessariamente, condenada pela Igreja.

Mais popular do que o Adopcionismo foi a escola do Monarquianismo Modalista.

Esta escola, levada de Esmirna, na Ásia Menor, para Roma por volta do ano 200, por Noeto, ensinava que Cristo fora divino. Porém, considerava a Trindade como sendo três manifestações (modalidades) de um ser divino único e não como três pessoas realmente distintas.

Tal doutrina modalista sustentava que o Pai e o Filho eram dois modos distintos de um Deus único. Tal doutrina foi também condenada, sendo Noeto excomungado pela Igreja.

Esta escola de Monarquianismo foi ainda designada por alguns como Patripassionismo, isto é, doutrina sobre a Paixão do Pai ou doutrina do Pai que sofre.

Como tal doutrina não negava a divindade de Cristo, tornou-se muito popular, ganhando rapidamente muitos discípulos. Contra tais ideias surgiram apologistas em vários

pontos, que as atacaram sem tréguas: em Roma, Hipólito; em Cartago, Tertuliano; em Alexandria, Dionísio.

A teologia cristã foi dominada nos dois séculos seguintes pelos debates suscitados por tais doutrinas, nascendo algumas controvérsias relativas à Trindade e à natureza de Cristo.

Outra crise que a Igreja enfrentou no período dos três séculos de perseguições foi a da apostasia, sob várias formas e que, em muitos casos, contribuiu mais tarde para o desencadear de algumas controvérsias e debates ideológicos.

A primeira notícia certa de tais apóstatas encontra-se numa carta de Plínio, o Jovem, ao imperador Trajano, a respeito dos cristãos.

Legado romano na Bitínia (Ásia Menor), Plínio, embaraçado perante aqueles que lhe eram apresentados em juízo como cristãos, resolve pedir instruções ao imperador. No

entretanto, refere a conduta que seguia contra eles, mesmo antes das instruções superiores que pedia: àqueles que confessavam ser cristãos e se obstinavam mesmo sob a ameaça do suplício, mandava-os executar; mas mandava libertar todos aqueles que negavam ser cristãos ou tê-lo sido alguma vez e que, a mando seu e na sua frente, invocavam os deuses, ofereciam incenso e vinho à estátua do imperador e, por fim, blasfemavam de Cristo – «tudo coisas às quais, segundo se diz, é impossível obrigar aqueles que são realmente cristãos». A sua dificuldade maior era o caso daqueles que juravam ter deixado de ser cristãos, uns há três anos, outros há mais tempo, e que a sua única culpa tinha sido a de se reunirem semanalmente para cantarem um hino a Cristo, como a um deus, e tomarem uma refeição comum, além de se comprometerem a ser pessoas moralmente irrepreensíveis – e já tinham renunciado, mesmo, à prática da refeição comum

semanal, após o édito pelo qual tinham sido interditas as associações; por outro lado, veneraram também a estátua do imperador e as estátuas dos deuses e blasfemaram de Cristo.

A estes primeiros blasfemos da Bitínia juntou-se, no tempo do imperador Décio, já no século iii, um grande número de cristãos que apostataram quando se desencadeou a primeira grande perseguição geral contra os cristãos. Tinha havido um longo período de tranquilidade até que, em 250, o imperador ordenou a todos os residentes do Império Romano que realizassem publicamente o sacrifício anual a Júpiter.

Deste modo, pela primeira vez os cristãos de todo o Império foram obrigados a demonstrar a sua lealdade ao Estado: assim, teriam de negar a sua fé cristã e tomar parte nos sacrifícios pagãos. Era o édito de Décio que obrigava, também, a ter na sua posse um certificado (libellus) comprovativo de que as

ordens do imperador haviam sido cumpridas,

Todos os que desobedeciam ao édito do imperador eram barbaramente torturados e executados, o que levou muitos cristãos a abjurarem para evitarem o suplício. Mas muitos outros fugiram, esconderam-se nos montes ou obtiveram certificados por suborno dos funcionários. No entanto, a perseguição foi-se intensificando e muitos cristãos, com medo da tortura e até da morte, acabaram por cumprir os sacrifícios: em alguns sítios a maioria dos cristãos obedeceu ao édito imperial como no caso de Cartago; em algumas cidades houve comunidades, às vezes lideradas mesmo pelo seu bispo, que renegaram a fé – é o caso, por exemplo, do bispo de Esmirna.

Entretanto, muitos cristãos morreram pela sua fé: é o caso de Fabiano, bispo de Roma, mas também dos bispos de Antioquia e de Jerusalém.

Quando esta perseguição abrandou – os Godos ameaçavam as fronteiras do Império e as atenções do imperador tiveram de se concentrar na defesa – as comunidades cristãs puderam respirar de alívio e, confiadamente, os cristãos que haviam fugido e se tinham escondido voltaram a aparecer.

Esta terrível perseguição de Décio custou à Igreja a morte de milhares dos seus membros. Pior: a perseguição determinou uma divisão na Igreja. O problema foi de natureza disciplinar e surgiu quando voltou a tranquilidade: como deviam ser tratados os lapsi (os cristãos "caídos", ou "vacilantes", os lapsos), que durante as perseguições tinham renunciado à fé?

Posto este problema, as opiniões dividiamse, destacando-se três pontos de vista que se confrontavam: o dos condescendentes, o dos "duros" novacianistas e uma posição intermédia, defendida por Cipriano, bispo de Cartago.

Para os condescendentes, qualquer confessor (isto é, aquele que sofrera pela fé e havia sobrevivido ao martírio) podia readmitir um cristão lapso sem lhe impor qualquer penitência.

Para os "duros", chefiados por um presbítero romano, Novaciano, nenhum dos lapsi poderia voltar a ser readmitido na Igreja.

Para os seguidores do bispo de Cartago, Cipriano, só um sínodo poderia decidir sobre o tratamento a dar aos lapsi, já que a unidade da Igreja e a autoridade dos bispos tinham de ser salvaguardadas. E, assim, o sínodo de Cartago estabeleceu períodos penitenciais de exclusão, variáveis consoante o grau da falta cometida pelos lapsi. Competia ao clero o estabelecimento das penitências e a decisão sobre a sua aplicação. Esses graus de "lapso" iam dos sacrificati, isto é, aqueles que haviam oferecido sacrifícios nos altares dos deuses romanos, aos thurificati, isto é, todos aqueles que haviam obtido, por fraude

ou suborno dos funcionários imperiais, um certificado falso, mesmo sem terem obedecido à ordem imperial.

Estas diferenças de opinião no tratamento a dar aos lapsi acabaram por trazer desavenças dentro da Igreja, chegando ao ponto de gerarem um cisma.

A situação desencadeou-se quando Cipriano, bispo de Cartago, apoiou Cornélio para bispo de Roma. A atitude caridosa de Cornélio para com os cristãos lapsos era aprovada por grande número de membros da Igreja, o que certamente condicionou a sua escolha para chefe da Igreja de Roma.

Porém, Novaciano, o chefe da facção mais rigorista face aos cristãos lapsi, reclamou o cargo de bispo de Roma, pondo-se em campo para impor a sua autoridade. No entanto, um sínodo em Roma apoiou a escolha de Cipriano e excomungou Novaciano. O movimento cismático que então nasceu, o dos Novacionistas, estendeu-se à Gália, a

Espanha, ao Norte de África e ao Oriente, onde surgiram muitas igrejas nas quais era seguida a política “dura” de Novaciano em relação aos lapsi. Tais igrejas perduraram até ao século vii.

As dissenssões surgidas no século iii não se ficaram por aí uma vez que já no princípio do século iv começaram a desenhar-se no horizonte cristão novos motivos de preocupação e de divisão na Igreja.

O imperador Diocleciano desencadeou, em éditos sucessivos, uma terrível e generalizada perseguição aos cristãos.

Num primeiro édito ordenava a demolição das igrejas em todo o Império e que fossem queimados todos os livros cristãos. E todos os cristãos foram demitidos dos cargos públicos.

Alguns meses mais tarde, um segundo édito condenava à prisão todo o clero cristão. Um terceiro édito, logo a seguir, ordenava que os prisioneiros oferecessem sacrifícios e

fossem libertados. Deste modo, muitos cristãos foram coagidos a obedecer e acabaram por fazer sacrifícios e permitir que fossem queimadas as cópias das Escrituras. A tais apóstatas foi dada a designação de traditores (ou seja, “traidores”).

O que se havia passado em Roma pouco mais de cinquenta anos antes, no final da perseguição de Décio, repetia-se agora em Cartago com as consequências da grande perseguição de Diocleciano. O estatuto dos cristãos que haviam abjurado a sua fé durante as perseguições era vivamente discutido, começando a vingar a ideia de que só as pessoas que levassem uma vida sem mancha teriam direito a pertencer à Igreja.

Uma facção de cristãos do Norte de África classificava mesmo de “traidores” os cristãos que tinham sucumbido ao medo nas perseguições, indignos, portanto, de continuarem a pertencer à Igreja. Havia, no entanto, cristãos mais moderados que eram de

opinião de que não se podia ser tão rigoroso, aceitando de volta ao seio da Igreja todos aqueles que se tinham escondido em vez de desafiarem abertamente a autoridade imperial.

As discussões prosseguiram, acesas, até que no ano 311 rebenta a controvérsia com a eleição do novo bispo de Cartago. Para o cargo foi eleito um clérigo moderado, Ceciliano.

Gerou-se um movimento de contestatários à eleição do bispo, alegando que tal eleição teria de ser considerada inválida pois a sagração do bispo havia sido feita pelos "traidores". Os opositores de Ceciliano, provenientes na maior parte da Numídia (região que corresponde à actual Argélia), convocaram então um sínodo. Assim se reuniram setenta bispos que anunciaram a deposição de Ceciliano. Pouco tempo depois sagraram como bispo para Cartago Donato,

que deu precisamente o nome ao movimento contestatário: o Donatismo.

Donato afirmava convictamente que só os sacerdotes cuja vida fosse impecável podiam, na Eucaristia, realizar a transubstanciação (ou seja, a conversão do pão e do vinho no Corpo e no Sangue de Cristo) e que os pecadores não podiam permanecer na Igreja.

Chegou, entretanto, o ano de 313, data em que os imperadores Constantino e Licínio, depois de chegarem a acordo sobre uma política religiosa comum, promulgaram o chamado édito de Milão no qual era reconhecida inteira liberdade de culto a todos os cidadãos do Império, fosse qual fosse a sua religião, devendo os edifícios confiscados ser restituídos. Deste modo, toda a legislação discriminatória contra os cristãos ficava abolida e a Igreja era reconhecida pelo poder civil, recuperando os lugares do culto e os bens de que havia sido despojada.

O édito surgira em plena controvérsia donatista. Ceciliano e os que o apoiavam não reconheceram a autoridade do sínodo que o havia deposto, sendo a Igreja seriamente ameaçada por um autêntico cisma: Cartago ficara com dois bispos simultâneos, Ceciliano e Donato.

Os apoiantes de um lado e do outro levaram o caso ao imperador Constantino, que ordenou a ambos que se apresentassem ao bispo de Roma, Milcíades, fazendo-se representar cada grupo por dez bispos. O bispo de Roma agregou-lhes mais quinze bispos italianos, constituindo-se todos em sínodo para deliberarem sobre matéria doutrinal.

O sínodo de Roma, presidido pelo Papa, acabou por reconhecer Ceciliano, deliberando, portanto, contra Donato. Mas os donatistas não se conformaram, não aceitando a deliberação desse sínodo, pedindo ao imperador Constantino que ordenasse um novo julgamento.

Com a concordância do imperador, reuniu-se um novo sínodo no ano de 314, no sul da Gália, em Arles.

O sínodo de Arles corroborou o julgamento de Roma, pronunciando-se contra os donatistas. Mas estes não aceitaram o veredicto dos bispos e a controvérsia continuou, de tal modo que em muitas cidades do Norte de África se defrontavam dois bispos rivais. Nesta região irromperam vários tumultos, acabando Constantino por ordenar o exílio dos dirigentes donatistas, bem como a confiscação dos bens da Igreja Donatista. Fez mesmo avançar tropas para desalojar os partidários de Donato das igrejas que ocupavam.

Apesar dessas medidas imperiais, os donatistas mantinham-se firmes, resistindo tenazmente a ponto de preferirem a tortura, a prisão e mesmo a morte a uma submissão aos “traidores”.

Tudo isto levou Constantino a desistir dos seus decretos anti-donatistas (ao fim de oito anos de lutas e tumultos, em 321). Como a paz mesmo assim não regressava, o imperador resolveu a questão de outra maneira. Como os seus soldados não conseguiam desalojar os donatistas das igrejas que ocupavam, ele compensou os "católicos", dando-lhes dinheiro para construirem outras igrejas...

Como nota final, se o Donatismo tivesse alastrado esse facto levaria o Cristianismo a ver-se reduzido a uma pequena seita só de "puros", de tal modo que, a partir de certa altura, ninguém poderia ter a certeza de estar a assistir a uma Eucaristia válida e de receber a Sagrada Comunhão...

Uma outra crise que ameaçou a Igreja no século ii, chegando mesmo a dividi-la temporariamente, foi a que ficou conhecida como a Controvérsia Quartodecímana ou do décimo quarto dia, que consistiu na disputa

sobre a celebração da Páscoa entre a Igreja do Oriente e a Igreja de Roma.

A Igreja do Oriente comemorava a Páscoa com uma vigília na mesma noite em que se celebrava a Páscoa judaica, fosse qual fosse o dia da semana sobre o qual recaísse.

O costume romano defendia que a Páscoa deveria ser comemorada no domingo seguinte ao da Páscoa judaica. E tal costume era também seguido em algumas igrejas da Ásia Menor.

As discussões sucederam-se ao longo do século ii sem que se chegasse a qualquer conclusão. Devido às diferenças de calendário entre o Oriente e o Ocidente, a controvérsia tornava-se particularmente acesa de sete em sete anos quando, em Roma, a grande comunidade cristã oriunda do Oriente comemorava a morte de Cristo, jejuando, ao mesmo tempo que os outros cristãos da cidade comemoravam a Ressurreição do Senhor.

Em 190, o bispo de Roma, Vítor I, um bispo oriundo do Norte de África, dirigiu um convite a todas as igrejas para que observassem o critério de Roma, celebrando a Páscoa no domingo a seguir à Páscoa judaica.

Convocou vários sínodos – em Roma, na Palestina e em mais alguns lugares – a fim de que ficasse instituída a nova regra em todo o mundo cristão. Foram excomungadas todas as comunidades da Ásia Menor que se recusaram a obedecer ao édito do Papa. Porém, apesar disso, continuaram a celebrar a Páscoa de acordo com o costume oriental.

Embora desprezado em muitas das igrejas cristãs da Ásia Menor, o édito de Vítor teve um grande significado ao mostrar que a Igreja de Roma e o seu bispo, o Papa, começavam a afirmar a sua autoridade sobre as comunidades cristãs dispersas pelo mundo, já no século iii.

A controvérsia continuou por todo o século iii, alternando focos mais acesos num

e noutro ponto, com outros que se foram apagando a pouco e pouco, até ficar finalmente resolvida, já em pleno século iv, no primeiro concílio ecuménico da Igreja – o Concílio de Niceia – convocado, em 325, pelo próprio imperador Constantino, para resolver a grave crise ariana.

A primeira heresia que teve uma grande difusão nasceu, entretanto, em Alexandria, no século iv. Até ao édito de Milão, em 313, as controvérsias e conflitos que surgiam aqui e ali na Igreja ficavam mais ou menos localizados. Com a paz geral para a Igreja começara uma nova era para os cristãos, agora livres de qualquer perseguição. Deste modo, qualquer crise nascida num qualquer ponto do seio da Igreja alastrava rapidamente até aos pontos mais recônditos do Império.

Foi o que aconteceu com a heresia nascida em Alexandria, tendo como autor um sacerdote considerado e popular de nome Ário,

que sustentava que Jesus Cristo, na realidade, não era Deus, não tendo a “mesma substância” que Deus Pai. Para Ário, Jesus não teria coexistido desde toda a eternidade com o Pai, tendo sido criado do nada, não sendo, portanto, Filho de Deus por natureza, isto é, não seria um filho natural, gerado, mas apenas um filho adoptivo de Deus, pelo que não se lhe poderia propriamente chamar, também, Deus.

Esta doutrina de Ário não foi aceite por Alexandre, o bispo de Alexandria: o Filho coexistia com o Pai desde toda a eternidade, igual ao Pai, Filho por natureza, gerado, não por adopção.

Apesar da autoridade do bispo, a teologia de Ário foi alastrando, acabando por dividir a Igreja em duas: a dos que acreditavam que Jesus Cristo era a Segunda Pessoa da Santíssima Trindade, com a mesma natureza divina do Pai («o Pai e Eu somos um» – Jo 17,22), e a Igreja daqueles que, com Ário,

acreditavam que Cristo era apenas um homem, embora fosse a mais nobre das criaturas.

As consequências do Arianismo para a fé cristã eram muito graves, afectando o dogma da Redenção: se Cristo não fosse o Verbo encarnado e, portanto, verdadeiro Deus, a Redenção não se teria consumado.

As grandes qualidades de Ário, aliadas à sua capacidade enorme de debater, fizeram com que o erro ameaçasse espalhar-se rapidamente, tanto mais que ia adquirindo numerosos apoiantes, nomeadamente entre o próprio clero de Alexandria.

Em 318 é convocado um sínodo local de perto de cem bispos egípcios e líbios. Depois de um exame das doutrinas de Ário o sínodo condenou-o, a ele e aos seus apoiantes, como heréticos, excomungando-os.

Porém, Ário não aceitou a excomunhão e conseguiu muitos mais apoios no Oriente, entre eles o do bispo de Cesareia, Eusébio, e

também um outro Eusébio, este bispo de Nicomédia.

Estava-se numa época em que a Igreja se encontrava dividida no Ocidente pelo Donatismo, e se via agora fortemente ameaçada pelo Arianismo, no Oriente, de ficar, também, dividida em dois campos teológicos opostos.

Impunha-se, portanto, uma reunião de todos os bispos do universo cristão para discutirem os pontos de vista doutrinais em confronto.

Assim, com o consentimento do Papa Silvestre I, o imperador Constantino convocou um concílio – o primeiro Concílio Ecuménico ou Universal – para Niceia (actual Iznik, no noroeste da Turquia), no ano 325. Assistiram a esse concílio mais de trezentos bispos, a maioria da Igreja Oriental, estando presentes os principais teólogos: Eusébio de Cesareia (o historiador eclesiástico), Eusébio de Nicomédia (o

principal bispo ariano) e, também, o bispo de Alexandria, Alexandre (o grande adversário de Ário), bem como Marcelo de Ancira (a actual Ankara). O Papa enviou um legado para o representar.

Quase todos os bispos condenaram a doutrina de Ário, proclamando solenemente que o Senhor Jesus era «consubstancial» ao Pai. O símbolo niceno, como ficou conhecido, proclamava que o Filho, Jesus Cristo, Deus de Deus, Luz da Luz, Deus verdadeiro de Deus verdadeiro, gerado, não criado, era «consubstancial» ao Pai: constituiu um triunfo claro para os defensores da Ortodoxia.

O período que se seguiu ao concílio, contra o esperado, não impediu que o Arianismo continuasse bem vivo, ameaçando tornar ariana toda a Igreja.

Eusébio de Nicomédia, bispo pró-ariano, tornou-se o dirigente máximo do imperador, através da família de Constantino. E as coisas chegaram ao ponto de Constantino

acabar por ser baptizado no seu leito de morte, em 337, pelo próprio Eusébio de Nicomédia.

Apenas dois anos depois, em 339, Eusébio de Nicomédia é feito bispo de Constantinopla, tornando-se, ele, um ariano confesso, um dos chefes mais poderosos da Igreja.

Em 341, Eusébio sagrou Wulfila como primeiro bispo dos Godos. Wulfila era um jovem missionário junto dos Godos da Dácia, ao norte do Danúbio. Tal facto trouxe consequências, mais tarde, de um incalculável alcance.

O Arianismo só acabou por ser abolido com a chegada ao poder do imperador Teodósio, católico sincero, que converteu o Cristianismo na religião oficial do Estado.

Teodósio convocou, também, um concílio, em 381: o segundo concílio ecuménico, o Concílio Ecuménico de Constantinopla. O objectivo do imperador era eliminar de uma

vez para sempre o Arianismo, constituindo a sua condenação uma entre outras decisões do concílio.

Outras decisões consistiram no triunfo da fé nicena e na condenação de uma nova heresia, derivada do Arianismo: o Macedonianismo, que negava a divindade do Espírito Santo. Neste concílio foi completada a teologia trinitrária, sendo a doutrina católica da Santíssima Trindade fixada no "Símbolo niceno-constantinopolitano". Ficavam, no entanto, ainda, por serem expressamente declaradas nesse símbolo as relações do Espírito Santo com o Filho, ponto esse que, indefinido, veio dar origem mais tarde à questão do "Filioque". Séculos mais tarde tal indefinição contribuiu para a separação entre o Oriente e o Ocidente cristãos.

O Arianismo, embora abolido na Igreja, sobreviveu, contudo, como a forma de Cristianismo professada pela maioria dos povos

germânicos que invadiram o Império do Ocidente.

Depois da tempestadevem a bonança:a paz geral para a Igreja

Foram várias as perseguições de que os cristãos foram alvo. A primeira foi iniciada por Nero no ano 64 (morte de São Pedro e São Paulo), em Roma, e prosseguida por Trajano, no século ii, já por todo o Império Romano (morte de Inácio, bispo de Antioquia), e por Marco Aurélio (condenação de Justino, o apologista, do bispo Policarpo, que havia sido discípulo de São João e tendo tido Ireneu, futuro bispo de Lião, como discípulo). Continuaram no século iii, após um édito de Décio, em 250, que ordenava a todos os habitantes do Império que participassem pessoalmente num sacrifício geral em honra dos deuses romanos, o que apanhou desprevenidos os numerosos cristãos que viviam tranquilamente um longo período de paz. Nova perseguição geral poucos anos volvidos, da

iniciativa do novo imperador, Valeriano, que, em 257, interdita o culto cristão, tomando medidas contra o clero e proibindo as reuniões nos cemitérios (martírio de Cipriano de Cartago, do Papa Sixto e do seu diácono Lourenço). Seguiu-se um período de quarenta anos, a partir de um édito de tolerância do imperador Galiano, de 261, período em que cresceu rapidamente o número de cristãos, sendo construídas muitas igrejas. Por último, a última grande perseguição do princípio do século iv, com o imperador Galério, associado do imperador Diocleciano no Oriente, perseguição terrível, em que à condenação dos cristãos à morte ou às minas se juntava a destruição dos livros sagrados e dos locais de culto, numa época em que os cristãos constituíam já cerca de 50% da população (os quatro éditos de Galério promulgados no espaço de um ano, entre 303 e 304, visavam acabar de vez e para sempre com o Cristianismo e a Igreja).

Não obstante a violência da perseguição decretada por Galério, os seus resultados pautaram-se por um categórico malogro ao não atingir o objectivo que visava. E, assim, o mesmo Galério, ao constatar o fracasso dos seus desígnios, recuou na sua política em relação ao Cristianismo, acabando por promulgar um édito – o édito de Sárdica – em que concedia aos cristãos um estatuto de tolerância. Tal édito de tolerância, do ano 311, garantia aos cristãos, desde então, uma existência livre bem como inteira liberdade para celebrarem as suas assembleias e cultos, desde que nada fizessem contra a ordem pública. Em compensação, Galério, atacado de inesperada e dolorosa doença, às portas da morte, pedia as orações dos cristãos para si.

Chegara, finalmente, a paz, sendo libertados todos os cristãos que se encontravam presos. Embora não concedesse aos cristãos plena liberdade religiosa, tal édito de

tolerância revestia-se de uma enorme importância, trazendo uma tranquilidade segura para a Igreja, já não sujeita a uma existência precária, constantemente interrompida pela fúria persecutória de alguns imperadores romanos. Tinham passado dois séculos e meio de perseguição até os cristãos obterem, pela primeira vez, autorização para prestar publicamente o seu culto. O ano 311 marca essa viragem.

Seria com o filho do tolerante imperador Constâncio Cloro, imperador do Ocidente – e de sua mulher, Helena, uma cristã – que uma paz geral e definitiva chegaria para a Igreja. Esse filho foi o futuro imperador Constantino.

Sucedendo no Ocidente a seu pai, Constantino desceu da Gália para a Itália, dominada, então, por Maxêncio. Embora muito inferiores em número, as disciplinadas forças de Constantino defrontaram o exército imperial de Maxêncio à entrada norte de

Roma, derrotando-o e levando-o a uma aniquilação total na Ponte Mílvio, sobre o rio Tibre, acabando a maior parte dos soldados, incluindo o próprio Maxêncio, por perecer nas águas do Tibre.

O autor cristão Eusébio de Cesareia explica a vitória de Constantino como sendo devida a uma intervenção miraculosa: Constantino, nas vésperas da batalha decisiva, teria tido uma visão, em que distinguiu no céu um sinal com as duas primeiras letras do nome Cristo, em grego – X e P – ao mesmo tempo que ouviu as palavras gregas En toutoi nika (ou seja, por este sinal vencerás). Na véspera da batalha, Constantino mandou fazer um novo labarum (estandarte imperial) com o sinal P fixado no centro de um X, mandando que os seus homens desenhassem este símbolo nos seus escudos.

Empunhando o novo estandarte imperial durante o combate, bem como os seus homens os escudos com o emblema XP,

Constantino destroçou o exército de Maxêncio, tornando-se o único senhor a Ocidente. O Cristianismo triunfara sobre o paganismo, e os bens confiscados às igrejas durante as perseguições foram inteiramente devolvidos.

No Oriente reinava como imperador único, em Nicomédia, Licínio. Os dois imperadores, Constantino, no Ocidente, e Licínio, no Oriente, uniram as suas políticas em relação ao Cristianismo, publicando, em 313, um decreto que confirmava não só a tolerância religiosa para com os cristãos, confirmação dos éditos de Galério, como assegurava também a liberdade de consciência e de culto a todas as religiões: foi o édito de Milão.

Porém, só mais tarde, em 324, é que terminaram definitivamente as perseguições aos cristãos, movidas por Licínio, um pagão, após desentendimentos com Constantino. Este derrotou-o na batalha de Crisópolis,

ficando sozinho em campo como imperador, tanto do Ocidente como do Oriente.

Imperador único, Constantino procedeu a reformas várias das estruturas do Império. Começou por escolher uma nova capital, fazendo de um pequeno porto grego, a cidade de Bizâncio, uma grande metrópole, na passagem entre a Europa e a Ásia, uma Nova Roma que se tornaria o centro do Império com o nome de Constantinopla (isto é, a cidade de Constantino).

Constantino concedeu aos bispos uma categoria semelhante à dos senadores, favorecendo, assim, o Cristianismo, embora sem o transformar na religião oficial. Fez, no entanto, numerosas doações às igrejas cristãs e mandou construir várias basílicas, incluindo a de São Pedro, em Roma.

Com Constantino, a Igreja e o Estado passaram rapidamente a ser uma só entidade, embora a controvérsia persistisse entre ambos. O imperador utilizou símbolos cristãos

na cunhagem de moedas e declarou o domingo como um dia de descanso. Por outro lado, os princípios morais do Evangelho foram pouco a pouco inspirando a própria legislação civil, dando origem ao Direito romano-cristão.

Preocupando-se, ao mesmo tempo, com os interesses do Estado e com os do Cristianismo, Constantino tornou-se uma autêntica "eminência parda" da Igreja. O primeiro concílio ecuménico da Igreja é por ele convocado, no ano 325, em Niceia. Ele próprio presidiu a esse concílio, que teve a presença de 300 bispos e representantes do Papa Silvestre, e decidiu as medidas a tomar contra os hereges arianos. O próprio imperador intervém em questões teológicas, ao propor um acrescento ao Credo: o do adjectivo homoousios, significando que o Filho é da mesma substância ou ousia do Pai, isto é, o Filho é consubstancial ao Pai.

Não obstante a condenação do arianismo pelo concílio, as controvérsias persistiram, rejeitando a maior parte dos Orientais a fórmula do Credo de Niceia, com o seu homoousios imperial. O próprio imperador, que estivera na raiz do Credo de Niceia, com a preocupação de apaziguar os Orientais, tergiversa e acaba por favorecer os arianos. Foi um ariano confesso, Eusébio de Nicomédia, quem baptizou, em 337, Constantino no leito de morte.

No primeiro concílio ecuménico – Niceia, em 325 – Constantino aproveitou o ensejo para adaptar a organização da Igreja à do Estado. Assim, a cada província romana corresponderia uma província eclesiástica, com o seu metropolita, isto é, o bispo da capital da província, com o poder de convocar um concílio ou sínodo provincial para confirmar e investir os bispos da província. Acima das províncias estavam as sedes episcopais das principais cidades do Império: são os

Patriarcados, precisamente os pontos de partida da evangelização. Tais patriarcados vinham já desde as origens da Igreja, mas passavam a ter uma hierarquia especial os de Roma, de Alexandria, de Antioquia e, ainda, Cartago e Jerusalém. Entretanto, com o tempo, o patriarcado de Constantinopla invoca para si um primado de honra, depois do bispo de Roma.

O Paganismo começou a ser acossado pelo imperador Constantino com vista à sua eliminação. A legislação então produzida é-lhe cada vez mais desfavorável. Os cultos pagãos vão sendo interditados pouco a pouco. Algumas práticas são já interditadas por Constantino: a magia, o aruspício (adivinhação por consulta das entranhas das vítimas sacrificadas). Mais tarde, sucessores de Constantino proibem, mesmo, os sacrifícios, mandando fechar os templos pagãos e decretando a pena de morte para os transgresssores.

Após a morte de Constantino, o Cristianismo não deixou de progredir, não obstante as querelas entre os três filhos do imperador que lhe sucederam: Constâncio II, Constantino II e Constante.

Constâncio II reina no Oriente e adopta o Arianismo. Constantino II reina no Ocidente e tutela o irmão mais novo, Constante, que governa a Panónia, região da Europa Central. Mas Constante acaba por se revoltar e derrotar o irmão mais velho, apoderando-se da Itália. O Império ficou, assim, dividido em dois: o do Oriente, com a capital em Constantinopla, tendo Constâncio II como imperador, e o do Ocidente, com a capital agora em Milão, e tendo Constante como imperador.

Constâncio II, ariano convicto, impõe, por um édito imperial, o seu culto ariano às outras formas de Cristianismo. Pelo contrário, Constante, cristão "nicea-no", subscrevendo os princípios enunciados em 325 pelo

Concílio de Niceia, que condenaram o arianismo, torna-se perseguidor de donatistas e de arianos.

Mas em 350, o imperador do Ocidente, Constante, sofre um golpe de Estado militar, sendo o poder usurpado por um oficial panónio. No entanto, o irmão, Constâncio II, derrota o usurpador, tornando-se o único imperador, do Ocidente e do Oriente.

Um sobrinho de Constantino I, o Grande, de nome Juliano, nomeado “césar” por Constâncio II, que o encarregou de defender a Gália contra os bárbaros, acaba por se tornar imperador romano, por morte do primo, que, entretanto, se preparava para sufocar uma revolta militar, precisamente das tropas de Juliano e que o haviam proclamado “augusto”, isto é, imperador.

Juliano, que reinou entre 361 e 363, ficou conhecido com o cognome de o Apóstata, porquanto, avesso ao Cristianismo, tentara voltar à religião tradicional, o Paganismo,

mas um Paganismo muito especial, impregnado de gnosticismo. Assim, começou por encerrar as escolas e as igrejas cristãs e tornar os cristãos uma espécie de "cidadãos de segunda". Anula os decretos contra o Paganismo e reabre os templos pagãos. Embora se recusasse a perseguir os cristãos, fechava, no entanto, os olhos quando a população reagia violentamente contra os cristãos. Esta tentativa de repaganizar o Império Romano acabou por fracassar pela morte de Juliano na Mesopotâmia, em luta contra os Persas. A sua morte foi mesmo considerada pelos cristãos como um castigo divino.

Os imperadores que sucederam a Juliano, o Apóstata, foram todos contrários ao Paganismo: Valentiniano e Valente, Graciano e Teodósio, respectivamente imperadores do Ocidente e do Oriente.

Graciano foi o primeiro imperador romano a recusar o tradicional título de "Pontífice Máximo", ao assumir o poder

imperial em 375. E a última luta entre o Cristianismo e o Paganismo acabou por se verificar na instituição mais venerável da Roma antiga e que resistia ao Cristianismo: o Senado. Durante mais de quatro séculos as sessões do Senado Romano iniciavam-se com um sacrifício a uma deusa alada do triunfo – Nike, em grego, ou Vitória. Graciano, em 382, mandou remover o seu altar e a sua estátua, que ali se encontravam desde o ano 29 a. C., comemorando a vitória de Octaviano em Ácio. Para tal, Graciano apoiou-se nos senadores cristãos, que já eram uma maioria, contra uma "velha guarda" encabeçada pelo senador Símaco, que tudo fez, depois, mas sem qualquer êxito, para conseguir a restauração do referido altar.

A chegada de um general hispânico, natural de Toledo, ao poder pela mão de Graciano, trouxe a consolidação do papel do Cristianismo – mas do Cristianismo niceno, ortodoxo – como religião oficial do Estado.

Tratava-se de Flávio Teodósio, que reinou no Oriente como imperador desde 379.

Teodósio promulgou um édito em Tessalónica em 380 – o Cunctos populos (ou seja, todos os povos) – que visava particularmente os arianos, decretando que todos os povos submetidos ao Império deviam «aderir à fé transmitida aos romanos pelo Apóstolo Pedro, à fé professada pelo Pontífice Dâmaso e pelo bispo de Alexandria, ou seja, o reconhecimento da Santa Trindade do Pai, do Filho e do Espírito Santo».

Esta fé será fixada definitivamente num concílio convocado por Teodósio para Constantinopla, em 381: o segundo concílio ecuménico. Neste concílio ecuménico são condenados os arianos, os macedonianos semi-arianos, os apolinaristas e outras heresias e completa-se a confissão de fé de Niceia:

«Creio no Espírito Santo, Senhor que dá a vida, e procede do Pai e com o Pai e o Filho é

adorado e glorificado.» Isto é: havia igualdade de natureza entre o Espírito Santo e Deus. É a confissão de fé que mais tarde seria chamada Credo de Niceia-Constantinopla.

No ano seguinte, o imperador determinou a entrega à Igreja Ortodoxa de todos os bens das igrejas não ortodoxas, como a Ariana, a Macedoniana e a Donatista. Ao mesmo tempo surgiu a proibição para que estas igrejas realizassem qualquer serviço de culto. Em seguida começaram as perseguições, em que os hereges eram torturados e alguns executados. A Igreja perseguida ainda nos princípios do século iv tornou-se Igreja perseguidora, em 392, ano em que foi promulgada uma proibição geral de cultos e sacrifícios pagãos, sob pena de castigo máximo.

Com todas estas medidas o imperador Teodósio – que ficaria conhecido como Teodósio, o Grande – torna o Cristianismo religião do Estado, sendo a Igreja Católica a

Igreja do Estado. A heresia tornara-se crime contra o Estado.

Tão longe se estava, então, dos tempos de Nero, de Décio e de Valeriano e das duras perseguições de Diocleciano e de Galério... Após aqueles tempos tempestuosos para o Cristianismo, sobreveio a bonança: a princípio tímida, com o édito de tolerância de Galério, depois, franca, numa paz geral e definitiva para os cristãos, com Constantino, o Grande. Por fim, após um breve interregno de sobressaltos com o imperador apóstata Juliano, chega, finalmente, com Graciano, e logo a seguir com Teodósio, o Grande, a consolidação da paz, tornando-se o Cristianismo a religião do Estado, com a proibição geral dos cultos e sacrifícios do Paganismo.

Vida dos cristãos nos primeiros séculos

Os cristãos formavam comunidades locais – as igrejas – cujo modelo nos é apresentado pelos Actos dos Apóstolos: «Eram assíduos ao ensino dos Apóstolos, à união fraterna, à fracção do pão e às orações.»

Precisamente a comunidade de Jerusalém tornara-se o modelo para todos os fiéis e para todas as igrejas.

Havia, inicialmente, um lugar comum a judeus e cristãos para a oração, bem como para a escuta das Escrituras: o Templo. Porém, as orações eram cristãs, embora continuassem a frequentar o Templo.

O culto consistia, além das orações, na fracção do pão – a Eucaristia. Essa fracção do pão celebrava-se particularmente no primeiro dia da semana, que é o dia da ressurreição do Senhor, mais tarde designado

como o dia do Senhor (Act 20,7). O pão que se partia constituía comunhão com o corpo de Cristo, no ensino dos Apóstolos (São Paulo na primeira carta aos Coríntios (1Cor 10,16). Do mesmo modo, o vinho tomado nessa refeição, depois de abençoado, tornava-se comunhão com o sangue de Cristo (idem).

Desde muito cedo circularam calúnias populares, acusando os cristãos de "antropófagos", ou seja, de comungarem o corpo e o sangue de uma criança nas suas reuniões de culto. Em sua defesa ou justificação (apologia) os cristãos procuram esclarecer os seus detractores, expondo por escrito a sua doutrina, bem como a verdade dos costumes cristãos, no sentido de não pairarem na opinião pública quaisquer mal-entendidos. Os autores de tais escritos conheciam-se como apologistas, verdadeiros criadores de uma primeira teologia. Entre os apologistas mais destacados citam-se Justino (140-150)

que dirigia, em Roma, uma escola de filosofia cristã, e Tertuliano (c.197), o autor que mais se distinguiu na defesa dos cristãos com a sua obra Apologética. Uma obra célebre, cujo autor se desconhece, conhecendo-se apenas o seu destinatário pagão, "Diognetes" faz uma vibrante apologia do Cristianismo, afirmando, entre outras coisas, que «o que a alma é para o corpo, são os cristãos no mundo. A alma reside em todos os membros do corpo como os cristãos em todas as cidades do mundo.»

O que desde muito cedo constituiu um elemento de garantia da unidade da comunidade cristã foi a celebração comum, com regularidade, da fracção do pão, também desde muito cedo conhecida como Ceia do Senhor ou Eucaristia, cujo significado é o de "reconhecimento" ou "acção de graças". Tratava-se de uma refeição de lembrança e de acção de graças.

Um membro novo da comunidade cristã dava um testemunho público da sua fé através de um rito de iniciação cristã: o Baptismo.

Numa prática que herdaram do Judaísmo, os cristãos fazem a iniciação cristã pelo banho de água – o Baptismo –, operando um novo nascimento pelo Espírito, fazendo o cristão participar da morte e ressurreição de Cristo.

A admissão ao Baptismo obrigava a uma preparação – “catecumenato” (palavra que significa período de preparação dos “catecúmenos”, isto é, “aqueles que se instruem na religião”, neste caso, aqueles que recebem instrução nas doutrinas do Cristianismo antes do Baptismo).

Esta preparação podia ser muito curta, como acontecia nos primórdios do Cristianismo, a partir do dia de Pentecostes. À multidão, abalada pela sua pregação, declarava São Pedro: «convertei-vos e peça cada um o

Baptismo em nome de Jesus Cristo, para vos serem perdoados os pecados. Recebereis então o dom do Espírito Santo.» Preparação esta muito rápida, sem dúvida, exigindo para a admissão ao Baptismo uma conversão, compreendendo um arrependimento dos seus pecados, com o propósito de observar os mandamentos, o acolhimento da mensagem e proclamação da fé em Cristo.

Preparação muito curta no tempo ou mais prolongada, sempre incluiu uma catequese, que consistia no ensino do dogma e da moral cristãos, dando-se paulatinamente a conhecer o conteúdo da fé àqueles que, fascinados e maravilhados pela proclamação do Evangelho (o que se designa por Kerigma, significando anúncio ou proclamação em alta voz) manifestam o desejo de serem cristãos. Podemos encontrar exemplos de proclamações kerigmáticas do Evangelho no discurso de Pedro após o Pentecostes (Act 2,14-36), levando três mil a receberem o

Baptismo; o discurso de Pedro após a cura do coxo de nascença colocado na Porta Formosa todos os dias para pedir esmola (Act 3,12--26) elevando-se a partir daí o número de crentes a cerca de 5000; os discursos de Paulo na sinagoga de Antioquia da Pisídia (Act 13,16-41), primeiro dirigindo-se aos judeus e depois, no sábado seguinte, os discursos desassombrados que Paulo e Barnabé dirigiram aos pagãos após terem sido repelidos pelos seus irmãos judeus (Act 13,44-49); todos os discursos de Paulo e que levaram à fundação de igrejas na Macedónia, em Corinto, em Éfeso etc.

No fim da preparação catequética seguia-se um ritual, uma vez que, examinando o comportamento dos catecúmenos, estes eram julgados dignos de receber o Baptismo. Esse ritual desenrolava-se (tal como actualmente) a partir da Sexta-Feira Santa até ao Domingo, altura em que começavam os ritos baptismais propriamente ditos, aos quais se

seguia a recepção do sacramento da Confirmação, participando, a partir daí, os novos baptizados na primeira Comunhão eucarística, encerrando-se aí a iniciação cristã. Todo este ritual se aplicava à iniciação cristã dos adultos.

Porém, é tradição imemorial da Igreja a prática de baptizar as crianças, não obstante a opinião contrária de um apologista tão eminente como Tertuliano, que afirmava a esse respeito: «Ninguém nasce cristão, faz-se.» No entanto, desde os tempos mais antigos, o Baptismo é administrado às crianças, visto ser uma graça e um dom de Deus que não supõem méritos humanos, sendo as crianças baptizadas na fé da Igreja.[9]

Além da Eucaristia e do Baptismo (e da Confirmação), um outro sacramento caracterizou desde sempre a vida litúrgica das primeiras comunidades: a Reconciliação ou Penitência.

O perdão dos pecados era “automático” após a conversão e o Baptismo. Àqueles que ouviram a pregação de Pedro e dos outros Apóstolos e, emocionados até ao fundo do coração, à sua pergunta «Que havemos de fazer, irmãos?», respondeu Pedro, como vimos acima: «Convertei-vos e peça cada um o Baptismo em nome de Jesus Cristo, para a remissão dos seus pecados; recebereis, então, o dom do Espírito Santo». (Act 3,37-38)

O poder de perdoar os pecados foi outorgado por Jesus Cristo aos discípulos que se encontravam, em expectativa, reunidos no local habitual (a casa da última ceia pascal?), com as portas fechadas, com medo das autoridades judaicas. Jesus, após a sua ressurreição, fez a sua primeira aparição postando-se milagrosamente no meio dos discípulos. Depois de lhes mostrar as chagas das mãos e do peito, soprou sobre eles o Espírito Santo e instituiu o sacramento da Reconciliação: «Os pecados daqueles a quem

perdoardes serão perdoados. Os pecados daqueles a quem não perdoardes não serão perdoados.» (Jo 20,19-23)

No final do século i, uma obra em que se encontravam compilados os "ensinamentos dos Apóstolos" – a Didaqué – já prescreve aos cristãos a necessidade da confissão dos pecados antes da oração e da Eucaristia.

Sacramento instituído pelo próprio Senhor, prevendo a queda após o Baptismo, levando à perda da graça baptismal, ele oferece uma nova oportunidade de conversão e recuperação da graça da justificação. Este sacramento é, segundo os Padres da Igreja, «a segunda tábua de salvação depois do naufrágio que é a perda da graça»[10].

Nos primeiros séculos, a "reconciliação" dos pecadores que, após a remissão dos pecados trazida pelo Baptismo, cometiam faltas particularmente graves, tais como a idolatria, o adultério ou o homicídio, exigia da parte da Igreja uma disciplina muito

rigorosa. Era exigida uma penitência pública pelos pecados cometidos, penitência que, por vezes, e nos casos mais graves, durava longos anos antes que fosse concedida a reconciliação.

Muito mais tarde, e só no século vii, é que entrou em vigor a prática "privada" da penitência antes da reconciliação, passando o sacramento a processar-se de uma forma mais secreta, só entre o penitente e o sacerdote. Nesta nova prática estava prevista a possibilidade da repetição, permitindo-se, desde então, a frequência regular do sacramento.

Não obstante as mudanças verificadas na disciplina e na celebração do sacramento, uma mesma estrutura fundamental caracterizou sempre a sua recepção. Por um lado, o homem penitente que se converte sob a acção do Espírito Santo "sofre" uma série de actos claramente definidos no Catecismo Romano Tridentino: a contrição, a confissão

dos pecados e a reparação do mal. Por outro lado, a intervenção da Igreja, actuando em nome de Jesus Cristo, concedendo o perdão dos pecados por meio do bispo e dos seus sacerdotes, estabelece o modo de reparação e reza pelo pecador. É esta a dupla estrutura fundamental do sacramento do Perdão que desde sempre se verificou na sua celebração.

Os locais de culto e de celebrações litúrgicas foram variando com o tempo e as circunstâncias.

Como já vimos, havia inicialmente um lugar comum a judeus e a cristãos para as orações e a escuta das Escrituras: o Templo. Na realidade, os primeiros cristãos – os primeiros membros da Igreja – eram judeus, levando uma vida de judeus piedosos: faziam as suas orações no Templo e continuavam a observar os preceitos alimentares (não comiam carne de animais impuros, tais como o coe-lho, a lebre, o porco, isto é, todos os animais sem a unha dividida, nem carne de

animais aquáticos sem barbatanas, nem escamas, que consideravam animais imundos, tudo prescrições que se encontram no Levítico – (Lv 11), bem como a praticar a circuncisão. Estes discípulos de Cristo só começaram a receber o nome de cristãos em Antioquia, talvez mais de dez anos após o Pentecostes. Até aí eram designados como irmãos, ou crentes, ou simplesmente discípulos ou, ainda, santos.

Fora de Jerusalém, as sinagogas continuavam a ser os locais frequentados pelos primitivos judaico-cristãos e aqueles que os Apóstolos procuravam para anunciar a Boa Nova. Porém, após a queda e a destruição de Jerusalém, com o incêndio e a pilhagem do Templo, no ano 70, por tropas romanas comandadas por Tito, filho do imperador Vespasiano, deu-se uma definitiva separação entre judeus e cristãos. Estes haviam deixado Jerusalém antes do cerco romano, tendo-se estabelecido além do Jordão numa cidade

chamada Pela. Poupados, assim, à extermin-ação, foram considerados traidores por se terem mantido “neutros” durante a guerra judaico-romana, a ponto de os rabis terem, mais tarde, acrescentado às preces da sin-agoga uma oração condenando os judeus cristãos, que passaram, desde então, a não poderem participar no culto das sinagogas.

Em Roma, bem como em todas as cidades do Império Romano em que havia igrejas lo-cais, os cristãos começaram a separar-se das sinagogas, ao mesmo tempo que os próprios judeus procuravam, também, a separação nos últimos anos do século i.

Para o seu culto próprio os cristãos começaram por se reunir em casas particu-lares, habitações muitas vezes de algum con-vertido mais abastado. Veja-se, por exemplo, como Paulo se refere a uma casa-igreja par-ticular especial, na sua Epístola aos Romanos:

Saudações a Prisca e Áquila, meus colaboradores em Jesus Cristo, que arriscaram a própria cabeça para salvar a minha vida. Sou grato não somente a eles, mas também a todas as Igrejas dos pagãos. Saudai também a Igreja que se reúne em casa deles. (Rm 16,3-5)

As perseguições iniciadas com Nero, e prosseguidas nos séculos seguintes por Domiciano, Trajano e Marco António, obrigaram os cristãos a esconderem--se para a celebração do culto, "enterrando-se" nos cemitérios subterrâneos – as catacumbas – formados por várias galerias que, no seu conjunto, atingiam os 100 a 150 quilómetros. Só à volta de Roma havia 42 catacumbas constituídas por túneis ao longo da Via Ápia e de outras estradas em torno da cidade.

Aí eram sepultados os cristãos, assim como muitos judeus, que preferiam a sepultura à cremação, muito praticada pelos romanos. As catacumbas multiplicaram-se a partir de meados do século ii, havendo

“escavadores” profissionais que, além da perfuração das galerias, também as iam decorando. O terreno dos arredores de Roma era constituído por uma rocha em que facilmente se escavavam os túneis, mas era, no entanto, suficientemente resistente para permitir a sobreposição de andares múltiplos de modo a aproveitar-se ao máximo a área do cemitério.

Nas épocas mais críticas de perseguição era nesses cemitérios que se refugiavam os cristãos, assistindo aí à celebração eucarística, alumiados por velas e lâmpadas de azeite. Ainda hoje em dia se alumia o altar do sacrifício da Missa com, pelo menos, duas velas, em memória dos fiéis cristãos das catacumbas e dos mártires vitimados pelas perseguições ao longo dos séculos.

No século iii começaram a ser construídas verdadeiras igrejas, sobretudo a partir da segunda metade do século. A mais antiga igreja cristã conhecida encontra-se entre as ruínas

de Dura-Europos, antigo posto romano avançado junto do rio Eufrates e datando de 242 d. C. E no tempo do imperador Diocleciano são já numerosos os edifícios religiosos cristãos. No princípio do seu reinado Diocleciano foi mesmo tolerante para com os cristãos, havendo rumores de que a sua mulher e a sua filha, assim como muitos do seu séquito pessoal, simpatizavam com eles, havendo possivelmente numerosos cristãos no Governo e no exército.

Do seu palácio na nova capital de Nicomédia (actual Izmit, na Turquia), Diocleciano via uma basílica cristã na colina em frente. Com o evoluir dos acontecimentos no Império, venceram os inimigos do Cristianismo, que acabaram por instigar Diocleciano a uma implacável perseguição visando a supressão dos cristãos. Numa série de éditos, Diocleciano ordenou a demolição de todas as igrejas em todo o Império, bem como que fossem queimados todos os escritos cristãos.

Deste modo foi também destruída a basílica cristã que ele se habituara a contemplar do seu palácio, em Nicomédia. Em dez anos, a comunidade cristã foi quase completamente despedaçada, tendo sido condenado à prisão todo o clero cristão.

Milhares de cristãos foram mortos no Leste do Império, sendo mesmo destruída, na Frígia, uma cidade cristã inteira, morrendo os seus habitantes na fogueira por se recusarem a abjurar a sua fé e a sacrificar aos ídolos pagãos.

As grandes perseguições só viram o seu fim com a publicação do édito de Milão, de 313, que ordenava uma tolerância total para o Cristianismo (bem como para qualquer outro culto), sendo revogados todos os decretos anticristãos, devendo ser devolvidos todos os lugares de culto, bem como todos os bens da Igreja.

Começava uma era de paz para o Cristianismo, mas um novo inimigo perfilava-se no

seu horizonte: a heresia, cuja difusão era facilitada pela paz religiosa geral.

Do Templo e sinagogas às casas-igrejas particulares e às catacumbas até, na segunda metade do século iii, à construção de edifícios destinados exclusivamente às celebrações litúrgicas, não apenas simples igrejas, mas também basílicas vastíssimas podendo albergar milhares de pessoas, as comunidades cristãs foram-se organizando, dotando-se das estruturas necessárias ao seu governo.

À comunidade inicial de Jerusalém, ao grupo dos Doze – o grupo apostólico eleito pelo próprio Jesus Cristo, completado com Matias, que ocupou o lugar deixado vago por Judas e que acompanhou sempre os Apóstolos tenso sido escolhido pelos Onze depois de estes terem pedido ao Senhor que lhes indicasse quem devia ocupar, no ministério apostólico, o lugar abandonado por Judas – grupo que dirigia a comunidade palestiniana de língua aramaica –, juntou-se o grupo dos

Sete, liderado por Estêvão, e que dirigia a comunidade judaica de língua grega.

Com o martírio de Estêvão instala-se, de seguida, feroz perseguição aos discípulos de Cristo, o que levou à dispersão dos helenistas, que se tornaram missionários.

Nessa época formaram-se várias comunidades cristãs, com organizações muito próprias, fruto das circunstâncias locais.

Deste modo, nas comunidades nascidas do Judaísmo, a organização decalcava-se no modelo das comunidades judaicas existentes. Nestas comunidades, tal como na comunidade de Jerusalém, a chefia ficava entregue a um colégio de anciãos ou presbíteros (ancião e presbítero são sinónimos, porquanto presbítero vem do grego presbíteros, que significa velho, idoso, digno de respeito, venerável, experiente). Assim, por exemplo, o chefe do colégio dos anciãos em Jerusalém é Tiago, «o irmão do Senhor», que ficou a governar a Igreja de Jerusalém

após a partida de Pedro. As comunidades fundadas pelos Doze eram deste género.

Depois da Igreja de Jerusalém, adquiriu grande importância a Igreja de Antioquia, nascida da pregação dos helenistas fugitivos e perseguidos após o martírio de Estêvão. Começa aí uma Igreja missionária, tendo como expoentes máximos Paulo e Barnabé, Apóstolos como os Doze, sem, na realidade, pertencerem ao seu grupo. São missionários itinerantes que só param para fundar comunidades locais, cuja chefia entregam aos epíscopos (etimologicamente do grego episkopos, significando guardião ou vigia) e aos diáconos (do grego diakonos, significando servidor).

Na Igreja estabelecida em Antioquia havia profetas que, nas assembleias, comentavam a Palavra de Deus, e doutores, que eram especialistas nas Sagradas Escrituras.

No século i, muitas igrejas foram fundadas pelos próprios Apóstolos, que estabeleceram

uma organização muito própria: sob a autoridade superior do Apóstolo, enquanto ele viveu, um colégio de presbíteros dirigia a comunidade, ordenando a sua vida litúrgica e disciplinar.

À medida que os Apóstolos foram morrendo, os seus sucessores, os bispos, ficaram com o poder necessário para o governo das respectivas comunidades, possuindo a plenitude do sacerdócio. Todos os ministros – bispos, presbíteros, diáconos – eram instituídos como tais pela imposição das mãos, após muita oração e jejum.

A instituição do primado romano constitui a chave da unidade das Igrejas dispersas pelo Império Romano.

Pedro havia sido escolhido por Cristo como rocha firme sobre a qual havia de assentar a sua Igreja. E tal como Roma constituía o centro de um vasto Império, de que era a capital, assim também desde sempre – desde as suas origens – a Igreja de Roma

ocupou um lugar de excepção na Igreja Universal. Pedro foi o primeiro bispo de Roma e os seus sucessores na cátedra romana mantiveram as prerrogativas de um primado reconhecido por todas as igrejas locais. A Igreja romana foi desde sempre e para sempre o centro da unidade da Igreja universal.

Após a queda e destruição de Jerusalém, no ano 70, o movimento cristão cresceu rapidamente, muito especialmente em Roma, de tal modo que a importância da Igreja de Roma leva-a, naturalmente, a liderar os assuntos da Igreja por todo o império. E o seu prestígio, como cabeça da Igreja Universal, advinha-lhe também do facto de Pedro e Paulo, os dois pilares da Igreja, estarem sepultados em Roma.

A Igreja Romana era também conhecida pela sua generosidade, enviando contribuições para muitas Igrejas de todo o Império.

Os sucessores de Pedro – os Papas – intervinham de modo autoritário, prescrevendo o que se devia fazer e exigindo obediência às suas ordens.

Já nos princípios do século ii, Santo Inácio, bispo de Antioquia, atribuía à Igreja romana um direito de supremacia eclesiástica universal como Igreja «posta à cabeça da caridade».

No final do século ii há já uma hierarquia fixada para todas as comunidades cristãs: o bispo, presidindo ao colégio dos presbíteros, os sacerdotes e os diáconos sendo os sacerdotes e os diáconos ordenados pelo bispo pela imposição das mãos.

Para a ordenação de um bispo vários bispos impunham as mãos para o ordenarem. Tanto um bispo como os sacerdotes impunham as mãos para ordenarem outros sacerdotes. Os diáconos eram ordenados pela imposição das mãos de um bispo.

Nos primeiros tempos era só o bispo que presidia à Eucaristia, pregava, baptizava e ministrava o sacramento da Reconciliação. Porém, à medida que aumenta o número dos cristãos nas grandes cidades – tal como Roma ou Alexandria – são criados vários lugares de culto que ficavam entregues a sacerdotes.

Em finais do século ii, confrontando-se com algumas doutrinas heréticas, a Igreja, pela pena de Ireneu, bispo de Lião, na sua obra Contra as Heresias, vê-se na necessidade de definir a verdadeira doutrina: esta é a tradição dos Apóstolos, que se conservava nas igrejas onde era possível remontar até aos Apóstolos pela sucessão dos bispos. O próprio Ireneu enumera cuidadosamente os bispos que se sucederam em Roma desde Pedro e Paulo.

As Escrituras cristãs.O nascimento da Teologia

No princípio, os cristãos compartilhavam com os judeus as Antigas Escrituras – o Antigo Testamento, com a sua Lei, os Profetas, os livros históricos e os livros sapienciais.

Porém, há um facto que, contra toda a expectativa, se impõe a todos quantos haviam seguido Jesus pelos caminhos da Palestina, na sua pregação da Boa Nova, com a proclamação do Reino de Deus: a Ressurreição do crucificado. A realidade que se mantinha como que encoberta por um véu "explodiu" nas suas mentes e nos seus corações: Jesus é o Cristo, o Messias anunciado pelos profetas, o Filho de Deus. Esta iluminação esclarece para eles as Antigas Escrituras que, à nova luz recebida, anunciam tudo quanto os discípulos haviam testemunhado durante a vida do seu rabi da Galileia, o Jesus de Nazaré.

Assim, em Isaías passaram a ver como no Senhor se haviam realizado as profecias do Servo.

> Vimo-lo [...] desprezado e abandonado, como alguém cheio de dores, [...] menosprezado e desconsiderado. Na verdade, ele tomou sobre si as nossas doenças, carregou as nossas dores. [...] Foi ferido por causa dos nossos crimes, esmagado por causa das nossas iniquidades [...] fomos curados pelas suas chagas [...] o Senhor carregou sobre ele todos os nossos crimes. Foi maltratado, mas humilhou-se e não abriu a boca, como um cordeiro que é levado ao matadouro [...] Terá uma posteridade duradoura e viverá longos dias e o desígnio do Senhor realizar-se-á por meio dele. (Is 52,13-53,12)

Desde então, no centro do anúncio da nova doutrina há um facto inaudito e prodigioso: a ressurreição de Jesus, numa nova perspectiva – a das Escrituras. Não havia o próprio Jesus esclarecido os dois discípulos que regressavam cabisbaixos à sua aldeia de Emaús após os acontecimentos da crucifixão? «Ó homens sem inteligência e lentos

de espírito para crer em tudo quanto os profetas anunciaram! Não tinha o Messias de sofrer essas coisas para entrar na sua glória?»

Os Apóstolos pregavam Cristo, descrevendo os factos de que haviam sido testemunhas, mas agora vistos com os olhos da fé. Eles pregavam, falavam, mas não escreveram. E, assim, o Cristianismo não se formou em torno de um livro sagrado, mas sim à volta de uma comunidade de testemunhas.[11] E após a ressurreição de Jesus, a Igreja nascente viveu da mensagem de Jesus, isto é, do Evangelho (ou seja, da Boa Nova) "traditada" boca a orelha, sem recurso a nenhum dos quatro evangelhos, que ainda não haviam sido escritos...

A essa pregação, em que era jubilosamente anunciada a morte e ressurreição de Jesus, bem como a salvação de todo aquele que acreditasse que Jesus era o Salvador enviado por Deus – núcleo do kerigma cristão –,

seguia-se uma catequese para responder a umas tantas perguntas postas pelos neo-convertidos: Quem era Jesus? Qual era a sua vida? Quais eram os seus ensinamentos? Porque tinha sido condenado pelos chefes do povo judaico aliados ao poder romano ?

E a catequese sistemática consistia na resposta a tantas dessas perguntas, indo desde o nascimento de Jesus em Belém, até à sua morte e ressurreição em Jerusalém, com pormenores da sua vida entre esses dois sucessos, acabando, com o tempo, por esboçar-se a trama dos três primeiros evangelhos, chamados sinópticos – Marcos, Mateus e Lucas – postos agora por escrito, necessidade instante surgida à medida que iam desaparecendo os primeiros pregadores, testemunhas directas dos acontecimentos.

O primeiro "Evangelho" a ser escrito foi o de Marcos (João Marcos, primo de Barnabé, companheiro de Paulo nas suas viagens de evangelização). A Tradição considera-o como

reflectindo a catequese de Pedro, testemunha presencial privilegiada dos acontecimentos da vida de Jesus de Nazaré. Pedro ministrava tal catequese à comunidade de Roma.

O Evangelho de Marcos foi escrito depois do ano 64, ano da perseguição de Nero, depois, portanto, da crucifixão de Pedro e pouco tempo antes da tomada e destruição de Jerusalém por Tito, no ano 70.

Dois dos evangelhos são atribuídos, pela Tradição, a duas testemunhas directas, a dois dos Apóstolos: um a Mateus, o publicano, outro a João, que o escreveu provavelmente em Éfeso. Um outro Evangelho, ainda, foi atribuído a Lucas, um discípulo de Paulo, de origem grega, médico de profissão e natural, com toda a probabilidade, de Antioquia da Síria. A Lucas é atribuído, também, um segundo livro, os Actos dos Apóstolos, em que o autor põe especialmente em relevo a acção do Espírito Santo.

Além dos três evangelhos sinópticos – de Marcos, Mateus e Lucas – surgiram muitos outros "evangelhos", de tal maneira que muitas comunidades cristãs tinham o seu próprio evangelho: de Tomé, de Tiago, de Paulo, etc.

Os evangelhos sinópticos são assim chamados desde o século xviii por terem em comum o seu esquema básico e apresentarem muitas concordâncias (synopsis, em grego, significa "visão simultânea" ou "visão do conjunto"). A explicação mais plausível – e mais largamente aceite – para este facto é que o Evangelho de Marcos tenha sido o primeiro a ser escrito, seguindo-se os escritos de Mateus e Lucas, que reviram e ampliaram a versão de Marcos, introduzindo nos seus respectivos evangelhos cerca de mais de duzentos e cinquenta versículos, muito concordantes nestas duas versões. Nesses versículos estão muitos ensinamentos de Jesus, a maior parte do Sermão da Montanha,

incluindo as Bem-Aventuranças e o Pai Nosso, bem como a descrição de alguns milagres.

É provável que a fonte destes versículos, que se não encontram em Marcos, tenha sido um compêndio de palavras de Jesus que se perdeu no tempo e que, actualmente, se designa como Q, letra inicial da palavra alemã Quelle, que significa fonte.

Uma síntese dos quatro evangelhos foi, durante vários séculos, usada em muitas comunidades do Oriente. Trata-se do chamado diatessarão, consistindo numa edição compacta dos quatro evangelhos, elaborada como uma narrativa única e concatenada (do grego dia + téssares, ou seja, quatro, significando "através de quatro").

Tal obra foi concebida por Taciano, homem de cultura grega, embora natural da Assíria, e que viveu em Roma em meados do século ii.

Quase contemporâneos dos quatro evangelhos que conhecemos surgiram inúmeros textos ilegítimos ou apócrifos, que vieram lançar a confusão e acender as discussões sobre a legitimidade deste ou daquele texto.

Nos séculos ii e iii escreveram-se algumas obras, tendo como tema central as vidas dos Apóstolos, com os seus poderes miraculosos e as "aventuras" sobrenaturais que tiveram. Tratava-se de histórias destinadas a alimentar a sede de maravilhoso de muitos cristãos. Desde cedo ficaram conhecidos tais relatos como Actos Apócrifos, isto é, ilegítimos. São inúmeros tais Actos: Actos de Paulo e Tecla, Actos de Pedro, Actos de André, Actos de João, etc.

Além de tais apócrifos – Evangelhos e Actos de Apóstolos – surgiam outros escritos elaborados para creditar certas heresias. Foi o caso da tentativa de Marcião, que pretendeu, cerca do ano 140, reformar a Igreja. Para tal, rejeitava em bloco o Antigo

Testamento e aceitava apenas um dos Evangelhos – o de Lucas – de que, entretanto, retirara tudo quanto considerava serem aditamentos falsos. Assim, esta Bíblia de Marcião, com o seu Evangelho mutilado de Lucas, acabou por acender uma viva controvérsia, que terminou com a excomunhão de Marcião em 144.

Até aí não havia ainda um cânone cristão (do grego Kanon, ou seja, régua, modelo ou padrão), de tal modo que pode considerar-se o herético Marcião como o primeiro a compilar um cânone cristão, pois ainda não havia qualquer lista de Escrituras do Novo Testamento. As várias igrejas cristãs utilizavam cada uma os escritos cristãos que lhes parecessem mais apropriados.

No princípio do século ii, as comunidades cristãs começaram a preocupar-se com a legitimidade ou canonicidade dos inúmeros textos que circulavam. As discussões sobre o assunto não cessaram até aos nossos dias.

Para determinar quais as Escrituras que seriam canónicas assentou-se em alguns critérios de escolha. Um desses critérios é a apostolicidade, por significar uma maior proximidade das fontes.

A escolha foi-se fazendo ao longo do século ii, de tal modo que pelo ano 300 os evangelhos de Mateus, Marcos, Lucas e João foram proclamados canónicos pelo bispo de Lião, Ireneu. Este bispo sentia-se ligado a Cristo através de Policarpo, bispo de Esmirna (na actual Turquia), que havia sido discípulo do Apóstolo João. Ireneu recordava as palavras que ouvira, quando jovem, a Policarpo, ao contar este tudo quanto tinha ouvido dizer a respeito do Senhor da boca de João.

Ireneu, na sua proclamação da canonicidade dos quatro evangelhos, explicava:

> Uma vez que há quatro zonas do mundo [...] e quatro ventos principais, como a Igreja está espelhada por todo o mundo [...] é justo que ela tenha

> quatro pilares […] [Deus] deu-nos o Evangelho sob quatro formas, mas ligado por um só Espírito.[12]

Estava lançada a base do Novo Testamento, edificado em torno dos quatro evangelhos (a “Quadriga do Senhor”, como lhe chamava São Jerónimo). Assim, ao lado dos quatro evangelhos eram geralmente aceites os Actos dos Apóstolos e a maioria das cartas de Paulo.

Num fragmento de um documento dos finais do século ii, descoberto em 1740 na Biblioteca Ambrosiana de Milão, por um bibliotecário italiano de nome Muratori, encontra-se uma lista das obras aceites no Novo Testamento pela primitiva Igreja de Roma. Esse documento, que ficou, desde então, conhecido como o Cânone de Muratori, inclui os quatro evangelhos, os Actos dos Apóstolos, 13 cartas de Paulo, carta de Judas, 1.ª, 2.ª e 3.ª de João e Apocalipse de João. Porém, além de não incluir a carta aos Hebreus, cita como fazendo parte do Novo

Testamento o Apocalipse de Pedro e a Sabedoria de Salomão.

Só no século iv, em 367, apareceu uma lista de 27 livros, idêntica à do actual Novo Testamento, numa carta do bispo de Alexandria, Atanásio. Trinta anos mais tarde, em 397, um Concílio de Cartago publica uma lista idêntica.

Além dos Escritos que fazem parte do Novo Testamento, a primitiva literatura cristã apresentou-se sob a forma de outros géneros literários: a literatura martirológica, a literatura de defesa da fé contra as heresias, os escritos dos Padres Apostólicos, a literatura apologética em defesa da verdade cristã e tendo como alvo leitores alheios ou hostis à Igreja.

Os três primeiros séculos do Cristianismo foram anos de perseguições de que resultaram numerosos mártires, cristãos que deram testemunho da sua fé em Jesus até ao fim, até à morte, muitas vezes no meio de

suplícios atrozes. A Igreja primitiva foi a Igreja dos mártires.

Os relatos das perseguições podiam ser, quer sob a forma dos autos dos julgamentos – as "actas dos mártires" – quer sob a forma de relatos escritos por cristãos contemporâneos que foram testemunhas dos factos relatados – as chamadas "paixões", que eram lidas nas igrejas no dia de aniversário do martírio.

As actas dos mártires consistiam em relatos do processo judicial: as perguntas dos magistrados, as respostas dos mártires, a sentença que os condenava à morte. As cópias dessas actas obtidas pelos cristãos satisfaziam o desejo de conhecer os pormenores dos acontecimentos que rodeavam a condenação de quantos davam a sua vida pela fé em Cristo.

Temos exemplos de actas de mártires na Carta das Igrejas de Lião e Viena (na Gália) sobre a perseguição ocorrida em Lião, em

177, vitimando o bispo de Lião, Potino, homem de 90 anos, e Blandina, cujo martírio se arrastou por vários dias.

Do martírio de São Justino, em 165, há também um relato do seu processo judicial. Há, ainda, relato do processo judicial e martírio de São Cipriano, em Cartago, em 258.

Entre as "paixões" ressalta A Paixão de Perpétua e Felicidade. Perpétua, jovem cartaginesa, presa quando ainda era catecúmena com sua criada Felicidade, recebe o Baptismo na prisão e sofrem ambas o martírio na arena. Esta Paixão era lida durante as cerimónias litúrgicas no século iv, em África.

A literatura anti-herética surgiu no século ii pela necessidade que os cristãos tiveram de defender a sua fé contra uma infinidade de doutrinas nascidas no interior da própria Igreja.

Entre os escritos anti-heréticos ocupa lugar especial um tratado do bispo de Lião, Santo Ireneu, conhecido como Adversus Haereses ou Contra as Heresias.

Nessa obra, Santo Ireneu indica com precisão qual é a verdadeira doutrina, a qual se encontra na verdadeira Igreja. É a tradição apostólica guardada na Igreja e que é pregada, ensinada e transmitida «com voz unânime como se não pos-suísse senão uma única boca», desde as igrejas estabelecidas na Germânia às que se encontram entre os Iberos ou entre os Celtas, desde o Egipto e a Líbia às que se encontram no centro do mundo, isto é, em Roma.

Essa tradição dos Apóstolos conservava-se, segundo Santo Ireneu, nas igrejas onde era possível remontar aos Apóstolos pela sucessão dos bispos ou presbíteros. Assim, por exemplo, nas igrejas de Esmirna e de Éfeso é possível chegar até aos Apóstolos pela sequência dos bispos. Santo Ireneu enumera

cuidadosamente os bispos que se sucederam em Roma à cabeça da Igreja desde a sua fundação por Pedro e Paulo: primeiro Lino (de que Paulo faz menção nas suas cartas a Timóteo), depois Anacleto, em seguida Clemente (o qual tinha visto os próprios Apóstolos, tendo estado em relação com eles, ressoando-lhe, ainda, aos ouvidos a sua pregação); a Clemente sucedeu Evaristo, a este, Alexandre; em seguida Sixto, o sexto bispo a partir dos Apóstolos; depois, Telésforo, em seguida, Higino, Pio, Aniceto, Sotero e, por fim, o décimo segundo bispo de Roma de nome Eleutério, contemporâneo de Santo Ireneu.

Além da importância dada por Santo Ireneu à tradição apostólica oral e a defesa do primado da Igreja de Roma, fundada por Pedro e Paulo, o tratado Contra as Heresias desmascara as pseudo-revelações de algumas doutrinas e de algumas seitas que se valiam de chefes carismáticos para vingarem. Entre

as doutrinas heréticas mais atacadas por Santo Ireneu contam-se os gnósticos, especialmente um deles, Marcião, era um dos mais conhecidos e cuja falsa doutrina é cuidadosamente “desmontada”.

A obra de Santo Ireneu é mais vasta, propondo o bispo de Lião uma teologia, ordenando todo o seu pensamento em torno do tema da “recapitulação” da humanidade pecadora em Cristo, o segundo Adão, doutrina esta desenvolvida por São Paulo na sua Carta aos Efésios (Ef 1): Deus escolheu-nos em Cristo antes da fundação do mundo, predestinando-nos para sermos adoptados como seus filhos e manifestando-nos o mistério da sua vontade e o plano que estabeleceu para conduzir os tempos à sua plenitude, submetendo tudo a Cristo, “recapitulando” n’Ele o que há no Céu e na Terra. «Porque a glória de Deus é o homem vivo, e a vida do homem é a visão de Deus.»

Santo Ireneu é justamente considerado o "príncipe dos teólogos cristãos", no sentido cronológico de primeiro.

No meio de falsas doutrinas que nasciam um pouco por todo o lado, ameaçando minar a unidade da Igreja, os bispos e os presbíteros procuravam esclarecer os seus fiéis sobre o que era a verdadeira fé da Igreja. Era nas homilias por ocasião das celebrações eucarísticas e nas catequeses aos futuros baptizados que esses responsáveis das várias comunidades se esforçavam por manter o seu rebanho unido em torno de Cristo.

Além de Santo Ireneu, outros bispos foram também escrevendo os seus escritos teológicos, fazendo nascer uma verdadeira ciência da Teologia.

O terceiro bispo de Antioquia, Inácio, havia conhecido pessoalmente os apóstolos São Paulo e São João. No tempo do imperador Trajano é preso e conduzido a Roma para ser julgado como cristão.

No trajecto de Antioquia a Roma, no princípio do século ii, escreve a várias comunidades cristãs, conservando-se até hoje sete dessas cartas, consideradas jóias da literatura cristã mais antiga: carta aos Efésios, carta aos Romanos, carta aos Esmirnenses, carta à comunidade de Trabes, carta à comunidade de Filadélfia e, ainda, uma carta ao bispo de Esmirna, São Policarpo.

Na Carta aos Esmirnenses aparece pela primeira vez a expressão “Igreja Católica”: «A comunidade reúne-se onde estiver o bispo e onde está Jesus Cristo está a Igreja Católica.»13

Na Carta aos Romanos, Inácio de Antioquia refere-se à Igreja de Roma como a que tem no mundo «a presidência da caridade»14.

Para Santo Inácio, o bispo é, na igreja local, o centro da ortodoxia e o ministro dos sacramentos:

> Ninguém ouse fazer sem o bispo coisa alguma concernente à Igreja. Como válida só se tenha a Eucaristia celebrada sob a presidência do bispo ou de um delegado seu. [...] Sem a união do bispo não é lícito baptizar nem celebrar a Eucaristia... (Carta aos Esmirnenses)15.

Santo Inácio de Antioquia pretendia, nas suas cartas a outras tantas comunidades da Ásia Menor e de Roma, salvaguardar a unidade doutrinal, defendendo com veemência a pessoa de Jesus Cristo como verdadeiro Deus e verdadeiro homem, numa época em que circulavam algumas falsas doutrinas que falavam de Jesus como de alguém que teria tomado uma aparência de homem: «Evitai--os como às feras, são cães raivosos, mordem insidiosamente.»16

Já no princípio do século iii a Teologia recebe um novo impulso na cidade de Alexandria, no norte do Egipto, na sua costa mediterrânica, cidade que constituía desde há séculos um célebre centro intelectual, com a

sua famosa biblioteca contendo mais de meio milhão de volumes. Nesta cidade havia, desde o final do século ii, uma célebre escola de catecúmenos que, no entanto, vivia na defensiva em face da filosofia e religião pagãs.

Entretanto, começou a dirigir a escola de catecúmenos, a partir de 190, um grego de Atenas, Clemente, convertido ao Cristianismo, possuidor de uma sólida formação na filosofia e literatura grega clássicas. A sua grande obra consistiu na elaboração de uma filosofia cristã, tentando a aliança do pensamento grego com a fé cristã.

Das suas obras destacam-se a Exortação aos gregos (ou Protríptico), o Pedagogo (instruções catequéticas), entre outras.

A seguir a Clemente aparece-nos um outro teólogo de Alexandria – Orígenes – que começou por conquistar um vasto renome quando colocado pelo bispo Demétrio à frente da escola catequética de Alexandria, a

ponto de atrair até os próprios pagãos como ouvintes.

Escritor fecundo, a sua obra vai desde os comentários bíblicos (a Mateus, João, Cântico dos Cânticos, Epístola aos Romanos), a obras teológicas, como o tratado Dos Princípios, que pode ser considerado o primeiro manual de Teologia; desde obras apologéticas, como a apologia Contra Celso, tratado extenso contra um crítico pagão do Cristianismo, Celso de Alexandria, a tratados sobre a oração, a exortação ao martírio, etc.

Infatigável viajante, Orígenes visitou Roma, a Grécia e a Palestina, onde, em Cesareia, é ordenado sacerdote, fundando aí uma grande biblioteca cristã.

Pela sua vastíssima obra verifica-se que praticamente consagrou a sua vida a comentar e a pregar as Escrituras, desenvolvendo a teoria de que cada texto bíblico tem três níveis de significado ou sentido: o literal ou histórico, o moral e o espiritual ou místico.

Para Orígenes, em toda a Escritura está presente Cristo:

> O Antigo Testamento não é um Evangelho, pois não mostra «Aquele que deve vir»; apenas O anuncia. Ao contrário, todo o Novo Testamento é Evangelho, pois não somente diz, no início: «eis o Cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo», mas contém louvores e ensinamentos diversos d'Aquele por quem o Evangelho é um Evangelho. (Comentário ao Evangelho segundo São João).17

Grande parte da obra de Orígenes desapareceu por ter sido destruída em virtude das condenações que sofreu – acusações de heresia pela frequente utilização de alegorias na interpretação da Bíblia e pela influência da filosofia platónica.

Se foram numerosos os seus adversários, sobretudo dois séculos mais tarde, não foi menor o número dos seus admiradores, entre os quais se contavam alguns dos maiores Padres da Igreja: Jerónimo, Ambrósio de Milão, Basílio e Gregório de

Nazianzo, que muito contribuíram para transmitir as suas obras. É através de São Jerónimo que se conhecem os títulos de oitocentas das duas mil obras que compôs. Na realidade, Orígenes foi um dos mais prolíficos escritores cristãos.

Orígenes como que previra o movimento anti-origenista que se iria desencadear pelas controvérsias que a sua doutrina iria suscitar séculos mais tarde. O certo é que Orígenes manifestou sempre expressamente a sua intenção de ser "um homem da Igreja", não se afastando nunca do Magistério eclesiástico. Chegou a escrever: «Desejo ser um homem da Igreja, não o fundador de uma heresia.»[18]

Foi martirizado durante a perseguição movida por Décio em 250, acabando por morrer em 254, confessor da fé, em consequência das torturas sofridas.

No Norte de África outra cidade competia com Alexandria, disputando-lhe o estatuto

de segunda cidade do Império Romano: Cartago.

Entre numerosos e notáveis defensores da fé que nasceram nessa cidade distingue-se particularmente um filho seu: Tertuliano. Homem culto, era advogado em Roma quando, no ano 195, se converteu ao Cristianismo, voltando para Cartago para servir aí a Igreja, como um zeloso catequista.

Homem de carácter arrebatado, combateu intransigentemente, a princípio o paganismo e o judaísmo, depois o gnosticismo, o modalismo e, por fim, até a própria Igreja Católica. Escrevia essencialmente em latim, podendo conside-rar-se o primeiro escritor cristão de importância a escrever nesta língua, sendo, por vezes, chamado de pai da Teologia latina.

Autor de obras polémicas, expostas em estilo original e latim brilhante, numa lógica extrema, mas que muitas vezes deslumbrava mais do que convencia. Discordava da escola de Alexandria na apresentação que esta fazia

do Cristianismo como uma nova filosofia. Chegou mesmo a afirmar que a filosofia grega, que os alexandrinos cultivavam, era a fonte de todas as heresias.

Tertuliano fazia uma leitura literal das Escrituras como história, em contraposição com as interpretações alegóricas e filosóficas dos seus contemporâneos alexandrinos. Insistia na primazia da fé sobre a razão: «Com a nossa fé não precisamos de mais nada em que acreditar.»[19]

No seu combate aos hereges, como os gnósticos Marcião e Valentim, dizia que não só estavam errados, como nem sequer tinham o direito de discutir com a Igreja.

Os seus escritos mais importantes são a Apologética, Prescrição contra os hereges, Contra Marcião, Contra Praxeias.

Em 207, uma dúzia de anos depois de se ter convertido ao Cristianismo, Tertuliano rompe com a Igreja Católica, aderindo a um movimento radical, a Nova Profecia ou

Montanismo. Este movimento caracterizava-se por um extremo rigorismo moral, uma ética fanaticamente ascética, chegando ao ponto de afirmar que os cristãos teriam de ter uma vida totalmente livre de pecado depois de receberem o Baptismo, não devendo haver lugar para um "segundo arrependimento".

Mais tarde Tertuliano chegou a formar a sua própria Igreja – Tertulianista – ainda mais rigorosa do que a Igreja Montanista.

Um outro teólogo da Escola de Cartago é Cipriano, pagão de nascimento, no princípio do século iii e convertido à fé em 246, sendo poucos anos mais tarde ordenado presbítero e acabando por se tornar bispo de Cartago e primaz da Igreja Latina.

Da sua obra teológica destacam-se um tratado Sobre a Unidade da Igreja Católica, um escrito de cunho pastoral, De Lapsis, sobre os que apostataram na perseguição de

Décio, e um escrito Sobre a Oração do Senhor.

Acabou a sua vida martirizado, em 258, por se ter recusado a comportar-se conforme os ritos romanos, tornando-se o primeiro bispo mártir de África.

Cipriano lia muito as obras de Tertuliano, a quem chamava “o mestre”, apesar de ele se ter afastado da Igreja oficial.

No princípio do século iv, Luciano de Samosata fundou, em Antioquia, uma Escola Teológica, que se regeu por métodos próprios na interpretação das Sagradas Escrituras. Assim, os teólogos antioquenos rejeitavam o método alegórico próprio da Escola alexandrina, por considerarem que tal método conduzia ao falseamento dos textos bíblicos. A Escola de Antioquia assentava a sua leitura das Escrituras numa interpretação literal dos textos.

A literatura apologética destinava-se a esclarecer leitores alheios à Igreja e a refutar as

acusações de quantos a hostilizavam, indo das calúnias populares mais grosseiras às objecções de intelectuais e de políticos.

A opinião pública romana considerava correntemente os cristãos como ateus, por não participarem nos cultos tradicionais, bem como no culto imperial, atribuindo-lhes, por essa razão, a culpa das calamidades que aconteciam – terramotos, inundações, pestes e até os avanços dos bárbaros – calamidades provocadas por vingança dos deuses pagãos, menosprezados pelos cristãos.

Acusavam-se os cristãos de se entregarem a orgias nas suas reuniões nocturnas, em que “irmãos” e “irmãs” praticavam o incesto.

Chegavam ao ponto de porem a circular calúnias incríveis, acusando-se os cristãos de canibalismo nas suas refeições rituais em que seria comido o corpo de uma criança e bebido o seu sangue.

Tais calúnias corriam de boca em boca, embora compreensivelmente, não aceites completamente por todos, porquanto a boçalidade romana não era geral.

Mais sérias eram as objecções dos intelectuais que se documentavam na leitura das Escrituras e na observação dos costumes das comunidades cristãs. Dois intelectuais distinguiram-se particularmente: um, Celso, no século ii, o outro, Porfírio, no século iii.

Celso, numa obra escrita em grego – A Palavra da Verdade – acusa os cristãos de apenas aliciarem para as suas fileiras «os néscios e os imbecis, os escravos, as mulheres de baixa condição, as crianças»[20]. Afirma, em certo ponto, ser inimaginável que «passados tantos séculos, Deus tenha, finalmente, começado a preocupar-se com a justificação dos homens, dos quais, até então, tinha vivido completamente afastado...» e incita os cristãos a apoiar o imperador com todas as forças, a combater por ele, a não se

furtarem aos deveres civis e ao serviço militar, etc.

Porfírio, no seu tratado Contra os Cristãos, refuta os dogmas cristãos, especialmente a Encarnação e a Ressurreição, que ridiculariza, acabando por considerar absurdo o Cristianismo.

Face às múltiplas objecções de que são alvo, os cristãos defendem-se, expondo em numerosos escritos a sua doutrina e os costumes cristãos, procurando fazê-lo com a maior clareza e numa linguagem facilmente compreensível para os seus destinatários da cultura greco-latina.

Tais escritos são chamados apologias (do grego apología, ou seja, defesa, justificação). Os seus autores são os apologistas, escritores cristãos que assumiram a defesa do Cristianismo perante as detracções que vinha sofrendo.

A literatura apologética dirigia-se aos representantes da autoridade pública– o

imperador, os magistrados –, aos intelectuais e ao povo romano em geral.

Conservam-se, ainda hoje, algumas obras importantes de apologistas cristãos. Estão neste caso as obras de São Justino, que no ano 150 defende a fé cristã contra judeus e pagãos na escola de filosofia que fundara em Roma. A sua obra compreende as duas Apologias dedicadas ao imperador Antonino Pio, em que procura defender os cristãos das acusações caluniosas correntes; e, ainda, uma obra de apologética anti-judaica – o Diálogo com Trifão – em que o autor demonstra ao rabino Trifão, a partir do Antigo Testamento, que Jesus era o Messias anunciado pelos profetas, que a Igreja é o novo Israel e que o Cristianismo realiza a plenitude da Lei.

Uma obra de autor desconhecido do princípio do século iii constitui uma bela apologia onde se louva o ideal cristão – trata-se da Carta a Diogneto.

> Os cristãos não diferem dos demais homens pela terra, pela língua ou pelos costumes. Não habitam cidades próprias, não se distinguem por idiomas estranhos, não levam vida extraordinária [...] Mas, habitando, conforme a sorte de cada um, cidades gregas e bárbaras, é acompanhando os usos locais em matéria de roupa, alimentação e costumes, que manifestam a admirável natureza da sua vida, que todos reputam extraordinária. Habitam as suas pátrias, mas como estrangeiros [...] Tudo suportam [...] casam-se e procriam, jamais lançam fora o que geraram. [..] Vivendo na carne, não vivem segundo a carne...21

Assim o autor desconhecido vai rebatendo as calúnias que circulavam entre o povo.

Numa certa passagem desta Carta os cristãos são mesmo apresentados como a alma do mundo:

> O que é a alma no corpo, são os cristãos no mundo: como por todos os membros do corpo está difundida a alma, assim os cristãos por todas as cidades do universo [...] habitam no mundo, mas não são do mundo...22

Para o autor desta poética apologia, depois de refutar as várias calúnias que circulavam entre a população, atribuindo aos cristãos os mais nefandos crimes, era tão digno de admiração o comportamento dos cristãos que só podia ter uma única explicação: a grandeza dos seus ideais, na obediência às leis estabelecidas, no seu amor a todos, mesmo aos que os perseguiam, na sua pobreza e carências de tudo, mas abundando em tudo, sendo desonrados, mas ganhando a glória através da desonra.

Já nos encontrámos com um dos mais notáveis defensores da fé, chamado de pai da Teologia latina, Tertuliano, que foi precisamente um dos mais talentosos apologistas cristãos.

Ficaram célebres algumas das suas frases, que se tornaram autênticas fórmulas. Por exemplo: «Ninguém nasce cristão, faz-se.» Com esta frase, Tertuliano mostrava-se contrário ao baptismo das crianças.

«O sangue dos mártires é semente de cristãos.» De facto, foi a extrema coragem dos cristãos perseguidos e barbaramente martirizados que muito contribuiu para a sua própria conversão.

A Teologia cristã ficou a dever-lhe muito, desde a sua criação de um vocabulário latino para a reflexão cristã às suas argumentações com referência à Trindade e à pessoa de Cristo, argumentações que influenciaram ao longo dos séculos grandes pensadores cristãos.

Para finalizar, não podíamos deixar de referir a importância de uma obra do final do século i, consistindo num manual cristão elaborado na Síria e contendo instruções várias: trata-se da Didaqué ou Ensinamento dos Doze Apóstolos.

Nesta obra encontram-se orientações sobre o Baptismo e sobre a Eucaristia, contendo as mais antigas orações eucarísticas

conhecidas. Descreve, também, as funções dos bispos, dos presbíteros e dos diáconos.

Uma análise desta obra, descoberta no século xix num mosteiro medieval, revela-nos que nos finais do século i os cristãos praticavam, ainda, muitas formas culturais judaicas. No entanto, esforçavam-se já para se afastar das mesmas, alterando os dias de jejum e formulando preces diferentes das judaicas.

Vimos como se foi formando a ciência teológica cristã, nascida com a primitiva literatura cristã.

Depois de um período inicial em que a Boa Nova era "traditada" de boca a orelha, numa pregação jubilosa em que era anunciada a Paixão, a Morte e a Ressurreição de Jesus, bem como a salvação de todo aquele que acreditasse que Jesus era o Salvador enviado por Deus – conteúdo do kerigma cristão – se-guia-se uma catequese sistemática para

instrução dos neo-convertidos, cate-quese essa transmitida também por via oral.

À medida que foram desaparecendo as testemunhas dos factos ocorridos com Jesus de Nazaré, nasceu a necessidade de pôr a catequese por escrito. Foram aparecendo os primeiros evangelhos escritos – os sinópticos – de Marcos, Mateus e Lucas, e, mais tarde, o Evangelho de São João. Outras obras completavam essa catequese: os Actos dos Apóstolos, as cartas de São Paulo, de São João, entre outras, acabando por ficar concluído o Novo Testamento, núcleo da Teologia primitiva, constituído por vinte e sete livros.

A necessidade de defender a fé contra inúmeras doutrinas ou correntes heréticas nascidas dentro da própria Igreja fez surgir, no século ii, uma literatura anti--herética pela pena de Santo Ireneu, chamado "o príncipe dos teólogos cristãos", e de Santo Inácio de Antioquia, autor de várias cartas, numa das

quais aparece pela primeira vez a expressão "Igreja Católica" – na carta aos Esmirnenses –, escritos que vieram enriquecer o primitivo núcleo da Teologia.

A Escola de Alexandria trouxe um novo impulso à Teologia, a partir do século iii, com as obras de Clemente e de Orígenes.

Rivalizando com Alexandria, a Escola de Cartago deu-nos o pai da Teologia latina, Tertuliano, bem como Cipriano, autor de uma abundante obra teoló-gica.

Já no século iv nascia a Escola de Antioquia, por mão de Luciano de Samosata, utilizando os seus teólogos um método próprio de interpretação das Sagradas Escrituras, pela interpretação literal dos textos.

A literatura apologética veio acrescentar novo enriquecimento da Teologia pela necessidade de defender o Cristianismo das calúnias que surgiam um pouco por todos os lados, fazendo-o sob a forma das chamadas

apologias, em que a doutrina era exposta com a maior clareza.

Com os Padres da Igreja, a partir do século iv, a literatura cristã continuou a enriquecer-se, e com ela a Teologia, com numerosas obras, quer em grego, quer em latim (debruçar-nos-emos sobre estes Padres da Igreja em capítulo próprio).

Os Padres da Igreja

O termo “Padre” (ou seja, pai) era atribuído ao bispo nos primeiros séculos da Igreja. A eles pertencia, por direito, a tarefa de ensinar, eram os mestres, aqueles que transmitiam a doutrina e a disciplina de vida.

Este título foi dado, também, aos ascetas do deserto, aqueles eremitas do Oriente que se concentravam na busca de Deus no isolamento e ofereciam os seus conselhos e uma palavra espiritual àqueles que os procuravam. Alguns ficaram famosos e eram conhecidos como os Padres do Deserto.

A partir do século iv, receberam o nome de “Padres da Igreja” os pastores e mestres que tomaram parte no Concílio de Niceia (325). Eles personificavam o princípio da tradição, de tal modo que na época do Concílio de Éfeso, o terceiro concílio ecuménico, pouco

mais ou menos cem anos depois do primeiro, o recurso ao argumento dos “Padres” vigorou plenamente como dado adquirido.

A Patrologia – estudo da vida e da obra dos Padres da Igreja – atribui o nome de Padres da Igreja a um certo número de autores cristãos cuja autoridade se baseia em quatro critérios:

1) Ortodoxia doutrinária;

2) Santidade de vida;

3) Reconhecimento por parte da Igreja, mesmo que indirecto;

4) Antiguidade.

A ortodoxia doutrinária significa a existência de um consenso ou acordo entre os Padres sobre os pontos essenciais da doutrina numa dada época. Na progressiva formulação do dogma cristão ao longo dos séculos, algumas formulações dos séculos ii e iii mostraram-se erróneas em alguns pontos, embora permanecessem, face a critérios posteriores no tempo, em consonância com o

depósito genuíno da fé. Os Padres, testemunhas privilegiadas da tradição, eram os garantes da fé da Igreja.

A preocupação dos Padres da Igreja pela ortodoxia da fé não era meramente doutrinária, uma vez que zelavam, igualmente, por uma ortopraxia, isto é, pela fé operante na vida moral, nas obras de misericórdia.

Um Padre da Igreja foi alguém que espelhou na sua vida os ensinamentos que transmitia. Os Padres da Igreja uniam a doutrina à santidade de vida, uma santidade publicamente reconhecida pela Igreja.

A aprovação ou reconhecimento da Igreja é manifesta em muitos casos de uma maneira expressa, mas noutros casos de uma maneira indirecta, consistindo na citação de determinados escritores de modo honroso em concílios e documentos oficiais.

O critério de antiguidade estabelece a "idade dos Padres" naquele período em que se

fundam os alicerces das formulações doutrinárias, da liturgia e das orientações disciplinares da Igreja. A maioria dos autores alonga essa "idade" desde as origens até aos séculos vii e viii. Considera-se esta época patrística como compreendendo três períodos:

1) Das origens até ao Concílio de Niceia (325);

2) A chamada "idade de ouro dos Padres da Igreja", entre o Concílio de Niceia e o de Calcedónia, em 451;

3) O declínio, desde Calcedónia até aos séculos vii-viii.

O período das origens abrange os chamados "Padres Apostólicos" – aqueles que tiveram relações mais ou menos directas com os Apóstolos: São Clemente de Roma, que foi o terceiro sucessor de São Pedro na Sé de Roma, no tempo dos imperadores Domiciano e Trajano (de 92 a 102), citado por Santo Ireneu («ele viu os Apóstolos e

com eles conversou, tendo ouvido directamente a sua pregação e ensinamento»23); Santo Inácio de Antioquia, terceiro bispo de Antioquia, que conheceu pessoalmente os Apóstolos São Paulo e São João; São Policarpo, bispo de Esmirna, discípulo directo de São João.

A esse período pertencem, também, alguns autores do século ii, que redigiram escritos apologéticos e anti-heréticos: São Justino, autor do Diálogo com Trifão e de duas Apologias; Atenágoras, apologista; Santo Ireneu, discípulo de São Policarpo, e que foi bispo de Lião, na Gália, considerado "o príncipe dos teólogos cristãos", no sentido cronológico, isto é, de ter sido o primeiro, é o autor da importante obra Contra as heresias, e da sua obra ressaltando a importância que atribuía à tradição apostólica oral, o primado da Igreja de Roma (fundada por Pedro e Paulo), a doutrina da "recapitulação" da

humanidade pecadora em Cristo, o segundo Adão, etc.

Pertencem, ainda, a este período os que fizeram, do fim do século ii ao início do século iv, os primeiros ensaios de sistematização doutrinária: Orígenes, Tertuliano, Santo Hipólito, discípulo de Santo Ireneu, São Cipriano de Cartago, Novaciano, o primeiro teólogo a escrever em latim, etc.

O segundo período – a idade de ouro dos Padres da Igreja, entre o Concílio de Niceia e o Concílio de Calcedónia – é o período das obras mais importantes e das formulações doutrinárias basilares.

Este período vai de Santo Atanásio, que, ainda como diácono, acompanhou o seu bispo de Alexandria ao Concílio de Niceia, onde se distinguiu pelo combate à heresia ariana, sendo ele próprio bispo de Alexandria três anos depois, em 328, até Santo Agostinho, de Hipona, compreendendo autores como os campeões da vitória contra

o arianismo – “os grandes Capadócios”, Basílio de Cesareia e seu irmão Gregório de Nisa e o amigo de ambos Gregório de Nazianzo; São João Crisóstomo, o “Boca de Ouro”, que foi bispo de Constantinopla; o egípcio São Cirilo, bispo de Alexandria, que manteve a doutrina ortodoxa contra Nestório; um Santo Ambrósio, bispo de Milão, administrador do Baptismo àquele que havia de ser o maior dos Padres Ocidentais, Santo Agostinho; e um São Jerónimo, o tradutor de numerosos livros da Bíblia, directamente do hebraico e do aramaico para o latim, a célebre Vulgata.

O período de certo modo injustamente chamado “período de declínio”, que vai do Concílio de Calcedónia, no século v, até ao século viii, estabeleceu um traço de união entre o mundo antigo, greco-romano, e a cristandade derivada dos povos bárbaros, educados por obra de grandes missionários sob o impulso do Papa São Gregório Magno.

Entre os Padres da Igreja deste período contam-se dois grandes Papas a quem a História atribuiu o apelativo de “Magno”: São Leão I, do século v, e São Gregório, do século vi; e conta ainda com o último Padre ocidental – Santo Isidoro de Sevilha, do século vii; mas também o último dos Padres da Igreja grega, o monge São João Damasceno, do século viii.

Quanto às línguas das obras dos Padres da Igreja, a primeira foi o grego e, depois, a partir do século ii e princípio do século iii, o latim. No Oriente houve autores que utilizaram o siríaco, o arménio e o copta.

Os Padres ocidentais escreveram todos em latim. No Oriente, os Padres foram na sua maioria gregos.

O estudo da Patrologia costuma confinar-se à chamada “Idade de Ouro”, distinguindo-se a “patrística” de língua grega da “patrística” de língua latina.

Os grandes autores de língua grega encontram-se no século iv e são considerados os maiores escritores desse século, a eles se devendo grande parte da reflexão teológica suscitada pelos grandes conflitos dogmáticos nascidos no Oriente.

Eusébio de Cesareia, que foi bispo de Cesareia na Palestina, embora não preenchendo os critérios estabelecidos para ser considerado Padre da Igreja, pois assumiu uma posição equívoca na controvérsia ariana (primeiro critério), é, no entanto, autor importante da patrística grega, considerado como foi fundador da ciência da História da Igreja, deixando-nos uma História Eclesiástica, documento de inestimável valor graças ao qual conhecemos a maior parte das informações chegadas até aos nossos dias sobre os três primeiros séculos do Cristianismo.

Um seu contemporâneo, Santo Atanásio, nascido em Alexandria, aderiu, ainda jovem,

ao monaquismo nos desertos do Egipto, onde conheceu muito de perto Santo Antão, "o pai dos monges". Atanásio foi contemporâneo de Ário, presbítero em Alexandria, figura central de uma heresia – o Arianismo – que sustentava que o Filho de Deus tinha sido criado por Deus, não gerado, negando não só a divindade de Jesus Cristo, mas também a sua co-eternidade: «Houve um tempo em que Ele [o Filho] não era»[24], era assim como muitos resumiam a doutrina ariana. Atanásio, tornado diácono da Igreja de Alexandria, acompanhou, como vimos, o seu bispo, Alexandre, ao Concílio de Niceia, em 325. Aí se distinguiu pelo combate que moveu à heresia ariana. Em 328 era ele próprio bispo de Alexandria, tendo feito da defesa da ortodoxia em face do Arianismo a razão de ser da sua vida. Foi paladino da luta anti-ariana, o que lhe valeu muitos dissabores e sofrimentos durante um episcopado turbulento e que lhe acarretou ter sido

expulso cinco vezes de Alexandria e sete anos de exílio. A sua obra escrita consiste em Discursos contra os Arianos, Contra os Pagãos, Discurso sobre a Encarnação do Verbo, A vida e obras de Santo Antão, esta última obra muito popular, tendo um enorme êxito, ponto de partida de muitas vocações monásticas, como, por exemplo, a de Santo Agostinho.

A vitória definitiva, no plano teológico, foi conseguida graças à obra de três Padres da Igreja, que ficaram conhecidos como os "Padres Capadócios", pois eram todos naturais da Capadócia, região que se encontra actualmente no leste da Turquia: Basílio de Cesareia e seu irmão Gregório de Nisa e o amigo de ambos Gregório de Nazianzo.

São Basílio frequentou as escolas superiores de Cesareia, Constantinopla e Atenas, tendo sido colega, na Universidade de Atenas, de São Gregório Nazianzeno. À brilhante carreira administrativa que se lhe abria

preferiu tornar--se monge. Instituiu uma comunidade de monges, tendo redigido uma Regra Monástica. Depois, ordenado sacerdote, foi chamado ao episcopado, sendo nomeado bispo de Cesareia. Preocupava-se com as questões sociais, construindo hospitais para indigentes e hospedarias para peregrinos. Combateu o Arianismo, a ponto de resistir ao imperador Valente, que era ariano. A precisão e a clareza da sua doutrina valeram-lhe ter ficado conhecido como "o romano entre os gregos", distinguindo-se pelo que escrevera sobre a Santíssima Trindade, sendo sua a fórmula "três hipóstases e uma essência". Comentador da Sagrada Escritura, é o autor de um Comentário ao Hexâmeron (ou seja, Génesis), além de vários sermões e de duas Regras Monásticas, as Grandes e as Pequenas Regras. É conhecido como "o pai do monaquismo oriental". A morte surpreendeu-o antes do Concílio de Constantinopla, mas nessa assembleia seu irmão

Gregório de Nisa defendeu com vigor a posição pró-nicena do seu falecido e prestigiado irmão.

São Gregório Nazianzeno, um dos maiores oradores cristãos de todos os tempos – "o Demóstenes cristão" – filho do bispo de Nazianzo, na Capadócia, por quem foi ordenado padre [Nada de espantos! estávamos ainda no século iv]. Grande amigo de toda a vida de São Basílio, que o sagrou bispo, desempenhou um importante papel na luta anti-ariana. O imperador Teodósio reconheceu Gregório de Nazianzo como bispo de Constantinopla, em 381. Foi durante o Concílio de Constantinopla, em 381, que Gregório de Nazianzo foi sagrado bispo daquela cidade, graças ao brilho da sua eloquência vigorosa em defesa da causa nicena, sendo, então, adoptado o Credo de Niceia, que se tornou o Credo da Igreja Ocidental. O movimento ariano foi condenado nesse concílio. Entretanto, o próprio Concílio de

Constantinopla foi palco de conflitos entre os bispos, sendo a nomeação de Gregório de Nazianzo contestada pelos bispos do Egipto e da Macedónia, argumentando que ele tinha sido antes bispo de uma pequena cidade, Nazianzo. O próprio Gregório de Nazianzo refere-se ao que se passou em certas alturas do concílio: «Os bispos palravam como um bando de pegas pousadas numa árvore. Era uma algazarra de miúdos [...] Discutiam desordenadamente, cara com cara, todos ao mesmo tempo.»25 Desgostoso com aquela desordem, São Gregório resolveu demitir-se, retirando-se para as suas terras. O título de "teólogo" foi-lhe reconhecido pela sua exposição da doutrina trinitária nos seus cinco "discursos teológicos" em defesa da divindade do Filho e do Espírito Santo.

São Gregório de Nisa, irmão de São Basílio, entrou para um mosteiro antes de ser sagrado bispo de Nisa. Pensador e místico, notabilizou-se no Concílio de

Constantinopla. São admiráveis as suas reflexões de cunho contemplativo e na refutação do Apolinarismo, do Arianismo e do Macedonianismo. As suas obras principais são a Grande Catequese e uma Vida de Moisés. A Igreja não lhe atribuiu, no entanto, o título de “Doutor”, tal como o fez com os outros dois Padres Capadócios, uma vez que a sua doutrina vem eivada de alguns erros pela influência que sofreu de Orígenes e do Platonismo.

O mais conhecido entre os Padres da Igreja grega foi São João Crisóstomo, o “Boca de Ouro”. Nasceu em Antioquia, onde viveu durante a juventude uma vida monástica no deserto. Ordenado presbítero em 386, tornou-se um pregador famoso, valendo-lhe a sua eloquência o título dado pela posteridade de Crisóstomo (isto é, boca de ouro). Foi eleito, contra a sua vontade, Patriarca de Constantinopla, em 397. O exercício zeloso das suas funções pastorais

acabou por trazer-lhe dissabores na corte, à qual não conseguia adaptar-se por não ser homem do mundo, nem político. Queria reformar, à força, os costumes do clero e dos cortesãos, o que o levou a ser deposto e exilado, uma primeira vez, em 403, permanecendo, no entanto, em Constantinopla graças à pressão popular, mas num segundo exílio, em 404, para longe, para a Arménia, acabando por morrer em 407 no Ponto. Comentador das Sagradas Escrituras nos seus Sermões de preparação do Baptismo e autor de alguns tratados sobre O Sacerdócio, O Matrimónio e A Virgindade. O Papa São Pio X proclamou-o padroeiro dos pregadores.

No século v o doutor egípcio mais ilustre foi São Cirilo, bispo de Alexandria, eleito em 412. Opôs-se, em 428, às ideias do Patriarca de Constantinopla, Nestório, que parecia dividir Cristo em duas pessoas, uma o homem Jesus, filho de Maria, e a outra o Verbo habitando em Jesus. Cirilo combateu a doutrina

de Nestório, mantendo a doutrina ortodoxa, apoiando-se no Papa Celestino. Nestório reage, apelando para os seus apoiantes da Escola de Antioquia, de onde era originário, e, perante o tumulto que se ia avolumando, o imperador Teodósio II convoca um concílio ecuménico para Éfeso, o terceiro concílio ecuménico da História da Igreja, realizado em 431. Este concílio condenou e depôs o Patriarca Nestório, consagrando a tese tradicional da unidade de pessoa em Cristo e o consequente título, que compete a Maria, de Theotókos (ou seja, Mãe de Deus). São Cirilo, que defendeu vigorosamente o título de Mãe de Deus para a Virgem Maria, deve considerar-se o "Doutor mariano", sendo o principal mariólogo entre todos os Padres da Igreja. É autor de comentários exegéticos ao Antigo e ao Novo Testamento, de tratados sobre a Santíssima Trindade e a Encarnação, etc. É considerado um dos maiores Padres da Igreja de língua grega.

Entre os Padres da Igreja de línguas orientais sobressai Santo Efrém de Nísibe e Edessa (306-373), considerado o maior poeta sírio, chamado a “cítara do Espírito Santo”. Filho de pais cristãos, nasceu em 306 em Nísibe, na Mesopotâmia, região no centro das conquistas, ora do Império Romano, ora do Império Persa. E quando Nísibe fica na posse dos Persas, Efrém refugia-se em Edessa, mais a ocidente, cidade de uma igreja muito antiga de língua siríaca. Escreveu comentários bíblicos e, em forma de hinos, tratados contra os gnósticos, arianos e Juliano, o apóstata, bem como homilias em verso e hinos litúrgicos, os quais contêm admiráveis louvores à Virgem Maria.

Os grandes Padres da Igreja de língua latina encontram-se, também, no século iv: nesse século encontram-se as três colunas do humanismo cristão: Ambrósio de Milão, Jerónimo de Belém e Agostinho de Hipona. Num mundo que desabava à sua volta – o

Império Romano do Ocidente – estes homens conseguiram manter de pé uma cristandade frágil com o vigor das suas palavras e a sua notável actividade.

Governador da Ligúria e da Emília, Ambrósio, que residia em Milão, viu-se repentinamente, aos 34 anos, aclamado bispo pelo povo milanês, que admirava a sua sabedoria. No entanto, Ambrósio era ainda um simples catecúmeno... Recebeu, então, a breve trecho, o Baptismo, sendo logo de seguida ordenado sacerdote e sagrado bispo! Distribuiu, então, os seus bens aos pobres, exigindo aos cristãos a justiça social. E tratou logo de adquirir uma boa cultura teológica, sob a direcção de um sacerdote, Simpliciano, lendo os principais autores gregos, sobretudo Orígenes e São Basílio. Foi amigo e conselheiro de alguns imperadores – entre eles Valentiniano II e Teodósio, o Grande – o que o não impediu de excomungar um deles, Teodósio, impondo-lhe uma penitência de

vários meses pela chacina de sete mil tessalonicenses ordenada pelo imperador. Foi Santo Ambrósio quem baptizou Santo Agostinho, que viria a ser o maior dos Padres de língua latina. Teve uma notável actividade de exegese e de pregação. A sua obra escrita fora primeiro pregada, antes de ser publicada, sendo admirável a maneira como transmitia a fé da Igreja. Escreveu um comentário ao Génesis, um outro comentário ao Evangelho de São Lucas, bem como um tratado sobre os deveres dos ministros eclesiásticos e um outro sobre os sacramentos. Introduziu o canto dos Hinos na liturgia das Igrejas do Ocidente, sendo-lhe atribuídos alguns hinos antigos, inclusive o Te Deum. Numa época particularmente difícil, Santo Ambrósio revelou uma singular capacidade de estadista, com uma clarividência política, que aplicou tanto na sua carreira civil como, depois, no seu governo pastoral como bispo de Milão, fazendo crescer

notavelmente o prestígio da sua sede episcopal, não apenas em Itália, mas para além das suas fronteiras.

São Jerónimo, nascido na Dalmácia (que corresponde à actual Sérvia) é o mais erudito de entre os Padres latinos, sendo chamado vir trilinguis (ou seja, o homem de três línguas), por saber latim, grego e hebraico. É conhecido, também, como o "Doutor bíblico", pelas suas pesquisas no campo da Sagrada Escritura. Familiarizou-se, como estudante em Roma, com os autores clássicos. Peregrinou, depois, pela Palestina, atraído pela vida monástica e ascética, tendo sido eremita durante alguns anos. Aos 32 anos foi ordenado sacerdote pelo bispo de Antioquia, Paulino, seguindo pouco depois para Constantinopla, onde foi ouvinte de São Gregório Nazianzeno e amigo de São Gregório de Nisa. Em 382 seguiu para Roma, onde permaneceu três anos como secretário do Papa Dâmaso, que o encarregou de fazer a

revisão da versão latina da Sagrada Escritura. Após a morte do Papa deixou Roma para se fixar na Palestina, em Belém, onde viveu trinta e cinco anos, perto da gruta da Natividade, e onde estudou hebraico com vários professores judeus. Em Belém, durante todos aqueles anos, trabalhou afincadamente na interpretação da Sagrada Escritura, traduzindo para latim, directamente do hebraico e do aramaico, o Antigo Testamento. O conjunto dos livros bíblicos traduzidos para o latim, por incumbência do Papa Dâmaso, constitui o notável legado de São Jerónimo, na obra conhecida com o nome de Vulgata. Mas a São Jerónimo deve-se ainda uma intensa produção literária de sessenta e três volumes de comentários em latim e mais de cem homilias sobre o significado das Escrituras.

A terceira coluna do humanismo cristão foi o principal Padre da Igreja e um dos maiores génios teológicos de todos os

tempos: Santo Agostinho. A sua actividade literária pertence ao património universal, constituindo a sua autobiografia espiritual, da infância à conversão – as Confissões – uma obra-prima da literatura universal. Nascido em Tagaste, na Numídia, filho de um funcionário público e de uma fervorosa cristã, Mónica, levou uma vida desregrada na sua juventude, até se fixar em Cartago como professor de eloquência. A leitura de Cícero (o Hortensius) faz-lhe sentir uma atracção por uma vida menos sensual e mais dedicada à busca da verdade, que procura incessantemente nas filosofias e no maniqueísmo, que lhe parecia propor o autêntico cristianismo, em oposição à doutrina da Igreja que ele chamava "uma história de velhas". Transferindo--se para Milão, passou a ouvir regularmente os sermões de Santo Ambrósio, ao mesmo tempo que ia lendo São Paulo. Um dia, julgando ter ouvido a voz de uma criança que lhe dizia Tolle et lege (isto

é, toma e lê), abriu ao acaso um livro que tinha ao lado – as Epístolas de São Paulo – e sentiu, ao ler, que «todas as trevas da dúvida se dissipavam»26.

> Como quem vive em pleno dia, comportemo-nos honestamente: nada de comezainas e bebedeiras, nada de devassidão e libertinagens, nada de discórdias e invejas. Pelo contrário, revesti-vos do Senhor Jesus Cristo e não vos entregueis às coisas da carne, satisfazendo os seus desejos.27

Tinha finalmente encontrado a luz, sendo baptizado no sábado santo de 387 por Santo Ambrósio. Sua mãe, Mónica, morria pouco depois, ela que tanto tinha contribuído para a conversão de Agostinho com as suas orações. Voltando para África, quis entrar na vida monástica na sua terra natal, onde fundou um mosteiro, vivendo alguns anos em retiro de orações e estudos. Granjeou tal fama que o povo o escolheu para o sacerdócio, sendo ordenado pelo bispo de Hipona, pequeno porto do Norte de África, em 391.

Passados quatro anos foi sagrado bispo de Hipona, onde passou a desenvolver uma intensa actividade teológica e pastoral durante trinta e quatro anos de episcopado. Em centenas de Sermões (400) com o objectivo de instruir o seu povo, nas suas Cartas – de que se conservam 276 – dirigidas a imensas personalidades do mundo romano, nas suas Confissões, autobiografia escrita entre 397 e 400, em muitos dos seus tratados, Santo Agostinho comentou o Antigo e o Novo Testamento e tratou dos grandes temas da Teologia, cujo avanço foi decisivo com o seu contributo. Todos os teólogos posteriores recorrerão a Santo Agostinho, incluindo os protestantes Lutero e Calvino e o herético Cornélio Jansen (Jansénio). Numa das suas obras – A Cidade de Deus – faz uma reflexão de Teologia e de História em que procura decifrar os sinais dos tempos e o plano da Providência Divina num mundo que se desmoronava à sua volta, com a ruína do

Império Romano do Ocidente, submergido pelas invasões dos povos bárbaros, precisamente quando se tornara um Império cristão. A Cidade de Deus é simultaneamente uma obra apologética em que Santo Agostinho se dirige aos pagãos, refutando a interpretação que eles faziam ao atribuírem as desgraças de Roma, tomada por Alarico em 410, a um castigo dos deuses por se ter abandonado a velha religião. Muitas outras obras escreveu Santo Agostinho, como o Enchiridion (manual), compêndio de doutrina cristã, o tratado De Trinitate (Sobre a Trindade) e obras polémicas várias contra as heresias com que se defrontou: o Maniqueísmo, o Donatismo, o Arianismo e o Pelagianismo. Morreu em 430 na sua cidade sitiada pelos Vândalos.

Entre os Padres da Igreja Ocidental contamos, ainda, São Leão Magno, o Papa mais eminente dos primeiros séculos, que consolidou o primado pontifício romano e se

tornou, também, notável pelo Tomo a Flaviano, a sua carta ao Patriarca de Constantinopla, em que reconhecia as duas naturezas de Cristo, carta aclamada pelos 600 bispos presentes no Concílio de Calcedónia, em 451. Deixou várias obras – cartas e sermões – obras-primas da antiga teologia e eloquência cristãs.

Ainda nos séculos v-vi conta-se, entre os Padres da Igreja latina, São Bento de Núrsia, fundador de várias comunidades monásticas, na última das quais – a Abadia do Monte Cassino – escreveu a Regra dos Mosteiros, a regra beneditina que se tornou o principal código de vida monástica do Ocidente, amplamente copiada, traduzida e comentada durante a Idade Média e até nos nossos tempos. O espírito de São Bento, resumido no lema ora et labora, exerceu uma grande influência na História da Igreja e da civilização. Pio XII chamou a São Bento “Pai da

Europa" e Paulo VI proclamou-o "Patrono da Europa".

Já nos séculos vi-vii, um dos mais notáveis Pontificados da História teve à sua frente São Gregório Magno, que promoveu a evangelização de Inglaterra, enviando monges missionários, entre os quais Santo Agostinho de Cantuária. Reformou o rito da Missa e promoveu o canto litúrgico, que desde então foi chamado "canto gregoriano" e se tem conservado vivo até à Igreja dos nossos dias. As obras de São Gregório Magno consistem em várias homilias, numerosas cartas, as Moralia (os "Morais") e os diálogos, cujo segundo livro conta a vida de São Bento. As suas obras eram avidamente lidas pelos homens da Idade Média.

Um bispo de Sevilha – Santo Isidoro de Sevilha –, do século vii, é considerado em geral como "o último Padre do Ocidente". Escritor fecundo, exerceu grande influência na Idade Média com a sua obra

enciclopédica: as Etimologias, a primeira enciclopédia cristã em vinte volumes, contendo os conhecimentos profanos e religiosos da sua época, à qual fez chegar as riquezas da sabedoria da Antiguidade.

Transformação da sociedade:de pagã a cristã

Depois de o Cristianismo ter sido proclamado religião do Estado por Teodósio em 380, em poucos anos o Paganismo, agora perseguido, acaba por ver proibidas as práticas de culto, em 392. Os templos pagãos são demolidos um pouco por toda a parte e em muitos lugares os santuários pagãos são substituí-dos por templos cristãos.

O Estado, outrora ao serviço do Paganismo, passou agora a estar ao serviço do Cristianismo. A reunião dos domingos para o culto cristão que se verificava desde o século i foi oficializada, em 321, por Constantino, que fez do domingo um dia legal de descanso. O imperador promoveu o Cristianismo de muitos modos, sem perder de vista, no entanto, todos os outros seus súbditos, a ponto de dizer, uma vez, a um grupo de

clérigos: «Vós sois os bispos dos membros da Igreja, mas eu serei o bispo, nomeado por Deus, daqueles que estão fora dela...»28 Em Bizâncio, que havia de chamar-se Constantinopla, um templo de Afrodite foi derrubado e no seu lugar construída a Igreja dos Santos Apóstolos, uma basílica com as imagens dos Doze Apóstolos e um sarcófago para Constantino... o “13.º Apóstolo”!

Não obstante os esforços de Constantino, que trabalhou arduamente na promoção do Cristianismo, o mundo do Império Romano não se tornou cristão com um estalar de dedos. Com Constantino a maioria da população do Império era ainda pagã, coexistindo o Cristianismo e o Paganismo, que até se interpenetravam por vezes. Mas a tolerância, agora, era para com o Paganismo, que, apesar de tudo, continuava a constituir o fundamento da cultura e assim continuou até ao século vi. O sistema pagão de ensino e de cultura permaneceu intacto a princípio,

frequentando a maioria das crianças cristãs as escolas pagãs, juntando-se os cristãos aos pagãos nas antigas cidades da cultura – Atenas, Antioquia, Alexandria – para escutar os grandes filósofos neoplatónicos.

Numerosos costumes pagãos subsistiram ainda ao longo do século iv, para grande escândalo do clero. O teatro pagão, os combates de gladiadores, as corridas de quadrigas, os banhos, ao lado de práticas supersticiosas, como os amuletos e os presságios, continuavam a caracterizar os costumes.

O poder do Estado, que antes estava ao serviço do Paganismo, está agora ao serviço do Cristianismo. Religião e Estado são inseparáveis. A religião era o fundamento e o cimento da sociedade. Com o advento do Cristianismo só a religião muda uma vez que o Estado permanece com as mesmas estruturas mentais.

No entanto, foi-se assistindo a pouco e pouco a uma lenta cristianização da

sociedade. Certas festas, certos costumes matrimoniais e funerários vão-se impregnando, gradualmente, de espírito cristão. Há uma influência cristã na legislação familiar: a lei dificulta o divórcio, embora o não tenha abolido; o tratamento nas prisões torna-se mais humano, não podendo os carcereiros deixar os presos morrer de fome e sendo facultada ao clero o direito de visita às prisões. No entanto, a escravatura torna-se assunto delicado: pois se a própria Igreja tem escravos... Mas é proibido separar-se as famílias de escravos e a alforria começa a ser facilitada.

E embora não haja uma transformação profunda das estruturas, que se mantêm pagãs, é através da criação de instituições de caridade que essas mesmas estruturas vão sendo transformadas a longo prazo. E, na medida em que o edifício da administração civil se ia desmoronando ao longo do século v, sob os golpes dos povos bárbaros que

cercavam o Império, o vazio de autoridade ia sendo preenchido pelos bispos cristãos, que passaram a intervir cada vez mais na vida dos seus povos diocesanos, tomando especialmente a seu cargo a protecção das pessoas socialmente débeis, incapazes de se defenderem a si mesmas.

Num período de grande escassez, um bispo da Ásia Menor – Basílio de Cesareia – organiza a caridade montando uma autêntica “cidade de urgência”, com igreja, mosteiro, hospício e hospital, onde são acolhidos os viajantes, os doentes e os pobres. A esmola, o acolhimento de peregrinos (um centro no porto de Óstia, que servia Roma), hospitais um pouco por toda a parte, constituem o cerne das preocupações cristãs.

A conversão cristã do Império Romano acarretou consequências cheias de significado do ponto de vista histórico-cultural: as multidões viram as portas da Igreja abertas – escancaradas – à sua espera e prontas a

acolhê-las. Os pusilâmines podiam transpô-las sem receio, com segurança, sem arriscar o martírio ou os inconvenientes decorrentes de uma conversão à fé cristã, quase certos na época das perseguições. E fizeram-no em massa.

A Igreja, atenta à nova realidade, estabeleceu regras para a admissão de pessoas adultas ao Baptismo. Foi, assim, instituído um período de preparação catequética e ascética, período mais ou menos longo, em que podiam examinar-se as disposições do recém-convertido – o neófito – para receber com dignidade o Baptismo, normalmente conferido nas grandes solenidades litúrgicas da Páscoa e Pentecostes.

Essa nova instituição da Igreja era o catecumenato, no qual se inscreviam ordinariamente os neófitos – aqueles que "pediam" o Baptismo – no início da Quaresma. As catequeses, dadas pelo próprio bispo ou por alguém idóneo por ele

encarregado, percorrem as fórmulas reunidas em sínteses da fé – as "profissões de fé" –, resumos da fé professada pelos cristãos. São os "credos" ou "símbolos da fé", sinais de identificação e de comunhão entre os crentes (a palavra grega symbolon significava a metade de um objecto partido em dois, e que se apresentava como sinal de identificação, sendo pela justaposição das duas partes que se verificava a identidade do portador...). Por analogia, era o conhecimento perfeito do "símbolo da fé" que habilitava os neófitos a serem admitidos ao Baptismo. Esse conhecimento era-lhes ministrado aos poucos nas reuniões litúrgicas especiais, em que eram também submetidos a exorcismos. Chegado o Sábado Santo, proclamavam solenemente um dos símbolos aprendidos, geralmente o Símbolo dos Apóstolos, cujos doze artigos constituíam um resumo fiel da fé dos Apóstolos e que se tornara o símbolo baptismal da Igreja de Roma.

Não obstante a instituição deste catecumenato no século iv, muitos dos que pretendiam tornar-se cristãos por oportunismo não aceitavam senão com muita dificuldade as exigências morais do Baptismo, pelo que o iam adiando até à velhice, ou mesmo até ao leito de morte. Pois se até o primeiro imperador “cristão” por excelência – Constantino, o Grande – só se baptizou no seu leito de morte... E o próprio Teodósio, que havia feito do Cristianismo a religião oficial do Estado e fora, provavelmente, educado como cristão, embora crente inabalável do Credo de Niceia, só quando se viu “apertado” em Tessalónica por doença grave, aos 34 anos, julgando que se ia aproximando a morte, aceitou finalmente o baptismo... E, ao curar-se, entendeu que o Baptismo, com as suas exigências morais, lhe impunha uma vida sem mancha, em que novos pecados o levariam às penas eternas depois da morte. Apesar disso o cristianíssimo Teodósio, dez

anos após o seu baptismo, quando residia em Milão, fez chacinar sete mil espectadores de corridas de quadrigas num estádio de Tessalónica, porquanto os adeptos de um popular campeão condutor de quadrigas, preso por conduta imoral, haviam linchado brutalmente o comandante da guarnição romana que procedera à prisão do referido campeão. Furioso com a morte do seu oficial, Teodósio deu ordem para a chacina, perpetrada pelos soldados romanos.O bispo de Milão, Ambrósio, ameaçou-o de excomunhão, o que abalou profundamente Teodósio. O imperador despiu os seus trajes de púrpura e compareceu diante do bispo na catedral pedindo perdão publicamente. Perdão que não foi concedido imediatamente, tendo Ambrósio imposto vários meses de penitência antes de lhe dar a comunhão.

A maioria dos cristãos devotos dessa época entendia as exigências morais do baptismo do mesmo modo, pois a Igreja ainda não

instituíra a chamada “ordem dos penitentes”, em que os pecadores se submetiam a uma penitência muito dura, com uso de cilício e vestimenta de pêlo de cabra, eram excluídos da comunhão, submetiam-se a jejuns, renunciavam às relações conjugais e à prática de determinadas profissões, etc., podendo as proibições conjugais e profissionais continuar até à morte, mesmo depois da reconciliação... Embora constituísse já um progresso, os rigores de tal penitência oficial fizeram com que muitos recém-convertidos fossem adiando o seu Baptismo, submetendo-se à penitência só quando viam aproximar-se a morte...

A partir do século iv, e mais frequentemente no século v, generalizou-se o baptismo das crianças, baptismo administrado aos filhos de pais cristãos imediatamente após o nascimento, já não apenas nas solenidades da Páscoa e do Pentecostes, mas sim, portanto, ao longo de todo o ano. Deste

modo, a pouco e pouco e cada vez mais foram faltando os conversos adultos dado ser prática normal a incorporação na Igreja logo depois do nascimento. Daí a inutilidade do catecumenato de adultos, que acabou por desaparecer.

A cristianização das cidades foi muito rápida, uma vez que a Igreja obtém uma liberdade plena para evangelizar, celebrar o culto, criar instituições de caridade: centros de acolhimento de peregrinos, hospitais, mosteiros...

Porém, os campos permaneceram pagãos (pagani), com a sua população aferrada à tradição idolátrica e aos ritos que asseguravam a fecundidade dos campos e do gado. A cristianização dos povoados rurais foi-se fazendo, no entanto, graças à actividade catequética de grandes pastores missionários que foram cristianizando os hábitos sociais mais arreigados bem como as suas festas religiosas tradicionais. Assim, além da

destruição dos ídolos, a Igreja procurou integrar os costumes e as festas religiosas na disciplina sacramental e no ciclo litúrgico anual. No local de antigos templos pagãos foram erigidos templos cristãos. Um grande bispo missionário, que se distinguiu particularmente no século iv, foi São Martinho de Tours.

A par destas medidas, revelou-se um excelente meio de catequese do povo das aldeias o culto dos mártires, dos santos e das relíquias, que sempre impressionaram profundamente os rústicos dos campos.

Este trabalho de evangelização dos campos foi muito lento no desenraizar das superstições e dos cultos idolátricos que permaneciam como característica da religiosidade popular. Construíram-se numerosas igrejas nos campos, centros de uma organização paroquial, com o seu clero próprio, a quem ficava entregue a pastoral das populações rurais.

O bispo de chefe da Igreja local e pastor da comunidade cristã de uma determinada cidade passou, a partir do século iv, a sê-lo também de um território mais ou menos extenso, onde exercia a sua autoridade. Nasceram, assim, as dioceses, tendo como centro uma cidade episcopal, rodeada por um espaço rural mais ou menos extenso, confinando com outros territórios tendo como centro, por sua vez, outra cidade episcopal, em que exercia um poder jurisdicional um bispo diocesano dentro das fronteiras da sua diocese e apenas sobre as pessoas residindo dentro delas, respeitando os territórios e as pessoas das outras dioceses.

Imitação de Cristo:ascetismo e monaquismo

Uma vida de imitação de Cristo constituiu um ideal seguido, desde as origens do Cristianismo, por fiéis cristãos de ambos os sexos. Tal ideal de vida ascética levava alguns cristãos a abandonar tudo pelo Reino de Deus, renunciando ao casamento e escolhendo uma vida de castidade, pelo que permaneciam virgens e guardavam continência, ao que acrescentavam um certo número de práticas austeras e comportamentos disciplinados, praticando a oração e a mortificação cristãs e fazendo obras de misericórdia.

Porém, nos três primeiros séculos, os ascetas cristãos não abandonavam o mundo e, embora reunindo-se, por vezes regularmente, para ouvirem a Palavra de Deus e orarem, não viviam em comum, permanecendo em suas casas, no exercício das suas

profissões e administrando os seus próprios bens.

No século iv assistiu-se ao aparecimento, entre mulheres, de uma forma inicial de monaquismo, em que viúvas e donzelas virgens se comprometiam a guardar castidade, passando a viver em comum. É o caso, por exemplo, das matronas romanas Paula e Marcela, incentivadas por São Jerónimo ao estudo da Palavra de Deus nas Sagradas Escrituras, animando-as no exercício da ascese cristã.

Assim se gerou uma nova forma de vida ascética cuja característica peculiar consistia numa fuga do mundo para consagração ao serviço divino. Os tempos que se seguiram à paz da Igreja, com a instituição do Cristianismo como religião oficial do Estado, em que ser-se cristão já não comportava risco algum, condicionaram um certo relaxamento. Multidões de neófitos, pagãos recentes, afluíam à Igreja, que lhes abriu as portas. Os

neo-cristãos não tinham o mesmo fervor que havia nas comunidades cristãs no tempo das perseguições e do martírio. Daí cristãos mais exigentes procurarem a perfeição por um afastamento dos ambientes seculares. Deste modo nasce uma tradição anacorética (de anacoretas, do grego anachorein, que significa aquele que abandonou o mundo), eremítica (de eremitas, isto é, aqueles que se retiram do mundo, refugiando-se no deserto, eremos, em grego) e monástica (de monges, monachos em grego, significando aqueles que se retiram do mundo para viverem sozinhos) é a de grupos de homens e mulheres que adoptaram, a partir do século iv, uma forma religiosa de vida comunitária, isolando-se do mundo para se dedicarem a práticas de ascese e oração.

O eremitismo cristão teve a sua origem histórica no Egipto, a partir do ano 300. Um desses eremitas era Antão, cuja biografia se encontra num livro atribuí.do a Atanásio,

bispo de Alexandria e grande opositor do Arianismo. Esse livro– Vida de Santo Antão – conta a decisão de Antão, proprietário agrícola abastado, em retirar-se para o deserto. Foi porventura o Evangelho do jovem rico que levou Antão a distribuir os seus bens pelos pobres e ir viver na solidão do deserto como eremita. A sua reputação de santidade foi aumentando e era muito procurado por quantos necessitavam de consolo, de conselho ou de ajuda.

Muitos, homens e mulheres, inspirados em Santo Antão, na sua vida rigorosamente evangélica e disciplinada, seguiram-lhe o exemplo, abalando para o deserto, formando colónias de eremitas e mosteiros. Tais mosteiros começaram a propagar-se pela Palestina e Síria.

No sul do Egipto – o Alto Egipto – começou um movimento para fundar mosteiros, onde os religiosos que haviam professado os votos, assentando numa

obediência incondicional a um superior, na obrigação da pobreza e na castidade, no silêncio e em duros trabalhos manuais, passavam do eremitismo a um cenobitismo (vindo do grego koinos bios, ou seja, vida em comum) ou vida em comunidade monástica. Esse movimento foi iniciado no século iv por Pacómio, contemporâneo de Antão, que, além de organizar mosteiros para os homens (fundou nove mosteiros), incentivou a fundação de casas semelhantes para mulheres, tendo sua irmã Maria dirigido dois desses mosteiros. Todos esses mosteiros abarcavam no conjunto vários milhares de membros, que se conheciam então como monges.

Os monges pacomianos tinham a sua existência minuciosamente regulada por prescrições escritas por Pacómio – a Regra – que passou a constituir um guia essencial da instituição monástica.

Na Ásia Menor foi o bispo de Cesareia, Basílio, o Grande, quem promoveu e organizou o monaquismo, dando-lhe um fundamento teológico, insistindo para que se tomasse como modelo o Evangelho, com ênfase no amor efectivo ao próximo.

Basílio de Cesareia redigiu uma regra para os monges, compreendendo o noviciado, os votos, a obediência rigorosa ao superior (abade) e controlo de qualquer forma exagerada de ascetismo. Esta regra impôs-se em todo o Oriente, de tal modo que actualmente ainda continua a ser seguida.

E foi, finalmente, um concílio – o Concílio de Calcedónia, em 451 – que integrou o monaquismo na organização eclesial, colocando-o sob a supervisão dos bispos.

No Ocidente, tal como no Oriente, a vida consagrada organizou-se a partir do século iv, expandindo-se o monaquismo, tanto de homens como de mulheres. O exemplo vinha do Oriente, trazido por monges como

Atanásio e Jerónimo, que faziam a propaganda da vida monástica. Em Roma existiam, cerca do ano 350, várias comunidades fundadas por mulheres da alta sociedade. Vimos já o exemplo das matronas romanas Paula e Marcela, assistidas espiritualmente por São Jerónimo. É instituída, mesmo, uma liturgia própria, de consagração das virgens ou da entrega do véu.

Agostinho, futuro bispo de Hipona, quis ser monge após a sua conversão, fundando um mosteiro na sua terra natal, Tagaste. Quando bispo, quer que o seu clero adopte as grandes linhas da vida monástica. Os sacerdotes eram escolhidos de preferência entre os monges, e era-lhes pedido que adoptassem certos aspectos da vida do monge, como o celibato. A chamada Regra de Santo Agostinho constitui um conjunto de conselhos para a vida religiosa e viria a ser tomada como norma, na Idade Média, para a vida comum entre o clero.

João Cassiano, depois de conhecer os mosteiros orientais, regressa ao Ocidente, fundando dois mosteiros em Marselha: um, destinado aos homens – o mosteiro de São Vítor; outro, destinado a mulheres – o mosteiro de São Salvador. Os seus escritos – as Instituições monásticas e as Colações – constituem uma regra em que a moderação é a primeira das virtudes monásticas.

Bento de Núrsia constitui, no século vi, o pai dos monges do Ocidente. Funda dois mosteiros: primeiro, o de Subiaco, e depois o de Montecassino. E é neste segundo mosteiro que ele compõe, no final da sua vida, a célebre Regra de São Bento, baseada numa regra anónima – a Regra do Mestre – e nos escritos de Pacómio e de Basílio de Cesareia. Este código beneditino acabou por se tornar a regra típica do monaquismo ocidental, tendo como elementos determinantes da vida monástica:

1 – Uma vida comum: nos locais de habitação, de trabalho e de oração;

2 – Uniformidade no vestuário, na alimentação, na vida ascética;

3 – Uma regra escrita, para assegurar a coesão da comunidade;

4 – A obediência aos superiores.

Até ao século xii todos os mosteiros do Ocidente se inspiraram nessa regra. O superior do mosteiro é o abade, o chefe de família e que "faz, de facto, as vezes de Cristo no mosteiro" (Benedicta Regula ou Regra de São Bento). Ele é o "abba", isto é, o Pai... Além de chefe da comunidade, a que se deve obedecer prontamente, ele é o mestre espiritual.

A vida dos monges é pobre, mas sem os exageros do monaquismo oriental, levando uma vida austera, mas moderadamente, no que diz respeito ao sono, ao vestuário, ao alimento e à oração. Os monges passam o dia

entre a oração e a liturgia, a leitura e o estudo e meditação da Sagrada Escritura.

Foi grande a influência dos mosteiros beneditinos, especialmente na sua contribuição para o nascimento da Europa, seguindo-se à derrocada do Império Romano do Ocidente.

Importância notável adquiriu o monaquismo celta, contemporâneo do beneditino. A Igreja da Irlanda, uma Irlanda evangelizada por São Patrício, adoptou uma organização monástica que melhor se adaptava ao tipo de sociedade existente na ilha, uma sociedade de clãs. Os monges celtas tornaram-se grandes missionários, levando o seu ardor apostólico até ao coração da Europa. O maior desses missionários irlandeses foi Columbano (século vi), que fundou mosteiros ao longo da sua digressão evangelizadora pelo continente europeu, sobretudo nos locais mais inóspitos, que acabaram por se tornar centros de colonização e de reconquista

cristã de regiões de onde fora varrida a fé pelas invasões bárbaras.

A Inglaterra, evangelizada por Agostinho e os seus monges beneditinos, enviados por um Papa ele também monge beneditino – Gregório Magno – tornou-se, por sua vez, missionária das regiões germânicas ainda bárbaras do continente europeu. Um monge beneditino inglês, Winfrid, foi enviado pelo Papa Gregório II em missão oficial de organização da Igreja germânica e da Igreja franca. Winfrid recebeu o nome de um mártir – Bonifácio – e começou a sua missão na Frísia, de onde passou a organizar os bispados germânicos, fundando a abadia de Fulda, que se tornaria importante foco religioso de onde irradiaram as missões germânicas. Em França procura restaurar a Igreja franca, uma Igreja devassa, onde clérigos amancebados com concubinas levavam uma vida mundana de guerreiros e de caçadores. Bonifácio acaba por ser morto em 754,

juntamente com cinquenta e dois dos seus monges, pelos frisões. Sem dúvida este monge beneditino inglês foi o grande apóstolo da Alemanha, que o considera seu padroeiro. Na altura da sua morte grande parte da Europa era já cristã graças à sua acção missionária: os Países Baixos, a Bélgica e a Alemanha Central e do Sul.

O monaquismo visigótico deu origem a várias "regras" na Hispânia visigótica católica: a regra de São Leandro, para virgens; a regra de Santo Isidoro, para o mosteiro Honorianense, na Bética; a regra de São Frutuoso de Braga, que deu origem a um movimento ascético que sobreviveu à ocupação islâmica.

Foi graças aos mosteiros e aos seus monges, nomeadamente aos beneditinos, que, num mundo em convulsão – guerras, assolações dos bárbaros, que tudo levavam na sua frente, arrasando e destruindo os antigos e venerandos centros da civilização e da

cultura – chegaram até aos nossos dias os escritos mais antigos do Cristianismo, assim como os escritos clássicos greco-romanos. Os monges copiavam e protegiam, e recopiavam e voltavam a copiar, vezes sem fim, os antigos rolos de pergaminho contendo escritos, não só cristãos, como as Sagradas Escrituras, mas também os poemas de Homero, Catulo e Horácio, as obras de Ésquilo, Sófocles e Eurípides, os relatos históricos de Tucídides e Tito Lívio, os trabalhos filosóficos de Platão, Aristóteles, etc. Essas cópias foram zelosamente conservadas e eficazmente protegidas das destruições dos povos bárbaros, que durante séculos assolaram a Europa, conseguindo que chegassem intactos até hoje. O que não teriam dado os monges beneditinos para obterem um exemplar dos milhares de manuscritos que encerravam vinte séculos de cultura existentes na biblioteca de Alexandria, mandada queimar, no século vii, pelo califa Omar, sucessor de Maomé!...

A lenta formulação dogmáticada fé cristã

Depois da tempestade das perseguições aos cristãos que se verificaram nos três primeiros séculos surgiu a bonança e, com ela, a profissão do credo cristão com plena liberdade, a ponto de verem a luz do dia múltiplas concepções que iam fermentando no interior da própria Igreja e que, repentinamente, adquiriam foros de cidadania com as novas facilidades para se exprimirem e se espalharem. Essas concepções culminaram, em muitos casos, em heresias e cismas, de que já estudámos as primeiras em capítulos anteriores. E vimos como a primeira grande heresia teve uma grande difusão no século iv, alastrando rapidamente graças à bonança que começara no ano 313. Referimo-nos ao Arianismo, nascido em Alexandria, com base na doutrina ensinada pelo sacerdote Ário e

que esteve na base da necessidade, então nascida, de se formular, com precisão, o dogma trinitário.

Ário sustentava que Jesus Cristo na realidade não era Deus, não tendo a “mesma substância” que Deus Pai, não passando de um filho adoptivo de Deus.

Esta doutrina foi condenada por Alexandre, bispo de Alexandria, para quem Jesus Cristo coexistia com Deus Pai desde toda a eternidade, sendo, portanto, igual ao Pai, Filho por natureza, gerado, não criado, com a natureza divina.

Porém, o Arianismo encontrara acolhimento muito favorável entre os intelectuais racionalistas impregnados da filosofia grega, o que explica a sua rápida difusão.

Foi necessário um concílio universal – ecuménico – para condenar a heresia de Ário: o Concílio Ecuménico de Niceia, em 325, o primeiro dos concílios universais, convocado com o consentimento do Papa

Silvestre I pelo próprio imperador Constantino. Nesse concílio foi proclamado solenemente que o Senhor Jesus era “consubstancial” ao Pai (em grego homoousios).

Mas, ao concílio condenatório da heresia ariana seguiu-se, paradoxalmente, um período filo-ariano, tendo como dirigente máximo o bispo Eusébio de Nicomédia, que alcançou uma grande influência na própria corte imperial, a ponto de o imperador Constantino acabar por ser baptizado no seu leito de morte, em 337, pelo bispo pró-ariano. Dois anos depois, Eusébio de Nicomédia tornou-se bispo de Constantinopla, sendo, assim, um ariano confesso um dos mais poderosos chefes da Igreja.

Só com a chegada ao poder do imperador Teodósio, católico niceno sincero, é que o Arianismo acabou por ser abolido.

Num concílio convocado por Teodósio, em 381 – o segundo concílio ecuménico – o Concílio Ecuménico de Constantinopla – cujo

objectivo era eliminar para sempre o Arianismo, triunfou, finalmente, a fé nicena e o dogma católico teve mais uma importante achega na sua formulação. O facto é que o Arianismo, entretanto, dera origem a uma nova heresia que negava a divindade do Espírito Santo: o Macedonianismo. Ficava, assim completa a teologia trinitária, fixada num credo: o símbolo niceno-constantinopolitano, em que a doutrina da Santíssima Trindade ficara perfeitamente definida.

No entanto, um ponto permaneceria indefinido: o das relações do Espírito Santo com o Filho. Tal indefinição deu, mais tarde, origem à questão do Filioque, que contribuiu, séculos mais tarde, para a discórdia e, finalmente, a separação entre o Oriente e o Ocidente cristãos.

Apenas cem anos depois do Concílio de Niceia, em que se havia chegado a acordo acerca da divindade de Cristo – o Filho, Jesus Cristo, era Deus verdadeiro de Deus

verdadeiro, gerado, não criado, consubstancial (homoousios) ao Pai; e cinquenta anos depois do I Concílio de Constantinopla, em que a teologia trinitária ficou completa com a definição da divindade do Espírito Santo ante a heresia que a negava, o Macedonianismo, nascia outra questão fundamental: como se conjugaram em Cristo, «perfeito Deus e perfeito homem», a divindade e a humanidade?

No século v, as duas grandes escolas teológicas do Oriente – Alexandria e Antioquia – tinham concepções opostas perante a questão cristológica.

A escola de Alexandria defendia que a natureza divina de Cristo penetrava de tal modo a natureza humana – como o fogo faz ao ferro incandescente – que se fizera uma “mistura” de naturezas, uma união interna.

Para essa escola Cristo é o Verbo (Deus) que possui um corpo.

A escola de Antioquia defendia, pelo contrário, a perfeita humanidade de Cristo: a união das duas naturezas, humana e divina, em Cristo, seria apenas externa ou moral. Mais do que de "encarnação", deveria falar-se de "inabitação" do Verbo, que "habitaria" no homem Jesus como numa tenda.

Estes pontos de vista divergentes das duas escolas teológicas tiveram os seus campeões em dois bispos: Cirilo, bispo de Alexandria, que defendia a unidade de Cristo – uma única natureza, pois na Encarnação a natureza humana tinha sido absorvida pela divina – e Nestório, bispo de Constantinopla, originário de Antioquia, que se insurgia contra a piedade popular que invocava Maria como Theotokos.

A questão cristológica atingiu o auge quando o bispo Nestório começou a pregar publicamente contra a maternidade divina de Maria. Ele negava-lhe o título de

Theotokos, atribuindo-lhe, apenas, o de Mãe de Cristo ou Christotokos.

Estas pregações incendiaram os ânimos, rebentando tumultos populares, que levaram o Patriarca de Alexandria, Cirilo, a denunciar a doutrina nestoriana ao Papa Celestino I. O Papa começou por pedir a Nestório que se retratasse, e como ele se recusou a fazê-lo, o imperador Teodósio II convocou o Concílio de Éfeso, que se realizou em 431, presidido pelo bispo de Alexandria.

Nesse concílio, Nestório é deposto, considerado herege, o que levou a que a multidão, que acompanhava do lado de fora os trabalhos do concílio, desse largas à sua alegria pelo triunfo da Theotokos.

Entretanto, a controvérsia continuou, até que, em 433, dois anos depois do Concílio de Éfeso, se chegou a uma fórmula conciliatória, por proposta de João de Antioquia: a da "união hipostática" das duas naturezas em Cristo, designando-se Maria com o título

de Theotokos, porque o Verbo de Deus se tinha feito carne e feito homem.

Nestório foi condenado, deposto e desterrado. Apesar deste acordo, no entanto, muitos bispos orientais recusaram-se a aceitar a condenação de Nestório. Nasceu então um novo movimento – o Nestorianismo – que, por circunstâncias políticas, se tornou a doutrina professada pela Igreja no Império Persa.

O zelo missionário dos nestorianos persas levou-os a evangelizar a Índia, chegando, mesmo, à China,

Após a morte do bispo de Alexandria, Cirilo, em 444, reacendeu-se a controvérsia. Escassos dez anos se tinham passado após o acordo pelo Símbolo da União, de João de Antioquia, como ficou conhecido.

Em Alexandria os teólogos refutaram a doutrina do Concílio de Éfeso, das duas naturezas, a divina e a humana, na pessoa única de Cristo. Voltam as querelas em torno

do termo physis, que em grego significa natureza. Enquanto para o latim era perfeitamente clara a distinção entre natureza (physis) e pessoa, o mesmo não acontecia com o grego. Deste modo, a utilização do termo physis em sentidos diferentes, levava a que para uns existisse uma única natureza em Jesus, para outros duas.

Assim, os teólogos alexandrinos afirmavam que em Cristo não havia mais do que uma natureza, pois na Encarnação a natureza humana tinha sido absorvida pela divina. Esta doutrina foi anunciada por um monge de Constantinopla– Eutiques – tendo ficado conhecida como o monofisismo (de monos, ou seja, uma + physis, ou seja, natureza).

O bispo de Constantinopla – o Patriarca Flaviano – convoca um sínodo que acaba por excomungar o monge Eutiques. Este apela para o bispo de Roma, o Papa Leão, e para o bispo de Alexandria, Dióscoro.

É convocado um novo concílio, que se reúne em Éfeso, em 449. O concílio decorre no meio de graves tumultos, sendo depostos Flaviano, bem como todos aqueles que afirmavam as duas naturezas. A maioria dos assistentes do concílio eram protegidos de Eutiques, entre eles o próprio bispo de Alexandria, Dióscoro, que se serviu de um bando de monges desordeiros para agitar as sessões, a ponto de impedirem os legados pontifícios de lerem a epístola dogmática do Papa dirigida a Flaviano (o Tomo a Flaviano, exposição sobre a Encarnação, em que o Papa Leão Magno afirma que Cristo possui um corpo verdadeiro, da mesma natureza que o de Sua Mãe, Maria, unindo-se as duas naturezas numa só pessoa). No fundo da questão estavam, como vimos, as palavras "natureza" e "pessoa", cuja distinção era clara no latim, mas não no grego.

Após a morte do imperador Teodósio II, apoiante e amigo de Eutiques, o novo

imperador, Marciano, pede ao Papa Leão Magno que convoque um novo concílio ecuménico.

O concílio reúne-se numa cidade que ficava em frente a Constantinopla, Calcedónia, no ano 451. Desta vez é o próprio Papa que preside. É mesmo a primeira vez que um bispo de Roma, o Papa, preside a um concílio ecuménico.

O Concílio de Calcedónia aprova de um modo unânime a doutrina cristológica contida na epístola de Leão Magno a Flaviano. O entusiasmo suscitado pela leitura do Tomo a Flaviano levou os padres conciliares a exclamarem: «Pedro falou pela boca de Leão!»29

Dióscoro é deposto e exilado. É estabelecida desde então a base da Cristologia: Cristo é uma pessoa com duas naturezas.

Condenado, o Monofisismo, longe de desaparecer, é adoptado como religião nacional no Egipto – Igreja de língua copta – e

também na Síria – Igreja de língua siríaca – e ainda a Igreja Arménia.

A “doutrina ortodoxa” (isto é, a doutrina recta) de Calcedónia é imposta pelo imperador.

E assistia-se, assim, ao primeiro cisma (rasgão) na Igreja, com a separação das Igrejas (Egipto, Síria, Arménia) perante as querelas cristológicas.

A questão cristológica só chegou ao seu termo com o III Concílio Ecuménico de Constantinopla (680-681), completando-se o Símbolo de Calcedónia (Cristo... verdadeiro Deus e verdadeiro homem... consubstancial ao Pai, segundo a divindade consubstancial a nós, segundo a humanidade... um só e mesmo Cristo... que reconhecemos existir em duas naturezas, sem confusão nem separação.. numa só pessoa ou hipóstase...) com uma profissão de fé nas duas energias e duas vontades de Cristo.

No entanto, a Igreja monofisista perdura até à actualidade no Egipto e na Etiópia.

Já próximo do fim do século iv surge um novo movimento, desencadeado por um monge bretão – Pelágio.

Esse movimento situava-se no centro de uma questão teológica levantada na Igreja do Ocidente: a questão da Graça e das suas relações com a liberdade humana e qual o papel de uma e de outra na salvação eterna do homem. Esta foi a única questão teológica importante nascida no Ocidente. As outras duas questões teológicas de grande importância – a doutrina da Santíssima Trindade e a questão cristológica – tiveram o seu nascimento e as suas disputas no Oriente.

O Pelagianismo minimizava o papel da Graça e maximizava a capacidade da natureza humana para o bem.

Para Pelágio, o pecado original de Adão e Eva não seria transmitido à sua

descendência, de tal modo que, se o homem nascia sem pecado, o seu livre arbítrio levá-lo-ia a escolher se seguia ou não o caminho oferecido por Cristo. Desse modo não teria necessidade da Graça de Deus e, portanto, da salvação, porquanto o homem podia atingir a perfeição moral pelos seus próprios esforços. Tudo o que o homem precisava como orientação moral estava contido na Sagrada Escritura. A escolha seria sua: ou seguia a doutrina moral do Antigo Testamento ou dos Evangelhos, ou recusava-a e dispunha-se a enfrentar os terrores do Juízo Final.

O grande adversário do Pelagianismo foi o bispo de Hipona, Santo Agostinho, com uma contribuição decisiva para a formulação da doutrina católica da Graça.

Argumentava Santo Agostinho: «O homem que tem medo de pecar por causa do fogo do inferno não tem medo de pecar, mas de ser queimado.»30

E foi o trabalho árduo de Santo Agostinho contra o Pelagianismo que levou à convocação de dois sínodos em África, que acabaram por condenar as ideias de Pelágio, que foi, finalmente, excomungado pelo Papa Inocêncio I, em 417.

No entanto, o erro persistiu, mas foi novamente condenado um ano depois. O problema do livre arbítrio e da Graça ficou como que em banho-maria, para voltar a aquecer muito mais violentamente alguns séculos mais tarde, com Martinho Lutero e João Calvino.

Vimos como a formulação dogmática da fé cristã se foi fazendo no meio de questões levantadas por heresias que foram aparecendo nos primeiros séculos, levando algumas a cismas ou cisões no seio da Igreja. Essa formulação fez-se à volta de alguns temas fundamentais: o da Santíssima Trindade, o mistério de Cristo e o problema da Graça.

As autênticas batalhas teológicas que se travaram, fora e dentro de concílios ecuménicos, tiveram os seus campeões e terríveis adversários. Entre os primeiros destacamos os nomes de Santo Atanásio, primeiro, diácono no Concílio de Niceia e, depois, bispo de Alexandria; os Padres Capadócios – os irmãos Basílio de Cesareia e Gregório de Nisa, e o amigo de ambos, Gregório de Nazianzo; São Cirilo, bispo de Alexandria, campeão da doutrina cristológica contra Nestório; o Papa Leão Magno, que contribuiu decisivamente para a formulação do dogma cristológico com o seu famoso Tomo a Flaviano, aclamado pelos padres do Concílio de Calcedónia («Pedro falou pela boca de Leão!»); Santo Agostinho, de Hipona, que contribuiu decisivamente para a formulação da doutrina católica da Graça.

A progressão da evangelização:a evangelizaçãodos povos bárbaros

Com a morte de Teodósio, o Grande, em 393, o Império Romano separa-se definitivamente em duas partes, cada uma delas regida por um dos seus filhos: o mais velho, Arcádio, fica a reinar sobre o Oriente; o mais novo, Honório, herda o Ocidente.

O grande Império Romano, laboriosamente construído pedra a pedra nos dois primeiros séculos da era cristã, acabara, ao fim de mais dois séculos, em finais do século iv, dividido em dois: o Império Romano do Oriente e o Império Romano do Ocidente.

A primitiva capital do Império – Roma – tinha vindo a perder o seu esplendor inicial a favor da nova capital dos imperadores romanos, sua residência oficial – Constantinopla –, grande centro do Cristianismo. E enquanto o Império do Oriente, com a capital

em Constantinopla, sobrevive por um milénio, entre o século v e o século xvi, embora vendo o seu território tornar-se cada vez mais exíguo sob os golpes dos povos que o rodeavam, o Império do Ocidente desaparece ao longo do século v sob os ataques dos povos bárbaros, miscelânea de povos assim designados por não serem gregos, nem romanos (do grego barbaros, ou seja, estrangeiro; o grego barbaros era uma palavra onomatopaica que representava o falar ininteligível dos estrangeiros): tribos germânicas fugindo na frente dos terríveis Hunos vindos das estepes asiáticas transpunham as duas fronteiras leste do Império, constituídas, a norte, pelo rio Reno, e, a sul, pelo rio Danúbio. Ao longo dessas fronteiras sediavam-se os Visigodos, os Ostrogodos, os Alamanos, os Vândalos, os Francos, etc.

Já desde o século ii que irrompiam em solo romano vagas sucessivas de bárbaros vindas do Norte da Europa: Vândalos,

Alanos, Visigodos, Ostrogodos, entre outras. Cada um destes povos é empurrado para oeste e para sul por um outro povo em migração. E, assim, os bárbaros acabaram desde muito cedo por se instalar no Império, autorizados pelo próprio poder romano. Foi deste modo que os Visigodos, que ocupavam as terras além-Danúbio, na fronteira da Dácia e da Trácia, pressionados pelos Hunos, solicitaram autorização, em 377, ao imperador Valente, um imperador cristão, mas ariano, para atravessarem o rio e se estabelecerem em terreno do Império. O imperador concedeu que se instalassem na Trácia, desde que reconhecessem a sua autoridade e vivessem de acordo com as leis romanas, exigências que os Visigodos se prontificaram a cumprir. Mas, logo no ano seguinte, em 378, é derrotado e morto pelos invasores bárbaros, a quem dera a mão na desastrosa batalha do Andrinopla, após o que os Visigodos se instalaram em todos os Balcãs.

Entretanto, o imperador ariano já tinha enviado missionários arianos para cristianizar os Godos. Entre esses missionários destacou-se Úlfilas (ou Wulfila, "pequeno lobo"), um cristão da Capadócia, que, para tornar acessível aos Godos a doutrina cristã, compôs um alfabeto gótico, que substituiu os caracteres rúnicos germânicos e traduziu a Bíblia para a nova língua convertida, passível agora de ser escrita ao contrário da língua germânica primitiva.

O povo Visigodo estava completamente cristianizado mesmo antes de terminar o século iv. Cristianizado, mas arianizado. E, tal como os Visigodos, foram também evangelizados no Arianismo os Ostrogodos, os Burgúndios, os Suevos e os Vândalos, tornando-se, assim, para os povos Godos o Arianismo a sua religião nacional, em contraste com as populações românicas, que eram católicas.

Entre os povos germânicos, apenas os Francos e uma parte dos Lombardos, povos do Norte, não foram cristianizados.

Estes povos arianizados tiveram diferentes itinerários religiosos. Assim, Suevos, Burgúndios e Visigodos acabaram por se converter ao catolicismo no século seguinte, século vi. Os Ostrogodos e os Vândalos permaneceram arianos até à sua extinção, no mesmo século vi.

Era de tal maneira a fixação de povos germânicos em solo romano, e já desde há bastante tempo, que os próprios Visigodos forneciam recrutas para o exército romano, de tal modo que o imperador Graciano dispunha de um corpo de tropas germânicas. E, quando Honório, filho de Teodósio, o Grande, ficou com o Império Romano do Ocidente, tinha como comandante das suas tropas um Vândalo, o general Estilicão, que consegue conter durante algum tempo as investidas de Alarico, rei dos Visigodos.

Mas Alarico acaba por se apoderar de Roma em 410, pondo a cidade a saque: os Visigodos pilharam, mataram e incendiaram à vontade, poupando, no entanto, várias igrejas... porque, cristãos arianos como eram, respeitavam as instituições cristãs.

A repercussão desta notícia no mundo foi tremenda, a ponto de os pagãos acusarem os cristãos de serem os responsáveis por tal catástrofe, de tal modo que os deuses pagãos tradicionais da Roma antiga os castigavam assim... Santo Agostinho respondeu-lhes, escrevendo A Cidade de Deus, tratado ao mesmo tempo de Teologia, de História e de Apologética, em que o autor contrapunha a «cidade do homem», produto efémero, e a «cidade eterna», que era o Reino de Deus. Para Santo Agostinho, os pagãos, em vez de culparem os cristãos, deveriam era culpar a sua falta de fé...

Já não havia nada que contivesse as hordas bárbaras e o horror e o medo apossou-se de todos no Ocidente, no século v.

Na mesma altura das investidas dos Visigodos (os Godos do Oeste, em contraposição aos Ostrogodos, ou Godos do Leste), que irromperam na Itália logo desde o princípio do século, os Vândalos, povos germânicos oriundos da Escandinávia, atravessavam o Reno e pilhavam a Gália, acabando por se estabelecer na Hispânia. Por sua vez, os Visigodos, em 416, invadiram a Hispânia, empurrando na sua frente os Vândalos e outros povos germânicos que também ocupavam o território hispânico: os Suevos e os Alanos. Assim, esses povos fugiram para o Sul de Espanha, chegando esses territórios a ser conhecidos como a "Vandaluzia" (actual Andaluzia). Daí, os Vândalos, comandados por Genserico, passaram para o Norte de África, que conquistaram em 430, enquanto Santo Agostinho agonizava em Hipona. Em 439

caiu Cartago, de que os Vândalos fizeram a sua capital e ponto de partida para as suas sortidas guerreiras, em que se entregavam a pilhagens sistemáticas: tornavam-se, assim, os primeiros piratas do Mediterrâneo. Apoderam-se, em seguida, das ilhas Baleares, da Córsega, da Sardenha e da Sicília, acabando, mesmo, por chegar a Roma em 455, que, claro, pilharam, saqueando a cidade durante duas semanas. Um grande Papa, Leão I (que ficou na História como São Leão Magno) foi ao encontro de Genserico, entrando em negociações, conseguindo a promessa de que a cidade não fosse incendiada e a população seria respeitada. Genserico levou grandes riquezas e troféus para a sua capital, Cartago, permanecendo aí oitenta anos até à conquista do reino Vândalo por Belisário, general do imperador romano do Oriente, Justiniano I.

Os Vândalos caracterizavam-se pela sua vocação de pirataria, a sua crueldade e pela sua intransigência religiosa: cristãos, mas arianos, assim se conservaram até ao fim, perseguindo e massacrando as outras populações cristãs não arianas, católicas que encontravam no caminho das suas conquistas. Todas estas características acabaram por forjar novas palavras no léxico latino: “vandalismo”, “vandalizar”, “vândalo”, significando respectivamente o acto de produzir estragos ou destruição de monumentos ou quaisquer bens públicos ou particulares, com o propósito de determinar a sua ruína; o estragar ou destruir de modo selvagem bens, propriedades, locais, etc., danificando, arrasando, arruinando, actos praticados frequentemente em bandos, com a finalidade de causar prejuízos; aquele que estraga ou destrói bens públicos, coisas belas, valiosas ou históricas, etc., trazendo prejuízo à civilização, à arte, à cultura...

Mas todos esses povos germânicos, instalados pacificamente nas bordas do Império Romano desde o século ii, irrompiam, no século v, fugindo precipitadamente dos Hunos, tribo asiática liderada por Átila, que atravessou o Danúbio e os Alpes, chegando a Itália.

Os Hunos agiam pelo terror que despertavam, atacando tudo o que se lhe atravessasse no caminho. No entanto, não estavam interessados em conquistar o Império Romano, mas sim em enfraquecer o poder romano através de negociações em que impunham o pagamento de tributos avultadíssimos.

Os Hunos haviam forçado o caminho para a Gália, sendo parados, em 451, por um general romano, Aécio, que, com a ajuda do rei dos Visigodos, Teodorico I, reúne um exército composto de romanos, francos, alanos, visigodos e burgúndios, coligação que consegue fazer recuar Átila, que acaba por ser

derrotado numa batalha particularmente sangrenta – dos Campos Catalúnicos – recuando precipitadamente para além do Reno.

Porém, no ano seguinte, Átila vira-se para a Itália, levando tudo à sua frente a caminho de Roma, onde, inclusivamente, se refugiara o imperador Valentiniano III. E Átila só não se apoderou de Roma graças à corajosa acção de um grande Papa, Leão I – o nosso Leão Magno, outra vez – que viajou 320 quilómetros no dorso de um cavalo para se encontrar com ele, em Mântua, persuadindo o rei dos Hunos a abandonar a Itália. Certamente que o vultuoso tributo levado pelo Papa foi decisivo, mas não foi difícil dissuadir Átila de atacar Roma uma vez que as suas tropas se encontravam desgastadas pelos sucessivos recontros e começavam a ser dizimadas pela peste e pela fome. E, assim, os Hunos acabaram por se retirar para as planícies russas.

A ameaça dos Hunos trouxera um período de paz entre Romanos e Godos, que se aliaram para conter as hordas mongóis. Mas, acabado o perigo mongol, as tribos germânicas estavam agora livres para agir, partindo para o assalto em grande escala do Império Romano do Ocidente.

Em 455 morreu o imperador Valentiniano III, neto de Teodósio. Era o princípio do fim do Império Romano do Ocidente, com Roma saqueada por Genserico.

Até 475, ou seja durante vinte anos, houve nove imperadores, todos eles fracos, acabando o poder imperial por ser usurpado por um general romano, que maquinou a nomeação daquele que viria a ser o último imperador do Ocidente: Rómulo Augustulo, rapaz imberbe de doze anos, que acabou por ser destronado por um bárbaro, Odoacro, chefe dos mercenários instalados na Itália, que, no entanto, nunca foi reconhecido como rei nem imperador.

Com a instalação dos Ostrogodos na Itália, a partir de 481, a ocupação do Sul da Gália e da Hispânia pelos Visigodos, e o império mediterrânico dos Vândalos, compreendendo o Norte de África e as ilhas mediterrânicas, os Germanos são senhores do Ocidente, enquanto no Oriente o império não só se mantinha como se lançava, no século seguinte, numa tentativa de reconquista dos territórios ocupados pelos bárbaros.

Aquilo que tinha sido uma lenta instalação pacífica dos povos germânicos em solo romano, a partir do século ii, com assimilação dos costumes e aceitação das leis romanas, transformou-se, em finais do século iv, em vagas assoladoras sucessivas de invasão e conquista, aterrorizados esses mesmos povos germânicos, fugindo na frente dos Hunos, povos nómadas originários da Ásia, que irromperam na Europa Ocidental, onde a sua selvajaria e crueldade semeavam o terror por

todo o lado. No século v, o seu chefe, Átila, tinha uma reputação de ferocidade tal que era conhecido por um terrível cognome: o de Flagelo de Deus.

Estas invasões bárbaras trouxeram, no entanto, um bem: o de pôr em contacto com a Igreja um novo mundo de etnia e cultura diversas da romana. Germanos e eslavos, que desceram da Escandinávia em direcção ao sul, foram sendo evangelizados a partir do século iv.

O quadro territorial era o mesmo: o Império Romano. Porém, a geografia po-lítica era agora outra. Uma nova oportunidade de evangelização surgia com oaparecimento das novas populações que se deslocavam, normalmente com todos os seus rebanhos e as famílias, em carroças em que transportavam todos os seus bens. Deslocação necessariamente lenta, portanto, criando múltiplas ocasiões de contacto com os "missionários" cristãos.

No meio da “barbárie” que se ia instalando, saqueando, pilhando, queimando, matando, muitas vezes uma única instituição organizada permanecia de pé: a Igreja. Onde não chegasse já a administração imperial, os bispos tinham de enfrentar essa situação, passando a administradores dos bens das suas comunidades, entrando em contacto com os bárbaros que se estabeleciam nas suas Igrejas particulares, evangelizando, protegendo e alimentando os pobres, as grandes vítimas em tais situações.

Era um facto que muitos dos povos germânicos invasores já tinham antes abraçado o Cristianismo, mas um Cristianismo herético: o Arianismo. No entanto, de uma maneira geral eram tolerantes com os católicos autóctones, salvo a terrível excepção dos Vândalos, que perseguiram cruelmente os católicos nos territórios que ocuparam no Norte de África.

Esta situação suscitou, mesmo, a um sacerdote de Braga, Cerósio, discípulo de Santo Agostinho, um "desabafo", ao constatar as conversões dos bárbaros ao Cristianismo:

> As Igrejas de Cristo cheias de Hunos, de Suevos, de Vândalos, de Burgúndios e muitas outras multidões de crentes [...] deviam [levar-nos] a louvar e celebrar a misericórdia de Deus porque tantas nações, mesmo à custa da nossa ruína, chegaram ao conhecimento da verdade que com certeza nunca teriam podido conhecer doutra maneira.[31]

Século terrível, este século v, em que se notabilizou, como já vimos, uma figura extraordinária da Igreja: a do Papa Leão I (Papa São Leão Magno), que sempre se ergueu, quando necessário, face aos mais temidos chefes dos bárbaros: em 452, ao chefe dos Hunos, Átila, e três anos depois saiu ao encontro do vândalo Genserico, que invadira a Itália pelo sul, a partir do Norte de África. Foi este Papa também que, em 451, dirigiu uma epístola dogmática ao Patriarca

de Constantinopla – o Tomo a Flaviano – que, em pleno Concílio de Calcedónia, levou à adesão unânime dos padres conciliares à doutrina cristológica nela contida, condenando a heresia monofisista.

Muitos outros homens da Igreja se notabilizaram nesta época de “barbárie”: temos, assim, um Hilário de Arles, na Gália do sul; um Sidónio Apolinário, bispo de Clermont; Pedro Crisólogo, em Ravena; Leandro e Isidoro, irmãos, em Sevilha; Martinho de Dume, Braga, fundador da Igreja portuguesa; o primaz dos burgúndios, Avito de Vienne.

Entre os povos germânicos havia um povo que permanecia pagão no meio dos vários reinos germânicos formados na Europa Ocidental que já tinham abraçado, há muito, um Cristianismo herético.

Esse povo era o povo franco. Os Francos estenderam-se pelo norte da Gália, acabando por constituir o seu próprio reino à custa dos

territórios conquistados em luta com os Visigodos e com os Burgúndios. O jovem rei dos Francos, Clóvis, converteu-se directamente ao Cristianismo católico, sem passar pelo Arianismo dos restantes povos germânicos: no Natal de um dos anos perto do final do século v (496? 500?), Clóvis, casado com a católica Clotilde, faz-se baptizar, juntamente com numerosos companheiros (três mil), por Remígio, bispo de Reims. Passara a haver, desde então, mais um rei católico num mundo rodeado de bárbaros arianos: esse rei era o rei dos Francos, Clóvis; o outro rei católico era o imperador romano do Ocidente. Para os povos católicos dos territórios do antigo Império Romano do Ocidente, Clóvis, único rei bárbaro católico, tor-nou-se o protector natural da religião cristã católica, chegando ao ponto de intervir nos assuntos do clero, convocando o primeiro Concílio da Gália, em Orleães.

Os Suevos arianos da Ibéria já se haviam convertido ao catolicismo em 450, ao passo que os Visigodos da mesma Ibéria só se converteriam em 586 com o seu rei, Recaredo.

Em Itália reina o rei dos Visigodos, Teodorico, que era ariano, mas mantinha relações cordiais com o papado romano, relações que azedaram com as medidas tomadas contra os arianos pelo imperador romano do Oriente, Justino. Tendo obrigado o Papa João I a ir a Constantinopla para interceder a favor dos arianos, o Papa nada conseguiu, pelo que, no seu regresso a Roma foi mandado encarcerar por Teodorico, acabando por morrer na prisão.

Os sucessores de Teodorico foram incapazes de se oporem à reconquista da Itália pelo então imperador do Oriente, Justiniano. Precedendo a conquista da Itália, o reino vândalo do Norte de África não resistiu ao ataque do general Belisário, que se virou, em seguida, para a Europa, começando por

desembarcar na Sicília e passando daí à península itálica, conquistando sucessivamente Nápoles e Roma, que se entregaram praticamente sem luta.

A Itália acabou por se converter numa província do Império Romano do Oriente, tendo os bárbaros sido completamente aniquilados.

Papas sucessivos são severamente maltratados pelos bizantinos: primeiro, o Papa Silvério, que não cedeu à exigência de se fazerem concessões aos monofisistas, sendo, por esse motivo, desterrado, maltratado e desrespeitado, morrendo de fome ao fim de pouco tempo; o novo Papa, Vigílio, é também mandado prender por Justiniano por não ceder às exigências bizantinas.

A dominação bizantina tornou-se insuportável para os romanos da península, abrindo caminho a uma outra invasão de povos germânicos: os Lombardos, que

fundaram um reino no norte da Itália com a capital em Pavia.

Entretanto, as devastações da Guerra Gótica, como ficou conhecida a guerra de vinte anos empreendida por Justiniano para conquistar a Itália, as inundações que destruíram as searas, trazendo a fome, os surtos de peste, as razias dos Lombardos, que chegaram a ameaçar Roma, trouxeram o caos, havendo a necessi-dade desesperada de se encontrar um líder capaz de restaurar a ordem civil.

No Ocidente só havia uma instituição que era praticamente a única fonte de ordem: a Igreja. Pois foi à Igreja que o povo foi buscar o seu salvador: um monge, Gregório, eleito por unanimidade Papa após a morte do Papa Pelá-gio II, em 590.

Gregório, nascido de uma família nobre romana, a família dos Anícios, iniciara a sua carreira como prefeito de Roma. Quando os

Lombardos sitiaram a cidade, Gregório organizou a defesa de Roma.

Ao fim de poucos anos, em 574, Gregório, que ansiava por uma vida contemplativa e ascética de monge, desfaz-se da maior parte da sua herança e, nas herdades da sua família, na Sicília, funda seis mosteiros e mais um sétimo em Roma. Retira-se, então, da vida civil, instalando-se no Mosteiro de Santo André, que fundara na própria mansão em que residia, em Roma.

Eleito Papa por unanimidade, Gregório foi o primeiro monge elevado às altas funções da chefia da Igreja universal. O novo bispo de Roma pôs-se imediatamente a ajudar os famintos e os doentes, ao mesmo tempo que reorganizava as propriedades papais, de cujos rendimentos saíam os salários do clero, bem como a manutenção das igrejas e o sustento das obras de caridade. E a efi-ciência de tal reorganização foi tal que essas

propriedades forneciam alimentos a uma grande parte da Itália faminta.

Gregório tomou em suas mãos as funções civis, especialmente as que se relacionavam com a educação e a assistência. E como não chegava auxílio de Constantinopla para a defesa de Roma, sitiada pelos Lombardos, ele substi-tuiu-se ao fraco exarca e tratou directamente com os bárbaros, dos quais se livrou depois de hábeis negociações e da entrega de uma substancial soma de dinheiro, conseguindo estabelecer com eles uma trégua de trinta anos.

Quanto aos assuntos espirituais, Gregório, apesar da sua saúde débil, nunca deixou de praticar os hábitos do monge, continuando a jejuar e a fazer vigílias nocturnas de oração. Empreendeu uma série de reformas que se impunham: do clero, da liturgia da Missa, da assistência aos pobres e aos doentes. Para orientação dos futuros bispos escreveu um manual – a Regra Pastoral –, escrevendo

também muitas obras destinadas ao cristão vulgar, geralmente não instruído: as Homilias, sem a densidade teológica de um Santo Agostinho ou de um São Jerónimo, num estilo claro, acessível ao povo simples. Este estilo serviu de modelo durante toda a Idade Média. Criou, também, uma escola de canto – a Schola cantorum – que inovou a música religiosa, de que o Canto Gregoriano é exemplo, continuando a ouvir-se ainda hoje em todas as igrejas católicas do mundo.

Preocupado com os milhões de bárbaros que constituíam as tribos germânicas do Norte da Europa, que ainda se conservavam pagãs ou então convertidas à heresia ariana, Gregório impulsionou a evangelização desses povos. Empreendeu também a conversão da antiga Britânia romana, em que o Cristianismo se vira banido pelas invasões dos bárbaros anglo-saxões pagãos. Para tanto enviou--lhes quarenta monges do seu antigo mosteiro de Santo André, em Roma, sendo

um deles o chefe da missão: Agostinho, o abade do mosteiro. Os monges romanos desembarcaram na Britânia em 597, empreendendo uma evangelização tão bem sucedida que o Papa nomeou Agostinho bispo de Cantuária, enviando--lhe mais monges romanos para o ajudarem.

Mas não foram só os anglo-saxões os beneficiados das preocupações missionárias do Papa Gregório. Convencido de que não podia contar com qualquer apoio vindo do imperador do Oriente, o Papa teve o bom senso de procurar fazer aliados entre os bárbaros que constituíam uma ameaça constante à Igreja. E, para Gregório, o modo para fazer deste povo um aliado seria através de uma conversão ao Cristianismo, pelo que formou um autêntico exército de monges que enviou para converter e ensinar esses povos pagãos. Assim se voltou para os Francos e para os Lombardos, povos que foi preparando pacientemente para a conversão.

O Papa Gregório escreveu centenas de cartas, tendo chegado até nós 854. Nessas cartas escrevia ora instruções minuciosas a um novo clérigo sobre o modo de poupar os recursos da Igreja, evitando-se o desperdício, ora para a Sicília, pedindo cereais para Roma, ora combatendo os leigos corruptos que delapidavam os bens da Igreja, etc. Mas assinava sempre: Servo dos servos de Deus (Servus servorum Dei).

Em 604 morreu o primeiro monge que chegou a ser Papa, São Gregório, como ficou conhecido depois de elevado aos altares pela Igreja, com o sobrenome de "Grande": São Gregório Magno. Um epitáfio de autor desconhecido no seu túmulo chama-lhe Cônsul de Deus: bispo de grandes capacidades práticas, que em tempo de guerra e de peste se substitui naturalmente ao exarca bizantino, assumindo a responsabilidade das finanças e do bem-estar do povo, a quem alimentou com as produções dos latifúndios

papais de Itália e da Sicília, do Norte de África, da Gália e da Dalmácia, que tão bem reorganizou, conseguindo aumentar o seu rendimento.

São Gregório Magno é considerado o quarto dos doutores da Igreja, ao lado e no mesmo plano que Ambrósio, Jerónimo e Agostinho, tendo tido uma influência considerável na Idade Média: com ele é inaugurada uma Igreja medieval, tendo sido lançados os fundamentos da unidade espiritual e cultural de uma Europa do Norte, do Sul e do Oeste. A Idade Média vê em São Gregório um Papa exemplar, a ponto de o próprio Martinho Lutero o considerar o último bispo da Igreja de Roma.

Enquanto os povos germânicos partidos da Escandinávia migraram principalmente para o Ocidente, outros povos bárbaros, os Eslavos, cujas tribos ocupavam os territórios entre a cordilheira dos Cárpatos, na Europa Central, e o rio Dniepre, que atravessa de

norte a sul as planícies que correspondem actualmente à Bielorússia e à Ucrânia, avançaram até ao mar Báltico e, para sul, até ao mar Adriático, aos Balcãs e à Grécia, causando grandes perturbações à Igreja. Mas foram-se convertendo, pouco a pouco, entre os séculos iv e o vii, ao Cristianismo, competindo entre si Roma e Bizâncio na sua evangelização.

A conversão de tais povos coincidiu com o baptismo do seu príncipe, tal como já se havia dado no caso dos Francos, com a conversão do seu rei, Clóvis. Mas a evangelização propriamente dita, culminando na conversão desses povos, essa, embora catalizada pela conversão do seu príncipe, levava por vezes séculos.

Roma e Bizâncio competiram entre si na evangelização desses povos, dando--se, em muitos casos, choques inevitáveis. É o caso, por exemplo, dos Búlgaros, que em 864 se converteram após o baptismo do seu czar,

Bóris. Este príncipe jogou com a competição entre Roma e Bizâncio, mas a Bulgária acabou por ser atribuída ao Patriarcado de Constantinopla, não obstante os veementes protestos de Roma.

Dois irmãos, Metódio e Constantino, originários de Tessalónica, cidade grega rodeada de eslavos, conhecedores da língua eslava desde a infância, foram enviados em missão pelo Patriarca de Constantinopla, Fócio, em 863, tendo obtido grandes êxitos no meio dos eslavos, pois celebravam a liturgia na língua eslava, de que não havia, ainda, registo escrito. Constantino inventou o alfabeto eslavo, a primeira escrita eslava, traduzindo-se os evangelhos e os textos litúrgicos para essa língua. E os dois irmãos fundaram, na Morávia e na Panónia (actual Hungria), uma missão de liturgia eslava, sendo a sua actividade apostólica solenemente confirmada pelo Papa. Os dois irmãos, Metódio e Constantino (agora Cirilo,

novo nome que adoptara depois de professar em Roma), viram-se perseguidos pelos bispos bávaros e francos orientais, e os seus sucessores foram mesmo expulsos da Morávia, encontrando refúgio na Bulgária recentemente convertida, onde o alfabeto eslavo foi adoptado sob uma forma mais simplificada, o alfabeto cirílico.

À conversão dos Búlgaros seguiu-se a cristianização dos Sérvios, conduzida por Bizâncio. E, na mesma época, deu-se a cristianização dos Romenos que, não obstante a sua língua latina, viram a sua Igreja adoptar o alfabeto eslavo na liturgia.

Enquanto a Igreja búlgara e a Igreja sérvia ficaram ligadas a Bizâncio, outros eslavos orientaram-se para a Igreja católica romana. Foi o caso dos Húngaros, cujo rei, Estêvão I, o Santo, se fez coroar rei com uma coroa enviada, em 1001, pelo Papa Silvestre II. Foi o caso, também, dos Boémios, com a conversão do seu príncipe, São Venceslau, e a dos

Polacos, que aderiram ao Cristianismo com o seu príncipe, o duque Mieszko. Os Croatas e os Eslovenos, eslavos do sul, foram também cristianizados e, com o seu rei, Tomislav, colocaram-se na esfera de influência de Roma. Todos estes povos eslavos, ao converterem-se, adoptaram o alfabeto latino e a língua latina na liturgia.

As tribos eslavas orientais formavam o reino de Kiev, assistindo-se ao baptismo em massa da sua população nas águas do rio Dniepre, após a conversão e baptismo do seu príncipe, Wladimir, adoptando a língua litúrgica e literária eslava e submetendo-se à autoridade do Patriarca de Constantinopla.

A cristianização da Europa completou-se com a conversão, entre os séculos ix e xi, dos povos escandinavos e dos países bálticos. As primeiras tentativas missionárias do século ix foram goradas pelos Normandos ou Vikings, navegadores que assolavam as costas da Europa em rápidas incursões,

contribuindo para a anarquia trazida pelas incursões islâmicas a sul. Só com a fixação desses povos nas ilhas Britânicas e no continente europeu, na Normandia francesa, se foi conseguindo a sua cristianização a partir de um clero autóctone, que mostrou ser o mais adequado para fazer a evangelização de um povo fortemente paganizado e violentamente anticristão.

Enquanto a Europa se ia evangelizando para Norte e para Leste, na contra-corrente das invasões dos bárbaros, uma outra invasão se dava a Sul, desde o Atlântico até ao Próximo Oriente: a invasão islâmica.

No século viii (711), os muçulmanos, depois de se terem apoderado da maior parte do Oriente cristão, bem como do Norte de África, atravessaram o estreito de Gibraltar, conquistando rapidamente a Espanha visigótica, penetrando, em seguida, através dos Pirenéus, no sul de França, onde foram

contidos, em 732, em Poitiers, pelas forças cristãs comandadas por Carlos Martel.

A partir de Cartago a ofensiva islâmica ameaçou a Sicília e Roma, em 846, já muito depois de ter ocupado, no século vii, todo o Norte de África, a Palestina, a Síria e a Pérsia. As mais antigas igrejas cristãs do Oriente e do Norte de África foram declinando, mantendo-se, actualmente, raros exemplos: a copta, do Egipto, e a maronita, do Líbano.

A geografia religiosa viu redesenhados os seus mapas nesses séculos conturbados de invasões. Roma já não estava no centro da cristandade: esse centro deslocara-se para norte. Nascera um novo império cristão, este germânico, que pretendia ser o herdeiro do Império Romano do Ocidente: o império de Carlos Magno. O mundo cristão divide-se entre um império oriental grego – Bizâncio – e um império ocidental latino.

Alta Idade Média:nova geografia políticae religiosa da Europa

Nos séculos que se seguiram às invasões, com o aparecimento dos novos reinos bárbaros, a Igreja enfrentou tempos muito difíceis face a uma decadência que se manifestava principalmente na brutalidade e rudeza dos costumes, numa falta de cultura e analfabetismo crescentes, desembocando num Cristianismo poluído por um paganismo supersticioso.

Ao contrário do século iv, em que a cristianização da sociedade foi muito rápida nas cidades logo que a Igreja se viu livre para evangelizar, celebrar o culto e criar instituições de caridade, ao passo que os campos permaneciam pagãos, agarrados a tradições idolátricas e ritos que, supostamente, assegurariam a fecundidade das terras e do gado, nos séculos conturbados que se seguiram às

invasões bárbaras, em que a vida urbana quase desapareceu ao mesmo tempo que o comércio, o Cristianismo tornou-se praticamente uma religião camponesa popular, multiplicando-se as paróquias rurais, onde o culto dos santos e das suas relíquias adquiriram um fervor renovado.

A evangelização continuava com redobrado ardor desde que os monges a tomaram a seu cargo, perante sacerdotes e bispos que só desacreditavam a sua fé com a vida debochada que levavam. Vimos já como os monges irlandeses no século vi se tornaram missionários, levando o seu ardor apostólico até ao coração de uma Europa que em muitas das suas regiões fora varrida a fé cristã pelas invasões bárbaras. Vimos, também, como monges seus contemporâneos, os beneditinos, exerceram uma grande influência através dos seus mosteiros, especialmente na sua contribuição para o

nascimento da Europa, seguindo-se à derrocada do Império Romano do Ocidente.

No século viii assiste-se a uma profunda modificação na geografia política e religiosa da Europa. O Império Romano do Oriente – o Império Bizantino, como já era mais comummente conhecido embora possuindo, ainda, bastantes territórios em Itália –, foi-se afastando gradualmente do Ocidente, que durante séculos protegeu das incursões bárbaras. Essa protecção foi-se tornando cada vez mais fraca à medida que o Império se via ameaçado por uma nova invasão: a do Islão. E, assim, a Igreja do Ocidente, isolada do Oriente e ameaçada pelos invasores lombardos, vê-se obrigada a voltar-se para o único reino ocidental capaz de a proteger: o reino dos Francos, cujos reis merovíngios (dinastia iniciada com Meroveu) são cristãos desde a conversão, no século v, do seu antepassado, o jovem rei dos francos Clóvis,

considerado na sua época como o primeiro e único soberano bárbaro católico.

A expansão islâmica levara à perda dos Patriarcados de Antioquia, Alexandria e Jerusalém, levando muitos cristãos a fugirem diante dos árabes, buscando a sua protecção em Constantinopla, à volta da qual se iam instalando. Entre esses refugiados havia muitos monges e clérigos que levavam consigo a riqueza dos seus mosteiros e igrejas, e uma riqueza ainda maior constituída pelo tesouro dos conhecimentos que possuíam. Constantinopla foi a grande beneficiada, tornando-se o seu Patriarca o chefe natural da Igreja do Oriente, rivalizando em poder com o bispo de Roma, o Papa.

No século vi, o reino franco adquiriu um estatuto que durou dois séculos: o de principal potência da Europa Ocidental e Central, aliada do Império Bizantino contra os Ostrogodos e, depois, contra os Lombardos.

Em 511, Clóvis era o senhor de um vasto reino, que se estendia desde o vale do Reno até aos Pirenéus, instalando-se em Paris, de que faz a sua capital. Aí mandara construir uma basílica, a dos Santos Apóstolos, sobre o túmulo de Santa Genoveva. Nessa mesma basílica foi sepultado no ano de 511.

Clóvis construíra a sua autoridade com base na conservação das estruturas romanas e na colaboração com a Igreja. Conquistador do reino que governa, considera-o como sua propriedade pessoal, dispondo dele a favor dos seus quatros filhos, que partilharão a herança respeitando os seus antigos limites políticos.

Entretanto, o reino foi sendo dilacerado pelas querelas entre os filhos de Clóvis. Foi reunificado por Clotário I, em 558, para ser novamente dividido, em 561, entre os seus quatro filhos...

As diversas partes do reino foram adquirindo particularidades próprias ao longo

de vários anos de conflitos entre os herdeiros da coroa franca: a Nêustria (Noroeste da Gália), a Borgonha, a Austrásia (França Oriental) e a Aquitânia. O rei da Austrásia, Dagoberto, instala-se em Metz, de que faz a sua capital, e acaba por se apoderar da Borgonha, da Nêustria e da Aquitânia. No local do suplício de São Dinis, em Paris, Dagoberto, o último rei merovíngio a conservar sob a sua autoridade a totalidade do reino franco, manda construir uma abadia na qual virá a ser sepultado.

A realeza franca, uma realeza hereditária e patrimonial, considera o reino como um bem pessoal por direito de conquista. Respeita, no entanto, Roma, mantendo em funcionamento as instituições romanas, e rodeando-se de um pessoal administrador competente, em que sobressaem os prefeitos dos palácios reais detentores do poder.

Estes prefeitos do palácio, inicialmente simples intendentes da casa real, uma

espécie de chefes da criadagem do serviço da corte, eram também encarregados da gestão do fisco e das propriedades reais, tornando-se, a pouco e pouco, os chefes incontestados do Governo, assumindo um papel político cada vez mais importante durante o reinado dos últimos reis merovíngios, em que os conflitos que dividiam as aristocracias dos vários Estados francos os transformavam em autênticos “reis-fantoches”, sem poder nem fortuna, delapidados na devassidão e na “compra” da fidelidade da aristocracia.

O prefeito do palácio comanda o exército real, lança impostos, preside ao tribunal real, é, em suma, um autêntico primeiro-ministro, chefe do Governo, impondo, aliás, que o tratem por príncipe, isto é, primeiro ou principal.

Cada território do reino tinha o seu prefeito, porta-voz da aristocracia local. Estes prefeitos conduzem a guerra que opõe cada um destes territórios aos outros.

Entre esses prefeitos acabou por se notabilizar um, da família dos Pepinidas, que havia entrado na cena política no reinado de Dagoberto. Esse prefeito, a todos os títulos notável, era Carlos, filho de Pepino de Herstal e neto de Pepino de Landeu, prefeito do palácio da Austrásia. Carlos impôs-se aos outros reinos, que acabam por lhe reconhecer o título de "príncipe dos francos", sob a autoridade nominal do rei titular, Thierry IV. Carlos dilata o domínio franco, batendo-se em todas as fronteiras, derrotando os Turíngios, os Alamanos, os Bávaros e os Frisões. E, quando a Aquitânia se vê ameaçada pelos Árabes que, sob o comando do seu general Horr haviam cruzado os Pirenéus, invadindo o sul de França, Carlos derrota-os numa batalha decisiva em Poitiers, em 732, e mais tarde, em 737, em Avinhão. Com essa vitória Carlos passa a ser cognominado de "Martel", alusão a Judas Macabeu (que significa pequeno martelo, em hebraico), defensor

corajoso do povo referido na Bíblia. O exército franco tornara-se invencível com Carlos Martel graças à sua cavalaria. Mas a manutenção do armamento e das montadas constituía um encargo pesadíssimo, pelo que Carlos Martel, para financiar as suas campanhas guerreiras não hesitou em apoderar-se, sem quaisquer escrúpulos, dos bens da Igreja. Daí a sua reputação de espoliador da Igreja.

A Carlos Martel sucedem os seus dois filhos, Pepino, o Breve, e Carlomano. Em breve este último retira-se para o mosteiro de Monte Cassino, em 747, ficando Pepino, o Breve, como único senhor do reino. Em 750, Pepino resolve fazer uma consulta ao Papa Zacarias: quem seria mais digno de se chamar rei? O que era apenas de nome, neste caso o último Rei merovíngio, Childerico III, ou aquele que detinha o poder efectivo, no caso vertente o próprio Pepino?A resposta do Papa encoraja-o a fazer-se, primeiro, eleger

e, depois, sagrar rei, em Soissons, no ano de 751. Três anos depois, o Papa Estêvão renova a sagração, em Saint-Denis, a seu favor e dos seus dois filhos, Carlomano e Carlos. Nascera a França carolíngia, com a proibição papal de, no futuro, se escolher um rei fora da família eleita, sendo, daí em diante, o rei franco "rei pela graça de Deus".

Pepino, o Breve, deixa, após a sua morte, o reino a seus dois filhos. E, com a morte de Carlomano, em 771, fica Carlos como único senhor do reino, tornando-se Carlos Magno.

Carlos Magno, um robusto gigante de 1,92 metros de altura, procura continuar a política de seu pai, Pepino, o Breve. De facto, este defendera o Papa – Zacarias – das ameaças dos Lombardos, restabelecendo o papado em Roma, com a concessão, em 756, de plena soberania sobre os territórios que ele reconquistara aos Lombardos. Nasciam assim os estados pontifícios, que se haviam de manter por novecentos anos, até 1870.

O objectivo fundamental da política de Carlos Magno consistia na propagação da fé e civilização cristãs, culminando na instauração de um Estado cristão, em que ele via a condição necessária para a salvação da Humanidade: o rei, ministro de Deus, teria por missão assegurar a transmissão da fé até aos confins do universo.

No Natal de 800, Carlos Magno foi coroado imperador na Igreja de São Pedro em Roma, pelo Papa Leão III. Como que renascia o Império do Ocidente, com a sua capital em Aix-la-Chapelle, um império latino-germânico, mas sobretudo cristão, em que o soberano baseia o seu poder na Igreja, que procura tutelar, reformando-a, escolhendo ele mesmo os bispos, que torna altos funcionários reais com funções fiscalizadoras; introduz no seu reino os livros da liturgia romana; exige a fundação de escolas para os clérigos, restaura o estudo do latim clássico, das Sagradas Escrituras e dos Padres da

Igreja: um autêntico renascimento carolíngio, como é designado, renovação cultural iniciada em finais do século viii, começando com Carlos Magno, que atraiu à sua corte os maiores sábios seus contemporâneos vindos de Inglaterra – Alcuíno de York –, de Itália e de Espanha. O latim é restaurado na sua forma clássica, tornando-se uma língua da cultura.

Algum tempo depois de Carlos Magno morrer – quarenta anos depois – o Império do Ocidente desmembra-se mercê de uma decadência carolíngia, assim designada pela crise da sociedade que se verificava devido à falta da autoridade suprema, vendo-se o Império dividido em cinco reinos, onde os seus senhores são cada vez mais poderosos no meio da anarquia reinante, com o país ameaçado em todas as suas fronteiras pelos Normandos, pelos Sarracenos e pelos Magiares.

Para governarem, os reis que sucederam a Carlos Magno – Luís, o Piedoso, seu filho Lotário, Carlos, o Calvo –, assediados pelos Normandos que atacam por todos os lados, viram-se na necessidade de se apoiarem em grupos privados guerreiros, que constituíam uma casta militar nobiliária, a detentora, de facto, de um poder efectivo e real. São os vassalos (ou fiéis), pagos com terra (o benefício). Esta aristocracia foge cada vez mais ao controlo do rei, que tem uma dificuldade crescente em impor a sua autoridade a esses seus representantes no reino – os condes. E com o facto de, a partir de 840, a vassalagem se tornar hereditária, deixando o rei de ter a possibilidade de recuperar um benefício aquando da morte do seu vassalo, nascia a sociedade feudal, consagrada por Carlos, o Calvo, numa capitular, em 877.

O impacto do feudalismo nas estruturas eclesiásticas deu lugar a uma crise moral da sociedade com os abusos que a breve trecho

se verificaram.Os grandes nobres, os senhores da guerra – os duques, os condes e os barões – consideravam-se donos absolutos dos seus territórios. E, como donos e senhores absolutos, procuravam tirar deles o maior proveito económico. Pretenderam, mesmo, explorar o filão religioso.

Edificavam igrejas nos seus domínios para proporcionarem serviços religiosos à sua população camponesa, mas queriam ser eles próprios a nomear os reitores dessas igrejas para melhor poderem explorar economicamente a situação que criavam.

Mosteiros e outras igrejas colocavam-se sob a sua protecção e isso custava--lhes a cedência de alguns direitos a esses grandes senhores.

As guerras ficavam caras, os guerreiros eram exigentes, de maneira que esses senhores da guerra queriam, também, dispor dos patrimónios eclesiásticos ou então arrogavam-se o direito de, em paga, designar

familiares seus como titulares de bispados e abadias, o que conferia à nobreza um acrescido poder social.

Com todos estes abusos duas consequências se impuseram: uma secularização da vida eclesiástica cada vez mais acentuada e um empobrecimento moral da sociedade.

Porém, os abusos chegaram ao máximo do que seria possível naqueles anos do século x, que ficou conhecido como o saeculum obscurum ou século de ferro, de que trataremos num capítulo mais adiante.

A difícil afirmação do Primado Romano

A expansão do Evangelho vinha-se fazendo paulatinamente, mas praticamente limitada aos povos de cultura mediterrânica. As perseguições decretadas pelos imperadores romanos longe de acabarem com os cristãos, como pretendiam, contribuíram, muitas vezes, para a sua difusão, graças, em alguns casos, às deportações de cristãos, mas sobretudo à coragem dos mártires e confessores, que levaram muitos à conversão.

A partir do século iv, as invasões dos bárbaros contribuíram, e de que maneira – muito para além do que seria de esperar –, para nova expansão do Cristianismo. Deram-se grandes migrações de povos, outras tantas oportunidades para a Igreja se pôr em contacto com um novo mundo étnico e cultural: tribos germânicas, empurradas pelos Hunos,

invadem o Império Romano, chegam mesmo a tomar Roma e acabam por se instalar um pouco por todo o Império: Gália, Espanha, Norte de África, etc., surgindo vários reinos bárbaros.

A Igreja conseguira sobreviver a todas estas vicissitudes, mas transformara-se profundamente. A maioria desses povos bárbaros era já cristã, mas convertida a um Cristianismo herético: o Arianismo. O Arianismo era a sua religião nacional graças aos missionários arianos, que foram tão eficazes que no final do século iv estavam completamente convertidos, numa altura em que o Arianismo desaparecera do Império Romano, tendo deixado de ser o problema teológico aceso dos primeiros tempos.

Paradoxalmente, enquanto os germanos invasores, os novos senhores da terra, eram arianos, a maioria da população das terras por eles invadidas era românica e católica. E só no século vi os povos germânicos que

resistiram à extinção – os Suevos, os Burgúndios, os Visigodos – tiveram uma segunda conversão à fé cristã.

A afirmação do primado romano foi-se fazendo pouco a pouco.

A Igreja de Roma ocupava desde as origens um lugar de excepção na Igreja Universal, não só devido à presença dos dois Apóstolos, Pedro e Paulo, como também à sua localização na capital do Império.

Desde sempre o bispo de Roma intervém na vida das outras Igrejas, sendo reconhecido um primado de honra à Igreja de Roma pelas igrejas do Oriente, de tal modo que estas recorriam com frequência a ela para a solução de casos difíceis, como, por exemplo, na altura da crise ariana ou das querelas cristológicas.

Mas a divisão do Império Romano, nos finais do século iv, em dois – Oriente e Ocidente – teve profundas repercussões na vida da Igreja.

O Império do Ocidente tinha como capital Roma. Roma era também a sede apostólica: o bispo de Roma era o Patriarca do Ocidente, a cultura e a lín-gua latinas caracterizavam as populações dentro das suas fronteiras. Com-preendia a Itália, a Gália, a Espanha, o Norte de África, a Bretanha, a Panónia e, a leste, os rios Reno e Danúbio constituíam a sua fronteira.

O Império do Oriente tinha como capital a cidade edificada por Constantino – Con-stantinopla – sobre uma outra mais antiga – Bizâncio – no Bósforo; compreendia a Dácia, a Trácia, a Macedónia, a Ásia Menor, a Palestina, Síria, Egipto e Líbia. As culturas grega, síria e copta caracterizavam as popu-lações dentro das suas fronteiras. Cinco sedes apostólicas (Patriarcados) sobressaíam nesta parte do Império Romano: Con-stantinopla, Alexandria, Antioquia, Jerus-além e Cartago.

O I Concílio Ecuménico de Constantinopla, em 381, deu ao bispo da capital do Império do Oriente a primazia de honra dentro da Igreja, depois do bispo de Roma «em virtude dessa cidade (Constantinopla) ser a nova Roma»32.

Os Papas dos séculos iv e v – Dâmaso, Leão Magno e Gelásio – definiram o fundamento dogmático do primado de Roma: os Papas eram os legítimos sucessores do Apóstolo Pedro: «Tu és Pedro, e sobre esta pedra construirei a minha Igreja» (Mt 16,18) e em Jo 21,17, de Jesus para Pedro: «Cuida das minhas ovelhas.»

O exercício desse primado sobre as igrejas do Ocidente traduziu-se em inúmeras ocasiões pela intervenção do Papa em assuntos doutrinários, onde a sua autoridade era reconhecida, mas, também, de índole disciplinar e jurisdicional.

Quanto às igrejas do Oriente, estas davam a primazia de honra ao bispo de Roma e

reconheciam a sua autoridade nos assuntos doutrinais. Até ao século iv as Igrejas do Oriente apelaram para Roma nos casos difíceis, como, por exemplo, o apelo do bispo de Cesareia, Basílio, na altura da crise ariana, ou o apelo do bispo de Alexandria na controvérsia cristológica. Porém, Constantinopla, em virtude de ser a sede do poder político, queria ter o primado de honra depois do bispo de Roma, e o Concílio de Calcedónia, em 451, concedeu-lhe, de facto, essa importância por um cânone, o cânone 28, que decretava, além disso, que os bispos das Igrejas Orientais (das dioceses do Ponto, da Ásia e da Trácia) seriam ordenados pela Igreja de Constantinopla. E esse mesmo concílio não dá qualquer poder disciplinar ou jurisdicional ao Papa sobre as Igrejas do Oriente.

A divisão do Império Romano pôs a nu um dualismo, sempre latente, entre os dois

mundos: o mundo latino e o mundo grego, Roma e Constantinopla.

E este dualismo não se limitava aos campos político e cultural. Reflectia-se, também, nos campos religioso e eclesiástico. As tensões entre a Igreja do Oriente e a do Ocidente foram lentamente provocando um afastamento crescente, que culminou, por fim, no afrontamento e no Cisma.

Tal Cisma teve uma gestação lenta até se consumar.

O Cisma de Acácio

O dualismo Oriente-Ocidente, cultura grega-cultura latina, acabou por ter grandes reflexos no Cristianismo, suscitando divergências que tinham a sua raiz não só nas diferenças de temperamento dos povos das duas culturas em confronto – o pragmatismo latino versus a tendência especulativa do espírito oriental –, como também na diferença de língua, com a consequente dificuldade, ou mesmo falta de comunicação.

Nos três primeiros séculos do Cristianismo, o grego tinha sido a língua da Igreja, mas a partir dos finais do século iii o latim foi-se introduzindo na literatura e no culto litúrgico, de tal modo que já no século iv a Liturgia ocidental tinha passado a ser totalmente latina.

A incompreensão linguística, por um lado, afastou espiritualmente o Oriente e o

Ocidente cristãos e, por outro, suscitou uma desconfiança recíproca, numa época em que pululavam as heresias e as controvérsias teológicas.

O célebre cânone 28 do Concílio de Calcedónia, de 451, converteu praticamente Constantinopla no principal Patriarcado do Oriente, ao considerá-la "nova Roma", por ser a capital do Império e residência do imperador. Era concedido ao Patriarcado de Constantinopla a autoridade e a jurisdição sobre todos os territórios do Império do Oriente não dependentes dos outros três Patriarcados orientais.

Entretanto, Roma ia-se afastando cada vez mais do Império do Oriente, buscando protecção nos imperadores francos ou germânicos.

Era inevitável, neste clima de tensão crescente entre Roma e Constantinopla, o aparecimento de discórdias, que iam enfraquecendo a comunhão das duas Igrejas.

Neste pano de fundo da diferença de temperamentos, incompreensão linguística, espaços culturais diferentes – latinidade a Ocidente, helenismo a Oriente –, diferenças de alianças políticas, etc., era natural vir a estabelecer-se uma ruptura, um “rasgão”: tudo isto esteve na génese do Cisma do Oriente.

No século v, Roma e Constantinopla experimentaram uma primeira ruptura: o Cisma de Acácio, motivado pelas tendências monofisistas deste Patriarca.

Este cisma prolongou-se por cerca de trinta anos. O monofisismo havia sido condenado, em 451, pelo Concílio de Calcedónia, que definiu, com o Papa Leão, a união hipostática das duas naturezas em Cristo. No entanto, com o cisma de Acácio desencadeou-se uma crise extremamente grave, que incubou a lenta gestação do cisma do Oriente, que dividiu as Igrejas Ocidental e Oriental até aos nossos dias.

O Império cristão do Oriente – o Império Bizantino – com o seu código de leis amplamente inspirado no Evangelho, devido ao imperador Justiniano, com a sua Liturgia sumptuosa, desdobrando-se em edifícios admiráveis (de que é exemplo a igreja de Santa Sofia, em Constantinopla), na veneração das imagens ou ícones, que eram considerados autênticos "sermões silenciosos" ou "livros para iletrados", com os seus Padres da Igreja de língua grega, como Atanásio, Basílio, Gregório de Nazianzo e Gregório de Nisa (estes três os Padres Capadócios) e o "boca de ouro", João Crisóstomo, este Império era um mundo diferente, que já se vinha afastando lentamente, desde o século v, dado o seu estilo de vida próprio, os antagonismos políticos, culturais e litúrgicos, e as "tempestades" teológicas das querelas cristológicas.

Os desentendimentos entre Roma e Constantinopla, tendo como pano de fundo todas

estas diferenças, faziam-se sentir, também, nos aspectos teológicos. O monofisismo, embora condenado no Concílio de Calcedónia, em 451, continuava na fórmula de fé elaborada pelo Patriarca de Constantinopla, Acácio, em 482, a mando do imperador e para vigorar em todo o Império. Tal fórmula, porém, não foi reconhecida pelo Papa, por nela terem sido abandonados elementos essenciais da profissão de fé do Concílio de Calcedónia. O Papa Félix II mandou uma delegação a Constantinopla encarregada de citar o Patriarca Acácio, para comparecer perante o tribunal do Papa, em Roma.

Citava-o invocando a autoridade que lhe advinha de Mt 16,18 («Tu és Pedro»). Mas os delegados papais são encarcerados como autênticos prisioneiros de guerra. Quando libertados e regressados a Roma, o Papa Félix II excomunga Acácio e os seus seguidores e queixa-se ao imperador do tratamento a que haviam sido sujeitos os seus enviados,

aproveitando a ocasião para lhe negar peremptoriamente o direito de decidir em questões de fé.

O Patriarca Acácio não aceitou a excomunhão papal e, por sua vez, excomungou o Papa. E o cisma perdura trinta anos, até 519, quando o imperador acabou por aceitar uma nova regra de fé elaborada pelo Papa na altura – Hormisdas –, regra rigorosamente fiel a Calcedónia.

O diálogo difícil entre Roma e Constantinopla, separadas por apenas 1500 quilómetros havia dado lugar a um primeiro "rasgão" ou cisma, degrau da escadaria de equívocos que haveria de conduzir a um cisma muito mais grave, cujas consequências a Igreja ainda sofre actualmente.

O problema da iconoclastia versus a iconolatria

Um problema surgido no século viii constituiu mais uma acha para a fogueira que ia consumindo os últimos laços que ligavam as duas Igrejas, a do Ocidente e a do Oriente. Esse problema era o da iconoclastia.

Um grande imperador bizantino – Leão III –, que havia salvo Constantinopla do assalto dos muçulmanos, acabou por dar origem, no ano 726, a uma grave crise religiosa, ao meter-se num terreno que não era o seu – o teológico –, influenciado, talvez, pelo Islão, seu vizinho, mas mais provavelmente com a pretensão de purificar a religiosidade popular e limitar a influência dos monges, grandes defensores dos ícones.

Assim, Leão III começou por mandar destruir uma imagem de Cristo muito venerada, que se encontrava por cima da porta

do seu palácio, em Constantinopla. Era o princípio de uma política iconoclasta, em que foi proibida a veneração das imagens sagradas, bem como o culto das relíquias dos santos, sendo mesmo ordenada a sua destruição.

E o imperador perseguiu, encarcerou e mandou executar todos os sacerdotes e monges que tentassem opor-se-lhe. Instalou-se, a partir daí, uma grave crise religiosa que durou mais de um século.

A cristandade bizantina dividiu-se em dois partidos: o dos veneradores de imagens – os iconólatras, ou, mais simplesmente, icólatras (do grego icon, imagem + latra, que venera) – e o dos destruidores de imagens – os iconoclastas (do grego icon + clasta, que destrói).

O imperador solicitou mesmo ao Papa que sancionasse os seus éditos iconoclastas. Porém, o Papa – Gregório II – negou-se a fazê-lo, protestando contra os mesmos, o que levou Leão III a exercer represálias contra a

Igreja romana: tentou invadir a Itália e enviou, até, uma frota com a missão de sequestrar o Papa. Mas uma tempestade afundou a frota e o imperador bizantino acabou por se limitar a confiscar as terras que a Igreja romana possuía na Sicília (ilha que pertencia a Bizâncio), terras ricas na produção dos cereais com os quais os Papas matavam a fome dos pobres de Roma havia mais de duzentos anos.

Os defensores das imagens, que eram os monges orientais, alguns dos quais haviam sofrido o martírio nessa defesa, bem como a grande massa do povo, que, por vezes, se amotinou na contestação à iconoclastia, voltaram-se para o Papa de Roma em busca de apoio.

Os sucessores de Leão III continuavam a ser iconoclastas, atingindo a iconoclastia o seu auge no reinado do imperador Constantino V e assim se mantiveram até à

chegada ao trono da Imperatriz Irene, fervorosa iconólatra.

A Imperatriz Irene consegue ver convocado um concílio ecuménico – oII Concílio de Niceia. O concílio reúne-se em Niceia por não ser possível realizar-se em Constantinopla, dado que a população da cidade se tornara iconoclasta.Assim, sob a guarda de um forte contingente de fiéis a Irene, reuniu-se o concílio em 787.

No final do concílo, os iconoclastas são condenados vigorosamente, é reconhecida a legitimidade da veneração das imagens e o papel do Papa – Adria-no I – como mestre da fé de toda a Igreja sai reforçado.

Poucos anos passados começa um novo período iconoclasta, em 813. Era Papa Leão III, o Papa que havia coroado Carlos Magno como imperador no ano 800. Recomeçam as querelas entre os defensores de um e de outro lado, para virem a acalmar só em 843.

A partir deste segundo período iconoclasta chegou, finalmente, o acordo: os ícones já não seriam contestados. Porém, foram estabelecidas regras precisas para a execução dos mosaicos e pinturas, segundo rigorosos princípios teológicos. Nas paredes das igrejas as pinturas deviam obedecer a uma hierarquia que vai de Cristo pantocrator (isto é, todo-poderoso) da cúpula até aos santos das paredes das capelas.

O Cisma de Fócio

O fosso que se vinha cavando entre a Igreja latina e a Igreja grega, desde o século v, viu-se repentinamente ampliado, quando tudo parecia serenar, com a chamada questão dos búlgaros.

O príncipe dos búlgaros, o czar Bóris, converteu-se em 864 ao Cristianismo e pediu ao Papa Nicolau I que lhe enviasse missionários para trabalharem na conversão da Bulgária.

Fócio, Patriarca de Constantinopla, protestou, com a alegação de que o território da Bulgária se encontrava sob a jurisdição eclesiástica de Constantinopla. Aproveitou a ocasião para acusar a Igreja de Roma de heresia, por ter introduzido no Credo "uma proposição falsa": que o Espírito Santo procedia do Pai e do Filho (qui ex Patri Filioque procedit).

Fócio atreveu-se mesmo a negar a primazia do bispo de Roma, alegando que a sede primaz devia ser em Constantinopla, visto os imperadores aí residirem. Chegou até a “depor” o próprio Papa, num sínodo celebrado em 867, em Constantinopla.

Com este Cisma de Fócio, predecessor do Cisma do Oriente, as diferenças entre latinos e gregos não seriam, no futuro, apenas disciplinares e litúrgicas, mas também dogmáticas, ficando a unidade da Igreja irremediavelmente comprometida.

O século de ferrodo Pontificado

Quando o Cristianismo emergiu da clandestinidade com o édito de Milão, de 313, afastado o perigo das perseguições, duas novas ameaças à integridade à túnica sem costura surgiram: a “livre circulação das heresias” pelo Império Romano e a ameaça, para a Igreja, da ingerência do Estado.

Constantino não se contentava apenas, no seu interesse pela Igreja cristã, com a sua protecção, mas preocupava-se também com os conflitos doutrinais susceptíveis de perturbarem a ordem pública. Para tal, toma a iniciativa de convocar os concílios. Foi ele quem convocou e presidiu ao primeiro concílio ecuménico da História da Igreja: o de Niceia, em 325. E até foi ele quem acabou por decidir quais as medidas que seriam tomadas contra os hereges arianos.

Esta experiência da "Igreja Constantiniana", traduzindo-se numa maneira nova de relacionamento entre a Igreja e o Estado, marcou profundamente a Igreja até aos nossos dias. Esta Igreja constantiniana só acabou com um Concílio do nosso tempo – o Concílio Vaticano II – que reconheceu a separação dos domínios temporal e espiritual, distanciando-se do poder.

Outro imperador romano, Teodósio, tornou a religião cristã a religião oficial de todo o Império Romano pelo édito de Tessalónica, de 380. Ao mesmo tempo, Teodósio procede à extinção do politeísmo romano e beneficia a Igreja cristã com múltiplos privilégios fiscais e jurídicos, entregando, além disso, às igrejas os bens confiscados aos templos pagãos. Nesta "Igreja Teodosiana" o poder do Estado, outrora ao serviço do Paganismo, está agora ao serviço do Cristianismo. A separação de religião e Estado não se concebe, pois a religião continuava a ser o

fundamento e o cimento da sociedade. O Estado era o mesmo, só a religião é que tinha mudado...

De certo modo, com a ingerência do Estado sob Constantino e depoisTeodósio, a Igreja ficou um tanto enfeudada ao Império. No entanto, os bispos ainda eram livremente eleitos pelo clero local e pela população.

O imperador cristão, com a missão de defender a Igreja e de promover a ordem cristã na sociedade, constituiu um novo factor de primordial importância para a consolidação da conversão do mundo romano ao Cristianismo.

Já Constantino, o primeiro imperador cristão, se arrogava – ele, um leigo apenas – o título significativo de "bispo do exterior".

Não obstante os preciosos serviços prestados pelos imperadores cristãos à Igreja, as suas ingerências na vida eclesiástica trouxeram muitos abusos, cuja expressão máxima foi o chamado "cesaripapismo".

Tais abusos foram particularmente graves na Igreja do Oriente. Já no Ocidente a independência eclesiástica se viu mais salvaguardada graças à autoridade do papado, residindo em Roma, face à debilidade dos imperadores ocidentais.

O papel do imperador cristão como protector da Igreja era considerado tão indispensável que, após a extinção do Império Romano do Ocidente, o Pontificado romano, com os seus domínios territoriais, se pôs sob a protecção do Império do Oriente, ameaçado como estava, ao norte, pelos irrequietos Lombardos e a sul pelas incursões dos Sarracenos.

Porém, essa protecção começou a vacilar e a falhar devido às dificuldades que o Império do Oriente vinha sentindo cada vez mais com a crescente pressão do Islão.

Deste modo, o Pontificado romano, necessitado de se apoiar em novo "braço secular", acabou por se voltar para o único reino

ocidental capaz de assumir essa missão de defesa: o reino dos Francos.

Chegou, entretanto, ao poder Carlos Magno, cuja política se orientou fundamentalmente no sentido da propagação da fé e de uma civilização cristã.

O Papa Leão III coroou-o, em 800, na Igreja de São Pedro em Roma como imperador do Ocidente. Renascia, assim, um Império no Ocidente, este latino-germânico, após um período de mais de trezentos anos da sua extinção. O novo Império era fundamentalmente cristão, com uma missão: a de protecção da Igreja e da sua sede apostólica romana.

A desagregação deste Império começou após a morte de Carlos Magno. A autoridade suprema deu lugar a um feudalismo, em que os senhores feudais passaram a deter o poder efectivo e real, constituindo a única protecção contra as incursões dos Normandos, dos Sarracenos e dos Magiares.

A protecção recebida dos senhores feudais trouxe para a Igreja graves perturbações. Os novos senhores, com um poder absoluto, pretendiam ser eles a nomear os clérigos das suas "igrejas próprias" para delas tirarem o máximo proveito económico. Pretendiam, também, serem eles mesmos a designar bispos e abades, cargos muito apetecidos pelo seu prestígio e poder social, designando para esses cargos os seus familiares e aliados.

Tais abusos conduziram a uma evidente secularização da vida eclesiástica e a um empobrecimento moral da sociedade.

O século x constituiu um período de grande turbulência em que a Europa, invadida pelos Normandos, pelas hordas Magiares (húngaros) e pelos Sarracenos, pertencia a quem combatia, sofrendo a Igreja profundamente com a falta de protecção que lhe seria conferida pela autoridade imperial, caindo nas mãos das facções feudais então dominantes em Roma.

Esse período ficou conhecido como o "século de ferro" do Pontificado.

Várias famílias nobres de Roma – a família de Teofilacto, os Crescêncios e os Tusculanos – pretenderam sujeitar o Pontificado na sua própria sede apostólica aos mesmos abusos que os senhores feudais vinham cometendo nas suas "igrejas próprias". Tornaram-se, praticamente, donos do trono pontifício. Neste século sucederam-se os Papas-fantoches: alguns eram indivíduos de baixo nível moral e até adolescentes sem qualquer preparação.

Apesar de todos os atropelos, o Pontificado sobreviveu a todas estas provas, sem dúvida graças à assistência divina, que nunca lhe faltou e que impediu que ele se desviasse, até nas piores crises, um milímetro que fosse da sã doutrina da fé e da moral.

Um senador romano, Teofilacto, está no início desse período conturbadíssimo, em que Papas chegavam ao trono pontifício lá

colocados após lutas sangrentas em que se envolveram os familiares do clã Teofilacto. Alguns desses Papas amasiaram-se com nobres adúlteras e tiveram filhos bastardos, que, por sua vez, chegaram mesmo a herdar o trono pontifício. É o caso, por exemplo, do fruto de uma ligação adúltera de um Papa com uma filha do próprio Teofilacto: Octaviano, jovem devasso, que chegou a ser sagrado Papa aos dezanove anos, tomando o nome de João XII.

Apesar de tudo, João XII esteve, entretanto, na génese, em 962, do Sacro Império Romano-Germânico, ao coroar imperador o rei da Alemanha, Otão I, império que teve uma longa vida, só terminando no princípio do século xix, em 1806.

Otão I assinou com João XII uma espécie de concordata, em que se confirmavam os direitos do Papa sobre os territórios pontifícios, mas sem que se deixasse de estabelecer um controlo apertado da administração

pontifícia, ficando a própria eleição do Papa submetida à escolha ou à aprovação do imperador.

Ficavam as eleições papais livres da intromissão dos senhores romanos, mas o próprio Otão I faz e desfaz Papas...

Mais tarde chega a dominação da família dos Crescêncios, que "fez" João XV (985), depois o imperador Otão III "faz" Gregório V. Por último, "é feito" Silvestre II, que, no entanto, luta intransigentemente pela liberdade da sede apostólica.

Mas a morte de Silvestre II, logo a seguir à do imperador Otão III lança novamente Roma na anarquia. Os Crescêncios "fazem" vários Papas, bem como os Tusculanos.

Depois, mais escândalos: dois Papas em disputa, simultaneamente, pelo trono pontifício, até que chega o novo imperador, Henrique III, que os depõe e nomeia Clemente II e, depois deste, Dâmaso II.

Este período constitui um segundo século de ferro, até que, após o síno-do de Worms, é designado para Papa Bruno de Toul, que tomou o nome de Leão IX.

O bispo Bruno de Toul contactara estreitamente com os monges de Cluny e, imbuído do espírito cluniacense, só aceitou a sua nomeação com a condição de ser aprovado pelo clero e pelo povo de Roma. Assim, dirigiu-se a Roma como um simples peregrino, sendo, em 1049, na Páscoa, eleito Papa por aclamação, tal como nos primeiros tempos da Igreja. Desencadeia-se, a partir daí, a reforma pré-gregoriana, que vinha sendo já preparada pela santidade do mosteiro de Cluny.

Os Papas escolhidos por Henrique III de entre os bispos alemães consti-tuíam, apesar de tudo, escolhas acertadas, restituindo estes Papas germânicos dignidade e prestígio ao Pontificado.

Leão IX impulsionou a reforma de que a Igreja tanto necessitava. Aumentou o número dos membros do Colégio Cardinalício, que passaram a ser colaboradores no governo da Igreja e eleitores dos Papas do futuro.

Poucos anos passados, em 1059, o Papa Nicolau II elaborou uma lei segundo a qual, no futuro, o Papa seria eleito apenas pelos cardeais, não sendo necessário a confirmação e o reconhecimento do imperador.

O Milenarismo

A aproximação do ano 1000 é acompanhada, no Ocidente, por uma apreen-são suscitada pelo capítulo xx do Apocalipse de São João:

> Quando se completarem os mil anos, Satanás será solto da prisão do Abismo. Ele vai sair e seduzir as nações dos quatro cantos da terra, Gog e Magog, reunindo-os para o combate. São numerosos como a areia do mar. Eles espalharam-se por toda a Terra e cercaram o acampamento dos santos e a Cidade amada. (Ap 20,7-9)

Na interpretação dos chamados “milenaristas”, o mundo acabaria no ano 1000. Mas, quando a data fatídica passou sem ter acontecido nada, estes profetas de desgraças transferiram os seus temores para o ano 1033, que se supõe ser o milenário da Paixão e Morte de Cristo.

Sucederam-se entre 980 e 1030 umas tantas calamidades que pareciam vir dar

razão ao texto de São João. Houve chuvas diluvianas, Invernos particularmente rigorosos, pragas de gafanhotos que acarretaram grandes fomes.

Uma grande parte da Europa é assolada pela fome, em 1032-1033, passando as pessoas a alimentar-se de raízes e de ervas, chegando, em alguns casos, a verificar-se antropofagia. Por outro lado, há populações inteiras dizimadas por epidemias. A tudo isto se juntavam fenómenos nos céus: passagens de cometas, eclipses do Sol, queda de meteoritos... E os próprios acontecimentos políticos pareciam estar de acordo com a profecia apocalíptica: Almançor destruiu Santiago de Compostela e, no Oriente, um califa inicia uma política anticristã, mandando arrasar o Santo Sepulcro.

O medo espalhou-se pela Europa e em muitas terras formavam-se longas procissões de penitentes e flagelantes. Muitos vendiam tudo quanto possuíam e distribuíam o

produto pelos pobres, em contraste com os incrédulos e os mais cínicos que se entregavam a grandes bacanais...

Convencidos da iminência do regresso de Cristo à Terra, formam-se bandos de peregrinos que se põem a caminho de Jerusalém, na expectativa de lá morrerem e estarem presentes na vinda do Senhor.

Mas o mundo não terminou no ano 1000, nem no ano 1033. E, assim, há um enorme sentimento de alívio e a vida recupera a normalidade.

A Igreja não parou. A evangelização continuou: Polónia, Rússia, mas sobretudo a Hungria, que se converteu, permanecendo a maioria do povo húngaro desde então fiel à Igreja Católica e ao Papa, depois de, no ano 1001, o duque Wajk ter pedido o Baptismo, tomando o nome de Estêvão e recebendo do Papa Silvestre II o título de rei.

O Cisma do Oriente– ano 1054

Entre o século v e o século x foram numerosos os atritos e as rupturas, seguidas de reconciliação, entre Roma e Constantinopla.

Entretanto chegou o ano de 1054 e a necessidade de se estabelecer uma aliança entre o Papa e o imperador bizantino, a fim de combaterem um inimigo comum – os Normandos – que atacavam o sul da Itália. Para isso, impunha-se a reconciliação religiosa.

O Papa Leão IX enviou um legado papal, o cardeal Humberto, para negociar a paz eclesiástica.

A incompreensão da mentalidade bizantina por parte do legado papal esbarrou com a inflexibilidade do Patriarca de Constantinopla, Miguel Cerulário, que não escondia os seus veementes sentimentos antilatinos. Pouco foi preciso para levar o

cardeal Humberto a depositar uma bula de excomunhão sobre o altar da Basílica de Santa Sofia, acusando Miguel Cerulário de heresia ao suprimir o Filioque do Credo, de usar abusivamente o título de Patriarca, etc. Por um lado, a questão do Filioque já de há bastante tempo vinha servindo de arma de arremesso entre o Ocidente e o Oriente, e, por outro lado, quando Miguel Cerulário subiu ao trono patriarcal de Constantinopla os laços entre Roma e Bizâncio eram dos mais tensos, de tal modo que o Patriarca de Constantinopla entendeu mesmo não dever anunciar a sua eleição ao Papa.

Bizâncio em peso tomou o partido do seu Patriarca, o qual se atreveu, mesmo, a mandar queimar em praça pública o texto da excomunhão. E, oito dias depois, Miguel Cerulário e o seu sínodo patriarcal responderam excomungando, por sua vez, o legado papal e quem o tinha enviado: o próprio Papa Leão

IX, que, aliás, já havia três meses que estava morto.

Estava, assim, formalmente aberto o Cisma, embora, na altura, ninguém tivesse dado grande importância a estes acontecimentos, pois não eram inéditos e já tinha havido situações bem piores. Para mais a excomunhão do legado papal era de duvidosa validade, porquanto ocorrera quando Leão IX já tinha morrido.

O sínodo reunido em Constantinopla releu todos os velhos slogans anti-romanos, acabando por afirmar que a única Igreja Ortodoxa era a que se reunia em torno do imperador bizantino e do Patriarca de Constantinopla.

Embora o começo do Cisma do Oriente tivesse passado totalmente despercebido para a massa do povo cristão, grego e latino, o tempo encarregou-se de revelar aos cristãos a existência da interrupção da

comunhão eclesiástica da Igreja grega com a Igreja latina e o Papa.

A reconciliação passou, desde então, a constituir um desígnio de vários Papas, bem como, do outro lado, de alguns imperadores bizantinos e homens da Igreja grega.

Houve mesmo concílios ecuménicos, como o de Lião, em 1274, e o de Florença, de 1439, em que chegou a parecer que a comunhão das duas Igrejas tinha sido conseguida.

A conquista, em 1453, de Constantinopla pelos Turcos, que converteram em mesquita a admirável Basílica de Santa Sofia, construída séculos antes pelo imperador Justiniano, reduzindo os cristãos, quer gregos, quer latinos, à condição de “infiéis”, ora perseguidos, ora tolerados, acabou de vez com esses desejos de união das duas Igrejas e, portanto, com os desejos de pôr termo ao Cisma do Oriente.

Houve, no entanto, Igrejas orientais que permaneceram unidas a Roma ou se

colocaram, ulteriormente, sob a sua obediência: os uniatas e os rutenos da Europa Central, da Ucrânia, os maronitas, com um Patriarca em Antioquia sagrado pelo Papa Alexandre IV, e pequenas comunidades de rito bizantino, arménio, sérvio, caldeu e copta. Todas estas Igrejas têm tido uma acção mediadora no diálogo das Igrejas Católico-Romana e Ortodoxa.

Em 7 de Dezembro de 1965, dia seguinte ao do encerramento do Concílio Vaticano II, o Papa Paulo VI e o Patriarca Atenágoras I fazem uma declaração comum lamentando as ofensas e censuras mútuas sem fundamento, de 1054, levantando as excomunhões recíprocas, constituindo um grande primeiro passo no caminho da reconciliação.

Balanço do primeiro milénio

Principiava o segundo milénio da Igreja Católica. O Evangelho chegara e era escutado, efectivamente, em quase todos os cantos da Terra.

Embora no final do século vi a Igreja ainda permanecesse centrada no mundo mediterrânico, dentro das fronteiras do Império Romano – a Pax Romana oferecera os meios e favorecera o estabelecimento do Cristianismo, terreno "pronto" para receber a sementeira cristã –, nesse início da Idade Média a maior parte da Europa começou a ser evangelizada, desde a Inglaterra à Rússia, desde a Hungria à Escandinávia. E, assim, no século xi, o Cristianismo era já a profissão de fé dominante em quase todo o continente europeu.

Entrado, já desde os tempos apostólicos, na Pérsia, no Egipto, na Ásia Menor, chegou

mesmo, nos séculos que se seguiram aos tempos apostólicos, à China (século vii). Aí chegaram, de facto, monges de uma Igreja cismática – nestorianos –, sendo autorizados a construir mosteiros e a estabelecerem-se no país. O Cristianismo sobreviveu aí dois séculos, começando a enfraquecer a partir do século ix, depois de ter sido decretada pelo imperador chinês a dissolução dos mosteiros.

Os povos germânicos que pressionavam as fronteiras do Império Romano, na Europa a norte e a leste, mostraram-se perfeitamente permeáveis à evangelização. Esses povos foram convertidos por um missionário notável: Úlfilas, feito bispo pelo bispo ariano Eusébio de Nicomédia e mandado evangelizar o seu próprio povo, porquanto era filho de um pai godo pagão e de uma mãe romana cristã. Os godos, arianos, acabaram mais tarde por ser convertidos à Igreja Católica, no século vi.

Para sul havia o grupo mais isolado de cristãos do mundo antigo: no sudoeste da Índia, a Igreja fundada pelo Apóstolo Tomé. Poderemos, porventura, avaliar a odisseia de Tomé – o "incrédulo" Tomé – tendo de percorrer naqueles tempos os cerca de 4000 quilómetros que vão da Palestina ao sul da Índia, passando pela Síria, Mesopotâmia, Pérsia, Afeganistão, o rio Ganges?

A Etiópia fora convertida por um missionário – Frumâncio – que havia naufragado ao largo da costa desse país, no mar Vermelho, feito escravo na corte do rei e acabando por conquistar a corte com a sua pregação e por se tornar bispo da Igreja etíope, ordenado pelo bispo de Alexandria, Atanásio.

Na Europa do Norte, tribos celtas, evangelizadas e convertidas por São Patrício, o "apóstolo dos Irlandeses", tornaram-se, por sua vez, missionárias evangelizadoras da Inglaterra.

Um povo germânico que ocupava a Gália no século iii – os Francos – converteu-se directamente do Paganismo ao Cristianismo católico depois do seu rei Clóvis, ter sido convertido e ter, em seguida, decretado a apresentação de todos os súbditos junto ao rio para serem baptizados, a fim de não provocarem o seu descontentamento… Era o Natal de 496. Este procedimento de baptismos por decreto do príncipe haveria de repetir-se mais tarde em vários povos…

Mesmo depois da queda do Império Romano sob os golpes dos povos bárbaros, o Cristianismo não deixou de se difundir por todo o lado.

No final do século vi, um grande Papa – precisamente São Gregório Magno (590-604) – empreendeu a conversão dos bárbaros que constituíam uma amea-ça à Igreja. O Papa, monge beneditino, convencido de que não podia contar com qualquer ajuda da parte do Império do Oriente, tomou

a resolução sensata de procurar fazer aliados entre os bárbaros. Para pregar entre estes enviou como missionários os próprios monges para os territórios bárbaros onde fundavam mosteiros e convertiam o povo.

Para junto dos pagãos anglo-saxónicos, que ocupavam a metade leste da Inglaterra, enviou uma missão chefiada pelo monge Agostinho. Este, depois da conversão do rei Adalberto de Kent, construiu a sua própria catedral em Cantuária. A partir daí os monges da sua missão, obtido um reforço de Roma, começaram a dirigir-se para norte, para os territórios que os monges celtas já haviam começado a evangelizar.

A partir da Inglaterra e da Irlanda, os monges, quer irlandeses, quer romanos, viraram-se para o continente, a fim de missionarem na Europa Central, zona muito devastada por guerras desde há séculos e com a vida completamente desorganizada. Os monges celtas e os monges romanos

foram-se embrenhando na Europa, fundando mosteiros que se tornavam centros onde os camponeses encontravam ajuda para restaurarem as suas vidas e voltarem a cultivar as terras devastadas pelas sucessivas vagas de bárbaros lutando entre si para se imporem como senhores das terras.

Entre esses monges sobressai um monge beneditino inglês, Winfrid, encarregado, em 719, pelo Papa Gregório II, da missão germânica. Tal missão foi um êxito, de tal modo que o Papa – que entretanto lhe havia mudado o nome para Bonifácio – o ordenou arcebispo de Mogúncia. São Bonifácio é o beneditino inglês venerado como o “apóstolo dos Alemães”, tendo sido martirizado e sofrido a morte às mãos dos Frisões aquando de uma missão com vários outros monges, martirizados eles também nesse território pagão.

Os Normandos – os terríveis vikings –, povos escandinavos, começaram a ser

evangelizados com grandes dificuldades a vencer e muito lentamente, no século viii. Primeiro, em 717, o monge anglo-saxão Willibrord, discípulo de Winfrid e bispo de Utreque, faz a primeira tentativa para pregar o Evangelho entre os povos escandinavos, na Dinamarca.

No século ix, um monge franco, Anscário, enviado à Suécia, teve pouco sucesso, passando em seguida à Dinamarca, onde construiu a sua primeira igreja, que acabaria por ser destruída após a sua morte. Só mais tarde, no século x, é que os povos escandinavos se converteram, quando dominados por reis favoráveis ao Cristianismo: com o rei Canuto, a Dinamarca tornou-se inteiramente cristã; com o rei Olavo I, educado e convertido ao Cristianismo em Inglaterra, e que impôs a sua fé aos seus súbditos, seguiu-se a Noruega.

A partir da Germânia seguiram os primeiros missionários para a Morávia

(parte da actual República Checa). No século ix, dois irmãos oriundos de Tessalónica, Cirilo e Metódio, foram pregar o Evangelho na Morávia. Para tal traduziram as Sagradas Escrituras para a língua morávia e começaram a celebrar a Eucaristia na mesma língua. E assim conseguiram a conversão de numeroso povo. No final do século, a Morávia constituía-se como cristã, ligada à Igreja Ocidental. Seguiu-se-lhe, no século x, a Boémia (parte, também, da actual República Checa), então sob o domínio do príncipe Boleslau II.

Também no século x se convertia a Polónia, depois do baptismo do seu príncipe, conversão que acelerou após a conversão do filho, Boleslau Chrobry.

Entretanto, também no século ix, se convertia o povo búlgaro juntamente com o seu czar Bóris, em 864, assim como os povos da Roménia e da Sérvia. Porém, tais conversões fizeram-se sob a égide da Igreja de Bizâncio.

Mais para Leste ficavam os territórios da Rússia, onde os missionários, quer da Igreja Oriental, quer da Igreja Ocidental, esbarraram com muitas dificuldades, sendo mal sucedidos. Só nos finais do século x é que a Igreja de Bizâncio conseguiu lá penetrar, após a conversão do imperador de Kiev, Vladimiro, que adoptou seguidamente o Cristianismo como a religião oficial da sua nação: em 998 deu ordens para que se baptizassem todos os seus súbditos, como ele já o fizera. E quem não comparecesse no rio para esse fim no dia seguinte cairia em desgraça... No ano seguinte, Vladimiro casou com a irmã do imperador do Oriente.

De um pequeno grupo inicial – o “pequenino rebanho”, como se lhe referia o próprio Senhor –, de um punhado de uma dúzia de galileus como que escolhidos a dedo por Jesus, nasceu uma Igreja com a incumbência de «ir por todo o mundo anunciar a Boa Nova» (o Evangelho). Esses enviados

(Apóstolos) cumpriram a ordem do Senhor e de tal modo o fizeram que, no fim do primeiro milénio, o Evangelho atingira quase os quatro cantos da Terra.

Mas, a partir do século vii, nascera uma doutrina da Arábia, uma nova profissão de fé monoteísta, pregada por um "profeta", Maomé. Nascia o Islamismo, que se tornou rapidamente um grave escolho à expansão do Cristianismo. O Império de Bizâncio começa a ter dificuldades crescentes na pregação do Evangelho para Oriente e para Sul.

Mais ainda: o Cristianismo chegou mesmo a desaparecer em territórios inteiros. Assim, na Ásia Menor, um dos primeiros territórios do mundo a serem evangelizados – especialmente por São Paulo – já quase nada resta da Igreja Cristã. O Norte de África, com Cartago, deixa de ser cristã, submetida pelo Islamismo. A própria Península Ibérica vê "quase" perdidos os seus reinos Visigóticos

para o Islão. A Palestina, a Síria e o Egipto, terras tão sagradas para os cristãos, caíram nas mãos dos islamitas.

Os muçulmanos chegaram a cercar Constantinopla, mas não conseguiram conquistar a cidade. Invasões muçulmanas sucessivas – autênticas vagas de conquista, numa marcha triunfal – acabaram por parar no sul de França, onde os defrontou e desbaratou um rei cristão, rei dos Francos – Carlos Martel – em 732, em Poitiers. E, ao fim de poucos anos, em 739, os muçulmanos são definitivamente rechaçados de França.

Mas o empenhamento que os muçulmanos punham nas suas conquistas conduziu, ao aproximar-se o fim do primeiro milénio, a uma ruptura do elo que unia o Império do Ocidente ao Império Bizantino. Com essa ruptura ficaram os dois Impérios isolados um do outro. Deste modo, faltou à Igreja de Roma o apoio do imperador do Oriente, vendo-se os Papas obrigados a porem-se sob

a protecção dos reis cristãos da Europa, nomeadamente do reino Franco. E, assim, o último grego a ocupar a cátedra papal foi investido em 741: o Papa Zacarias.

Em meados do primeiro milénio surgiu em Itália, na Úmbria, uma figura ímpar, Bento de Núrsia (480-547), que viria a tornar-se o pai dos monges do Ocidente. Começou por fundar um mosteiro em Subiaco e, mais tarde, um outro mosteiro em Monte Cassino, para onde se transferiu com os seus monges. Neste mosteiro, já para o fim da sua vida, compôs um conjunto de prescrições que regulariam a vida dos seus monges, e que ficaria conhecida como Regra de São Bento. Nessa regra, baseada num texto antigo – a Regra do Mestre – bem como nos textos de São Pacómio e São Basílio, acrescentou Bento as suas experiências vividas.

O êxito desta regra monástica foi tal que ela foi o modelo, ou mesmo autêntico molde,

de que saíram algumas centenas de milhares de monges, vinte e três Papas e cinco mil bispos. “Beneditino” tornou-se sinónimo de “monge” durante muitos séculos.

E já vimos como um grande Papa, São Gregório Magno – o primeiro beneditino a ocupar a cátedra papal (590-604) – fundou vários mosteiros com o património da herança paterna. Construiu um desses mosteiros na sua própria residência, em Roma, onde ingressou como monge. E vimos como Gregório Magno enviou monges beneditinos para evangelizarem a Inglaterra. Daí novas vagas de monges, alguns deles já anglo-saxões, são enviados a evangelizarem os alemães.

São Bento é o patrono da Europa. É reconhecido o papel fundamental que o monaquismo – nomeadamente o beneditino – desempenhou na evangelização da Europa e na construção da sua identidade cristã.[33]

Quatro séculos mais tarde, quando a Igreja sofria na sua estrutura eclesiástica o impacto do feudalismo, nesse “século obscuro” que ficou conhecido como o século de ferro da Igreja, em que a vida cristã conheceu a sua degradação máxima, reis e imperadores, ansiosos por porem a mão nas riquezas da Igreja, arrogavam-se o direito de investir bispos e abades de mosteiros, colocando, nesses cargos eclesiásticos, familiares e fiéis amigos e aliados. Em Roma, o papado tornara-se privilégio de influentes famílias romanas, sendo o trono papal disputado por vários candidatos, cada um de sua família. Foram assassinados vários Papas e outros pura e simplesmente depostos, a fim de deixarem a cátedra vaga para um sucessor de uma das outras famílias influentes.

Uma grande ajuda ao papado, vítima de tão feroz cerco, adveio, no princípio do século x, da Ordem Beneditina. Em Cluny, na Borgonha, era fundado um mosteiro por

Guilherme, duque da Aquitânia, que tomou as medidas necessárias para que esse mosteiro ficasse directamente sob o controlo dos Papas (ano 910). O espírito de Cluny, herdeiro do velho ideal monástico, ultrapassou as fronteiras da Borgonha e em poucos anos mais de dois mil mosteiros se confederavam em França, Itália e Alemanha, contagiando, com a reforma monacal a que se haviam submetido, a restante Igreja, que, aos poucos, foi adoptando também a reforma.

Com Cluny e um Papa beneditino, Gregório VII (chamado Hildebrando enquanto monge, tendo sido conselheiro de cinco Papas antes de ser eleito, por sua vez, Papa), é que a Europa adquiriu uma configuração efectivamente cristã no segundo milénio da História da Igreja.

Às perseguições dos três primeiros séculos, com milhares de vítimas (centenas de milhares? milhares de milhares?), até a uma

época em que o Cristianismo já ombreava com o Paganismo em número de adeptos (50/50), pois o sangue dos mártires foi, sem dúvida, a semente de muitos cristãos (no dito de Tertuliano), seguiu-se uma trégua de alguns séculos, trazendo a paz necessária à reflexão teológica, mas dando azo, por outro lado, ao aparecimento de desvios – heresias e cismas – que suscitaram discussões infindas, a que só se pôs termo com a convocação de alguns concílios ecuménicos (ou universais), com o primeiro, em 325, em Niceia. Durante o primeiro milénio registaram-se oito concílios ecuménicos (mais outros dois: o "latrocínio" de Éfeso, como lhe chamou o Papa Leão Magno, e um concílio espúrio em Constantinopla). Nesses concílios resolveram-se várias questões dogmáticas: o dogma da Santíssima Trindade, as questões cristológicas, o problema da Graça. Questões essas levantadas, precisamente, pelas heresias que pulularam nos séculos iv e v, heresias

que tiveram um ponto final na sua discussão nos vários concílios, mas que, após a sua condenação pela Igreja, deram origem a outros tantos cismas, com a formação de Igrejas heréticas, que persistiram ao longo do milénio e passaram, mesmo, para o milénio seguinte.

Balanço positivo, apesar de tudo, o deste primeiro milénio. A Igreja conheceu 140 Papas, de um total de 266 que houve até hoje. Muitos deles venerados como santos, canonizados pelo martírio nos três primeiros séculos; muitos outros, hábeis governantes, capazes de conduzir a barca de Pedro sem soçobrar nas tremendas tempestades que teve de suportar. Citemos, a título de exemplo: São Leão Magno (I), São Gregório Magno (I), São Gregório II, São Nicolau I, o Grande, São Silvestre II, o Papa da viragem do milénio.

Sem dúvida que o segundo milénio recebeu como herança um importante legado a

que havia que dar continuidade e desenvolver.

Bibiografia

Fontes

Concílio Ecuménico Vaticano II, 11.ª edição, Braga: Editorial A. O., 1992.

Catecismo da Igreja Católica, 2.ª edição, Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1999.

Código de Direito Canónico, Braga: Edições Theologica, 1984.

João Paulo II (2003), Exortação Apostólica Eclesia in Europa, Roma.

Bueno, D. R. (Ed.) (1985), Padres Apostólicos (Edicion Bilingue Completa), 5.ª edição, Madrid: BAC.

Bueno, D. R. (1987), Actas de Los Martires (Edicion Bilingue Completa),4.ª edição, Madrid: BAC.

Bueno, D. R. (1979), Padres Apologetas Griegos sec. II (Edicion Bilingue Completa), 2.ª edição, Madrid: BAC.

di Cesarea, Eusebio (1979), Storia Ecclesiastica, 1.ª edição, Milão: Ed. Rus-coni.

Bibliografia de História da Igreja

aa. vv. (1991), «A fé das primeiras comunidades», in A fé dos católicos: catequese fundamental, Coimbra; Gráfica de Coimbra.

Amann, E. (1977), L'epoca carolíngia (757-888), vol. v, 2.ª edição, Turim: Editrice S.A.I.E.

Amann, E. & Dumas, A. (1976), L'epoca feudale (La Chiesa del particolarismo 888-1057), vol. vii, 2.ª edição, Turim: Editrice S.A.I.E.

Acmullen, R. (1989), La Diffusione del Cristianezismo nell'impero Romano 100-410, Ed. Laterza.

Aumann, J. (1986), Sommario di Storia della Spiritualitá, (O.P.), Nápoles: Ed. Dehoniane-Napoli.

Baus, K. (1980a), De la Iglesia Primitiva a los comienzos de la gran Iglesia, vol. i, tomo i, Barcelona: Ed. Herder.

Baus, K. et al. (1980b), La Iglesia Imperial después de Constantino hasta fines del siglo VII, vol. ii, tomo ii, Barcelona: Ed. Herder.

Baptista, C. J. (1960), História dos Concílios Ecuménicos, Évora.

Bihlmeyer, K. & Fuechle, H. (1986), Storia della Chiesa, vol. i e ii, 10.ª edição, Bréscia: Ed. Morcelliana.

Bréhier, L. & Aigrain, R. (1971), San Gregorio Magno, gli Stati barbarici e la conquista araba (590-757), vol. v, 2.ª edição, Turim: Editrice S.A.I.E.

Brown, P. (1983), Il Culto dei Santi, Turim: Ed. S.P.A.

Camelot, P.-Th. (OP) (1971), Éfeso e Calcedónia, vol. ii, Vitoria: Ed. Eset.

Clemente, M. (1978), A Igreja no Tempo – História Breve da Igreja Católica, Lisboa: Ed.

Secretariado Diocesano do Ensino Religioso e Centro de Estudo Pastorais.

Comby, J. (1992), Para ler A História da Igreja, vol. i, Porto: Ed. Perpétuo Socorro.

Danielson, J & Marrou H. H. (1989), Dalle Origine a S. Gregorio Magno (I-IV secolo), vol. i, Génova: Ed. Marietti S.P.A.

Davis, D. L. (1990), The Fisrt Seven Ecumenical Councils (325-787), Their History and Theology, Collegeville-Minesota: Ed. A. Michael Glezier Book-The Liturgical Press.

Delumeau, J. (Ed.) (1985), Storia Vissuta del Popolo Cristiano, 2.ª edição, Turim: Ed. S.E.J.

Descalzo, J. L. M., «O canto do galo» in Vida e Mistério de Jesus de Nazaré, 3.º volume.

Drobner, R. H. (1998), Patrologia, Ed. Casale Monferrato.

Dumeige, G. (S.J.) (1978), Nicée II, vol. iv, Paris: Ed. de l’Orante.

Duroselle, J.-B. & Mayeur, J.-M. (1988), História do Catolicismo, Lisboa: Ed. Livros do Brasil.

Folch Gomes, C., Antologia dos Santos Padres, 4.ª edição (revista), São Paulo: Edições Paulistas.

Franzen, A. (1987), Breve Storia della Chiesa, Bréscia: Ed. Queriniana.

Gilles, A. E. (1985), The People of the Creed – The Story Behind the Early Church, USA: Ed. St. Anthony Messenger Press.

Gilles, A. (1986), The People of the Faith – The Story Behind the Church of the Middle Ages, USA: Ed. St. Antonhy Messenger Press.

Gómez, A. J. (1987), Manual de História de la Iglesia, 5.ª edição (CMF), Madrid: Publicaciones Clautianos.

Jedin, H. (1972), Chiesa della Fede-Chiesa della Storia, Bréscia: Ed. Morcelliana.

Jedin, H. (1986), Breve Storia dei Concili, 7.ª edição, Bréscia: Ed. Herden-Morcelliana.

Kempf, F. et al. (1987), De la Iglesia dela Primitiva Edad Media a la Reforma Gregoriana, vol. iii, tomo iii, Barcelona: Ed. Herder.

Knowles, M. D. & Obolewsky, D. (1989), Il médio evo (600-1500), vol. iii, Génova: Ed. Marietti S.P.A.

Lebreton, J. & Zeiller, J. (1977), Dalla fine del II secolo alla pace costantiniana (313-395), vol. iii, 3.ª edição, Turim: Editrice S.A.I.E.

Lebreton, J. & Zeiller, J. (1979), La Chiesa Primitiva, vol. i, 3.ª edição, Turim: Editrice S.A.I.E.

Labriolle, P. de et al. (1977), Dalla morte di Teodosio all'avvento di San Gregorio Magno (395-590), vol. iv, 3.ª edição, Turim: Editrice S.A.I.E.

Liébaert, J. (1998), Introduzione Generale allo Studio dei Padri della Chiesa, Bréscia: Ed. Queriniana.

Llorca, B. & Villoslada (1988), Historia de la Iglesia Catolica. Edad Media: La

Cristandade en el mundo europeu y feudal, vol. ii, 5.ª edição, Madrid: BAC.

Llorca, B. & Villoslada (1990), Historia de la Iglesia Catolica. Edad Antigua I. La Iglesia en el mundo grecorromano, vol. i, 6.ª edição, Madrid: BAC.

Lortz, J. (1982), Historia de la Iglesia, En la perspectiva de la Historia del Pensamiento, Madrid: Ed. Cristiandad.

Lourenço, B. J. (1944), Curso de Patologia (História da Literatura Antiga da Igreja), Braga: Insuelas.

Macedo Barbosa, J. A. (1997), O Clero e a sua Formação – De Jesus Cristo ao Concílio de Trento, Braga: Ed. do autor.

Margé, M. et al. (1988), Storia della vita Religiosa, Bréscia: Ed. Queriniana.

Martina, G. (1980), Storia della Chiesa, Roma: Ed. Unum Sint.

Momachino, V, (1983), Il Cristianismo da Constantino a Teodosio, Roma: Ed. P.V.G.

Murphy, F.-X. (C.SS.R) & Sherwood, P. (OSB) (1974), Constantinopla II et Constantinopla III, vol. iii, Paris: Ed. de l'Orante.

Orbe, A. (S.J.) (1988), Introduccion a la Teologia de los Siglos II y III, Salamanca: Ed. Sigueme.

Orlandis, J. (1985), História Breve do Catolicismo, Lisboa: Ed. Rei dos livros.

Palanque, G. R. et al. (1977), Dalla pace costantiniana alla morte di Teodosio (313-395), vol. iii, 3.ª edição, Turim: Editrice S.A.I.E..

Palmeirim, J. M. (1980), Grandes Invasões e Impérios – Séculos V a X, Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Questen, J. (1984), Patrologia, vol. iii, Madrid: BAC.

Quoist, M., «Sofrimento, matéria-prima da redenção» in Construir, 2.ª edição, Livraria Morais Editora.

Ramos, J. A. (1995), Depois de Jesus – Triunfo do Cristianismo, 1.ª edição, Selecções do Reader's Digest.

Santo Agostinho, Confissões, livro viii, 11.ª edição.

Stiervom, D. (1969), Constantinopla IV, vol. v, Vitoria: Ed. Eset.

Urdina, J. O. de (1969), Nicea y Constantinopla, vol. i, Vitoria: Ed. Eset.

Notas de Rodapé

1 Código do Direito Canónico, cânone 751.
2 Quoist, p. 205.
3 Descalzo, p. 308.
4 Folch Gomes, p. 117.
5 Folch Gomes, p. 118.
6 Idem, p. 43.
7 Ramos, 1995: 116.
8 Ramos, 1955: 132.
9 Catecismo da Igreja Católica, 1282.
10 Idem, 1446.
11 AA. VV., 1991: 63.
12 Ramos, 1995: 83.
13 Folch Gomes, p. 43.
14 Idem, p. 39.
15 Idem, p. 43.
16 Idem, p. 35.
17 Idem, p. 151.
18 Ramos, 1995: 161.
19 Idem, p. 162.
20 Comby, 1992: 36.
21 Folch Gomes, p. 110.
22 Idem, p.111.
23 Folch Gomes, p. 118.
24 Comby, 1992: 93.
25 Idem, p. 98.

26 Santo Agostinho, p. 205.
27 Idem.
28 Ramos, 1995: 233.
29 Folch Gomes, p. 400.
30 Ramos, 1995: 270.
31 Comby, 1992: 123.
32 Comby, 1992: 105.
33 João Paulo II, 2003.